UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

JOSÉ CLEBER DA SILVA NOGUEIRA

UM NOVO CANTO, UM NOVO PONTO: SENTIMENTOS DOS TRONCOS VELHOS DO POVO ANACÉ APÓS A DESTERRITORIALIZAÇÃO

REDENÇÃO

2024

JOSÉ CLEBER DA SILVA NOGUEIRA

UM NOVO CANTO, UM NOVO PONTO: SENTIMENTOS DOS TRONCOS VELHOS DO POVO ANACÉ APÓS A DESTERRITORIALIZAÇÃO

Dissertação apresentada Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Kleber Saraiva de Souza.

REDENÇÃO

2024

Nogueira, José Cléber da Silva.

N778n

Um novo canto, um novo ponto: sentimentos dos troncos velhos do povo Anacé após a desterritorialização / José Cléber da Silva Nogueira. - Redenção, 2024.
118f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico Em Antropologia, Mestrado Em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Kleber Saraiva de Souza.

1. Anacé. 2. Porto do Pecém. 3. cultura. 4. território. 5. colonização. I. Título

CE/UF/BSCA CDD 572.981

JOSÉ CLEBER DA SILVA NOGUEIRA

UM NOVO CANTO, UM NOVO PONTO: SENTIMENTOS DOS TRONCOS VELHOS DO POVO ANACÉ APÓS A DESTERRITORIALIZAÇÃO

Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Aprovada em: 28/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Carlos Kleber Saraiva de Souza (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Prof. Dr. Martinho Tota Filho Rocha de Araújo

Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Prof. Dr. João Tadeu de Andrade

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

No apogeu de sua magnificência, como a luz eterna da encantaria que me envolve incessantemente, guiando-me, protegendo-me e derramando suas bênçãos sobre cada passo do meu caminhar.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação floresceu sob o caloroso apoio da minha amada família, com destaque especial para minha esposa incrível, Lucilane. Quero expressar minha sincera gratidão a ela por cada noite em que esperou pacientemente na cama, enquanto eu me entregava aos estudos.

Em memória da professora Denise Vasconcelos, minha eterna mentora, cuja presença foi sentida em cada página desta dissertação, mesmo que não tenha testemunhado sua conclusão. Guardo lembranças carinhosas e agradeço por sua influência duradoura.

Às raízes que sustentaram meu crescimento, meus pais, devo o mais precioso dos legados. Eles sempre afirmaram que o maior presente que poderiam me oferecer era o acesso à educação. Hoje, olho para trás com gratidão, percebendo que esse legado se revelou como a joia mais valiosa da minha vida.

Ao meu orientador, Carlos Kleber, meu xará e mentor dedicado, agradeço de coração por sua incansável orientação e contribuições essenciais. Seu apoio transformou não apenas esta dissertação, mas também minha jornada educacional, e por isso, sinto-me verdadeiramente abençoado.

Gostaria de expressar minha gratidão ao Professor Doutor Martinho Tota Filho Rocha de Araújo e ao Professor Doutor João Tadeu de Andrade por aceitarem o convite para examinarem meus escritos na defesa do meu título de mestre em Antropologia. Não posso deixar de mencionar o Professor Doutor Kleyton Rattes Gonçalves, que me acompanhou durante todo o curso de mestrado em Antropologia, oferecendo valiosos direcionamentos durante minha qualificação.

RESUMO

O Porto do Pecém é um importante porto brasileiro localizado no Estado do Ceará, na região Nordeste do país. Com área total de mais de 13 km² e profundidade natural de 18 metros, o porto conta com modernas instalações portuárias, como berços de atracação de até 500 metros de comprimento. Os Anacé, originalmente, habitavam uma extensa área que se estendia do litoral ao sertão. A sua presença nestas regiões foi marcada pela prática da agricultura de subsistência e pela caça e pesca. No século XVI, os portugueses começaram a colonizar o Nordeste brasileiro. Apesar das tentativas dos colonizadores de submeter os Anacé à escravidão, muitos grupos conseguiram preservar sua identidade. No século XIX, o Brasil passou por um processo de independência política e de criação do Estado brasileiro. Em meados do século XIX, muitos grupos Anacé se uniram para lutar pela preservação de suas terras e direitos. Eles desenvolveram projetos de educação e cultura para garantir o respeito à sua identidade e cultura.

Palavra-chave: Anacé; Porto do Pecém; cultura; território; colonização.

ABSTRACT

The Port of Pecém is an important Brazilian port located in the state of Ceará, in the Northeast region of the country. With a total area of over 13 km² and a natural depth of 18 meters, the port features modern port facilities, including berths that can accommodate ships up to 500 meters long. The Anacé originally inhabited an extensive area that stretched from the coast to the hinterlands. Their presence in these regions was characterized by subsistence agriculture, hunting, and fishing. In the 16th century, Portuguese colonization of Northeast Brazil began. Despite attempts by colonizers to subject the Anacé to slavery, many groups managed to preserve their identity. In the 19th century, Brazil underwent a process of political independence and the establishment of the Brazilian state. By the mid-19th century, many Anacé groups united to fight for the preservation of their lands and rights. They developed educational and cultural projects to ensure respect for their identity and culture.

Keywords: Anacé; Port of Pecém; culture; territory; colonization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rotas internacionais e o tempo de chegada ao destino 21
Figura 2 - Rotas e possíveis conexões nacionais 22
Figura 3 - Área de estacionamento próximo à entrada 1 do Porto do Pecém 26
Figura 4 - Área de dunas sendo modificadas para receber os empreendimentos de ampliação e melhoria do Porto do Pecém..... 27
Figura 5 - Área de dunas sendo modificadas para receber os empreendimentos de ampliação e melhoria do Porto do Pecém 28
Figura 6 - Área de duna em uma das laterais do Porto do Pecém sendo utilizada como estacionamento 28
Figura 7 - Área de duna em uma das laterais do Porto do Pecém sendo utilizada como estacionamento 29
Figura 8 - Área de duna em uma das laterais do Porto do Pecém sendo utilizada como estacionamento 29
Figura 9 - Área de duna em uma das laterais do Porto do Pecém sendo utilizada como estacionamento 30
Figura 10 - Cachimbo de barro com grafismo indígena encontrado na área do CIPP 57
Figura 11 - Cachimbo de barro com grafismo indígena encontrado na área do CIPP 57
Figura 12 - Contorno com marcação de delimitação da TI Taba do Anacé 59
Figura 13 - Formato inicial de proposição das localizações das casas dentro do terreno da Taba dos Anacé 60
Figura 14 - Formato definitivo da Taba dos Anacé 62
Figura 15 - Vista área feita no programa Google Earth em 19 de maio de 2024 62
Figura 16 - Homens improvisando uma coberta 64
Figura 17 - Fogo no chão para cozimento de alimento 64
Figura 18 - Registro de uma mudança sendo feita no período da noite 65
Figura 19 - Refeição sendo oferecida pelos moradores aos policiais que garantiam a segurança no espaço 66
Figura 20 - Senhor Aristides, fazendo ligação de energia elétrica em outra

casa 67
Figura 21 - Senhor Aristides, fazendo ligação de energia elétrica em outra casa 68
Figura 22 - Logomarca da Taba dos Anacé 70
Figura 23 - Vista aérea da Reserva Indígena Taba dos Anacé 71
Figura 24 - Planta baixa de localização da Taba dos Anacé 72
Figura 25 - Casa dos moradores vindo da comunidade de Bolso 72
Figura 26 - Vista aérea da Reserva Indígena Taba dos Anacé 73
Figura 27 - Planta baixa da casa 74
Figura 28 - Plata baixa da Escola Indígena Anacé 75
Figura 29 - Plata baixa do posto de saúde Indígena Anacé 76
Figura 30 - Área de plantio 77
Figura 31 - Cajueiro dos portais 78
Figura 32 - Entrada do terreiro sagrado 79
Figura 33 - Primeira lagoa 79
Figura 34 - Segunda lagoa 80
Figura 35 - Local onde foram depositadas as cinzas da professora Denise .. 81
Figura 36 – Área poligonal do complexo, às margens da CE – 085 94
Figura 37 – Área poligonal do complexo, às margens da CE – 085 94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Flora encantada na Taba 81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIPASAC	Conselho Indígena do Povo Anacé de São Gonçalo do Amarante e Caucaia
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
NAFTA	North American Free Trade Agreement
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
UBS	Unidade Básica de Saúde
USMCA	United States-Mexico-Canada Agreement
ZPE	Zona de Processamento e Exportação

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	12
2	**UMA PEQUENA TRAJETÓRIA SOBRE O PORTO DO PECÉM**	17
2.1	**O Porto do Pecém**	21
2.2	**O do CIPP e seu alcance estrutural**	30
2.3	**O CIPP e o guarda-chuva de vantagens**	33
2.4	**O CIPP e a mudança de vida**	35
3	**A HISTÓRIA DO POVO ANACÉ**	38
3.1	**A população Anacé e a história cearense**	38
3.2	**A história do povo Anacé no litoral do Ceará**	41
3.3	**A desterritorialização do povo Anacé para a Taba dos Anacé**	46
4	**ETNOGRAFIA DA TABA DOS ANACÉ**	52
4.1	**História de criação da Taba dos Anacé**	53
4.2	**A Festa de Reis**	85
4.3	**A festa de inauguração da Reserva Taba dos Anacé**	86
4.4	**A festa da Semana Santa**	87
4.5	**A festa da luta do povo Anacé**	89
5	**IMPACTOS AFETIVOS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO E A RETER-RITORIALIZAÇÃO**	92
5.1	**A face invisível do progresso dentro da comunidade indígena Anacé**	93
5.2	**“Dividir para conquistar”, prática antiga aplicada mais uma vez entre os povos indígenas do Estado do Ceará**	95
5.3	**Território Anacé, conflitos e disputas**	98
5.4	**O processo de reterritorialização do povo Anacé da Taba**	99
6	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	103
	REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto da pesquisa de um indígena Tapeba, que se descobriu como ser indígena durante o percurso no ensino médio, final da adolescência e início da juventude. Tendo como forma de ingresso na militância do movimento indígena a participação no momento comemorativo de quinhentos anos da chegada dos portugueses ao litoral brasileiro, no ano 2000, na praia de Coroa Vermelha na Bahia, nesta ocasião, tive meu corpo marcado por bala de borracha e bomba de gás, e, para nós indígenas, o momento era de lutar por “Outros 500 anos”.

Em 2008, conheci uma indígena Anacé, com quem construí família, passando a morar e conviver com a comunidade indígena Anacé da localidade de Matões, podendo com este meu relacionamento experienciar a expansão do Porto do Pecém, a promessa de construção da Refinaria Premium II, a chegada do grupo de estudo da Terra Indígena Anacé, na Região, e com isso, muitas relações de amizades e enlace familiares serem desfeitos.

Acompanhei a discussão sobre a permanência em uma terra indígena cercada por indústrias ou a saída para uma localidade, sem saber qual ou onde seria esta nova terra. Quando se teve a certeza para onde seria removida a comunidade indígena Anacé, inicia-se aí outro debate: quem vai? E os que ficam poderão se auto identificar como indígena? E a relação dos que ficarão com a saúde indígena? Com a educação escolar indígena Anacé? Mais pontos de tensão entre os familiares estavam postos.

Superado mais este problema, inicia-se o processo de realocação que fora prometido acompanhamento psicológico, jurídico e o apoio de caminhões nas mudanças, mas, com a retirada da Petrobras do processo da implantação da Refinaria Premium II, todas as promessas foram esquecidas ou negadas pelos atores que continuaram no processo de realocação do Povo Anacé de Matões e Bolso.

Logo, o trabalho tem como objetivo analisar as relações entre o megaempreendimento, ou podemos chamá-lo de projeto de desenvolvimento econômico, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, e a comunidade indígena Anacé, ambos localizados nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no Estado do Ceará. O empreendimento em questão é considerado um dos maiores do país e tem sido alvo de intensos debates e conflitos desde sua concepção.

A comunidade indígena Anacé, por sua vez, tem sua história e cultura intimamente ligadas à região onde o empreendimento foi construído. Desde a chegada dos colonizadores europeus, o Povo Anacé vem lutando para manter suas tradições e preservar seu modo de vida em meio às transformações sociais e ambientais provocadas pelo avanço da sociedade moderna.

Diante disso, a pesquisa se justifica pela importância de compreender as implicações do megaempreendimento para a forma de vida das comunidades indígenas Anacé e para o seu patrimônio cultural, histórico, imaterial e ambiental. Além disso, a pesquisa visa contribuir para a discussão sobre as possibilidades de diálogo e negociação entre os diferentes atores envolvidos no processo.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem antropológica dinâmica, participativa e comprometida, levando em consideração os pensamentos e fazeres antropológicos de autores como por exemplo Bruno Latour, renomado sociólogo e pensador, que desafia a dicotomia tradicional entre natureza e cultura, argumentando que devemos reconhecer e explorar as redes complexas de relações entre humanos e não humanos. Ele enfatiza a importância de considerar os “atores não humanos” como participantes ativos e influentes nas sociedades e nas interações sociais. Latour sugere que devemos abraçar uma abordagem simétrica, na qual humanos e não humanos são considerados igualmente importantes na formação do mundo social. Ele nos convida a pensar em termos de conexões, mediações e agenciamentos, em vez de separações rígidas entre o natural e o social. Essas perspectivas fornecem novas maneiras de entender e analisar os fenômenos culturais e sociais, desafiando as noções tradicionais de objetividade e universalidade, que valoriza a reflexividade e a desconstrução dos discursos e representações culturais.

A metodologia utilizada foi a etnografia, que consiste na observação integrante e na coleta de dados por meio de entrevistas, grupos focais e análise documental, como bem realizou Bronisław Malinowski, renomado antropólogo que contribuiu significativamente para o campo da etnografia. Suas ideias-chave giram em torno da importância da pesquisa de campo intensiva e da participação direta na vida das comunidades estudadas. Ele enfatizou a necessidade de compreendermos as práticas culturais em seu contexto social e enfatizou a importância dos aspectos práticos da vida cotidiana. Além disso, Malinowski enfatizou a relevância das necessidades básicas e da satisfação humana, argumentando que elas são motivadores

fundamentais para o comportamento social. Ele também ressaltou a importância da linguagem e do simbolismo na compreensão das culturas. Por meio de suas contribuições pioneiras, Malinowski influenciou profundamente o desenvolvimento da etnografia moderna.

Nesse sentido, a pesquisa se insere no campo da Antropologia Histórica, que é uma abordagem que combina os métodos da Antropologia e da História para que, assim, eu possa compreender melhor a sociedade e a cultura do passado do Povo Indígena Anacé. Os antropólogos históricos se baseiam em fontes documentais, arqueológicas (se existirem) e materiais para reconstruírem e criarem as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldaram o convívio social deste Povo. Através da análise cuidadosa de registros históricos, como diários, cartas, relatos de viajantes e registros administrativos, os antropólogos históricos são capazes de reconstruir narrativas e compreender as práticas e crenças culturais em contextos temporais específicos.

Ao combinar a pesquisa de campo etnográfica com a análise de fontes históricas, a Antropologia Histórica busca trazer uma perspectiva única para a compreensão da cultura e da sociedade. Essa abordagem me permitiu, como pesquisador, ver além dos eventos isolados e considerar as influências e as transformações ao longo do tempo. Através da análise das interações entre os atores sociais e das mudanças nas estruturas sociais, ao longo das gerações, a Antropologia Histórica fornece "*insights"* valiosos sobre as raízes e os desenvolvimentos de diferentes sociedades e culturas. Dessa forma, a presente pesquisa se justifica como uma contribuição para a compreensão dos conflitos entre o empreendimento do Pecém e a comunidade Anacé, visando promover o diálogo e a negociação entre os diferentes atores envolvidos.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa baseou-se na perspectiva pós-moderna do trabalho antropológico. Segundo Marcus (1998), o trabalho antropológico pós-moderno propõe uma abordagem crítica e reflexiva que se preocupa em desnaturalizar as categorias culturais e sociais que são produzidas e reproduzidas pelos indivíduos em suas práticas cotidianas. Nesse sentido, a presente pesquisa antropológica busca compreender a complexidade e a diversidade das práticas culturais e sociais, ao mesmo tempo em que questiona as formas de poder que moldam e restringem essas práticas.

Para atender aos objetivos da pesquisa, descrevo aqui minha pergunta ponto de partida: como se deu o processo de adaptação da população idosa da Reserva Indígena Taba dos Anacé ao novo espaço geográfico pós desterritorialização em razão da construção e implementação do CIPP? Na tentativa de respondê-la, foram utilizadas as seguintes estratégias metodológicas.

A observação participante foi a estratégia metodológica central desta pesquisa. Como defendido por Geertz (1978), a observação participante permite que o pesquisador compreenda a lógica interna das práticas culturais e sociais a partir de uma imersão na vida cotidiana dos indivíduos. Dessa forma, como indígena ativo no movimento que viveu todo o período de pesquisa, busquei participar das atividades cotidianas dos sujeitos da pesquisa, como forma de compreender/descrever as práticas culturais e sociais. Essa estratégia permitiu a obtenção de informações privilegiadas, mais ricas e detalhadas sobre as práticas culturais e sociais em análise.

As entrevistas foram utilizadas como estratégia complementar à observação participante, que foram realizadas entre os meses de julho e setembro de 2023. Foram entrevistadas nove pessoas, sendo destes sete mulheres e dois homens, com idades que variam de 65 aos 79 anos. As escutas foram realizadas de forma individual no local escolhido pelo próprio entrevistado; às vezes, este local era sala da casa do entrevistado, por outras vezes a entrevista se deu no quintal da casa do mesmo. A partir das entrevistas, foi possível aprofundar as compreensões acerca das práticas e representações culturais dos sujeitos da pesquisa. Segundo Kottak (1999), as entrevistas permitem que o pesquisador acesse as representações que os sujeitos têm sobre suas próprias práticas culturais e sociais. As entrevistas foram realizadas de forma aberta e exploratória, permitindo que os sujeitos da pesquisa se expressassem livremente e fornecessem informações relevantes para a análise.

A análise documental foi utilizada como estratégia complementar à observação participante e às entrevistas. A partir da análise de documentos, foi possível compreender como as práticas culturais e sociais são construídas e reproduzidas pelas instituições sociais. Segundo Denzin e Lincoln (2018), a análise documental permite que o pesquisador acesse os discursos produzidos pelas instituições sociais e, dessa forma, compreenda como elas moldam e restringem as práticas culturais e sociais dos indivíduos. Foram analisados documentos produzidos por instituições governamentais e não governamentais que atuam na área de interesse da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2008 até 2023, pois neste período foi quando comecei a participar diretamente das ações que envolvem o Porto do Pecém e o Povo Anacé, durante os quais foram realizadas observações participantes em diferentes contextos, como escolas, reuniões comunitárias e espaços públicos. Também foram realizadas entrevistas com nove idosos que são os sujeitos da pesquisa, selecionados a partir de critérios de diversidade cultural e social.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da técnica de análise temática, proposta por Braun e Clarke (2006). A partir dessa técnica, foram identificados os temas e subtemas que emergiram dos dados coletados, permitindo a compreensão das relações entre os temas e as práticas culturais e sociais dos sujeitos da pesquisa. A análise foi realizada de forma interativa, permitindo a inclusão de novos dados e a reformulação dos temas e subtemas à medida que a pesquisa avançava.

A pesquisa foi realizada de acordo com os princípios éticos da pesquisa antropológica (buscar consentimento do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC). Foi obtido o consentimento informado dos sujeitos da pesquisa, garantindo a confidencialidade e a privacidade das informações coletadas. Além disso, foram tomadas medidas para evitar a reprodução de estereótipos culturais e para garantir uma representação fiel das práticas culturais e sociais dos sujeitos da pesquisa.

2 UMA PEQUENA TRAJETÓRIA SOBRE O PORTO DO PECÉM

O tema abordado neste capítulo é de extrema relevância, pois objetiva apresentar o Porto do Pecém que, para os investidores capitalistas, é um importante porto brasileiro localizado no Estado do Ceará, na região Nordeste do país. Inaugurado em 1999, o porto é considerado um dos mais modernos e eficientes do país, com capacidade para movimentar diferentes tipos de carga, como contêineres, granéis sólidos e líquidos, além de cargas de projeto.

Mas para a população nativa, ver o complexo como a construção e operação, do mesmo, o motivo de impactos ambientais negativos, tais como a degradação dos ecossistemas locais, poluição da água e do ar, e perturbação da fauna e da flora. Isso vai afetando lentamente a qualidade de vida dos moradores e o equilíbrio dos ecossistemas, assim como ocorrem mudanças na paisagem, tendo em vista que a expansão do porto pode alterar significativamente a paisagem da região, muitas vezes, resultando em mudanças visuais desfavoráveis e na perda de áreas naturais.

Com uma área total de mais de 13 km² e uma profundidade natural de 18 metros, o Porto do Pecém conta com modernas instalações portuárias, tais como berços de atracação com até 500 metros de comprimento, píeres para carga geral e granéis líquidos, terminais de contêineres e armazéns alfandegados. O porto também é equipado com modernas tecnologias de movimentação de carga, como guindastes de última geração e sistemas automatizados de rastreamento de cargas.

O Porto do Pecém é de extrema importância para a economia do Estado do Ceará e do país como um todo. Com uma localização estratégica próxima às principais rotas comerciais do Atlântico Sul, o empreendimento é um importante hub logístico para a exportação e importação de mercadorias. Além disso, ele também contribui para o desenvolvimento econômico da região, gerando empregos e atraindo novos investimentos.

Dentre os empregos destinados aos moradores da região, ou que se enquadram dentro das aptidões ou conhecimentos deste, destacamos três em que a maioria da população jovem local vem se destacando:

- estivadores e trabalhadores portuários, que são os profissionais que realizam a movimentação de cargas nos terminais portuários, incluindo carregamento e descarregamento de navios e caminhões;

- operadores de equipamentos de movimentação de carga, que são as pessoas que operam guindastes, empilhadeiras e outros equipamentos para transportar mercadorias no porto;
- motoristas de caminhão, que são os responsáveis pelo transporte terrestre das cargas para dentro e para fora do porto.

No entanto, os empregos com a melhor renda salarial requerem mais conhecimento e/ou experiência que a população local não dispõe, e nem se quer podem cogitar ocupar estas vagas de empregos, as quais destacamos como sendo dos engenheiros:

- engenheiros de diversas especialidades (civil, elétrica, mecânica, química etc.) que desempenham um papel importante na operação e manutenção das instalações industriais e portuárias do CIPP;
- gerentes e administradores: profissionais de gestão que desempenham funções de supervisão, planejamento e gestão em empresas do CIPP;
- profissionais de qualidade: inspetores de qualidade e engenheiros de qualidade garantem que os produtos atendam aos padrões estabelecidos;
- profissionais de pesquisa e desenvolvimento: algumas empresas podem empregar cientistas, engenheiros e pesquisadores para desenvolver novos produtos e processos.

É importante observar que os salários podem variar significativamente com base na experiência, qualificações e cargo específico. Além disso, os setores industriais presentes no CIPP podem incluir metalurgia, energias renováveis, siderurgia, química, entre outros, o que pode afetar a natureza dos empregos disponíveis e suas respectivas faixas salariais.

O equipamento portuário apresenta outros desafios e impactos sociais, para além das diferenças salarias e empregatícia. Dentre os principais problemas sociais associados ao equipamento posso citar o impacto na saúde e qualidade de vida das comunidades locais, devido à poluição e emissão de gases e ruídos, além da desapropriação de terras e remoção de comunidades para a construção do empreendimento.

Outro desafio é a questão da segurança, já que o porto é uma área de grande movimentação de cargas e pessoas, o que pode gerar riscos de acidentes e incidentes para a população local. Além disso, há também a preocupação com o

aumento do tráfego de veículos nas estradas que ligam o porto às cidades vizinhas, o que pode causar congestionamentos e impactos negativos na mobilidade urbana.

É importante ressaltar que esses problemas sociais não são exclusivos do projeto citado, mas são desafios que afetam muitos empreendimentos e grandes obras de infraestrutura ao redor do Brasil, como por exemplo, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, construída na bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no norte do estado Pará, entre outras, como o exemplo a seguir:

> As informações levantadas pelo Cimi mostram que o setor de energia é o que mais impacta as terras indígenas. do total de 519 empreendimentos os da área energética somam 267. Entre esses se destacam 131 pequenas centrais hidrelétricas, 67 usinas hidrelétricas e 60 linhas de transmissão, além de outros investimentos, como as termoelétricas, em números bem inferiores. Em segundo lugar está o setor de infraestrutura com 196, estando as rodovias em maior número (88), seguidas de obras para aproveitamento de recursos hídricos (33), hidrovias (25) e ferrovias (21), dentre outras de características distintas e em menor quantidade. Na terceira e quarta posição estão a mineração (21) e o agronegócio (19), vindo logo depois o Ecoturismo (9) e Outros Empreendimentos Turísticos (7) (Feitosa; Brighenti, 2014, p. 57).

Por isso, é fundamental que as empresas e governos responsáveis pelo empreendimento adotem medidas de mitigação e compensação dos impactos sociais e ambientais, garantindo o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Antes da chegada dos portugueses ao território que hoje compreende o Brasil, uma diversidade étnica significativa já estava presente, representada pelos povos indígenas. Contudo, o avanço da colonização portuguesa resultou no extermínio de uma parcela considerável desses povos. Paralelamente, a partir do século XVI até o XIX, africanos foram trazidos para o Brasil como escravizados. Posteriormente, o país recebeu imigrantes, principalmente da Itália, Alemanha, Espanha, Polônia, Portugal e Japão, para trabalhar em lavouras e indústrias.

Assim, é possível afirmar que o Brasil é uma nação formada por uma variedade de grupos étnicos, a maioria dos quais se miscigenou. Apesar da tentativa dos portugueses de impor sua cultura aos indígenas e africanos escravizados, muitos desses grupos conseguiram manter suas tradições distintas. No entanto, é importante ressaltar que as relações interétnicas no Brasil foram historicamente marcadas por desigualdades, refletidas, ainda hoje, na sociedade brasileira, contribuindo

para problemas sociais graves, como a concentração de renda, o racismo e a disparidade de acesso a recursos culturais.

Os povos ou comunidades tradicionais são grupos culturalmente distintos que possuem formas únicas de organização social. Para esses povos, o território onde vivem e os recursos naturais presentes nele são essenciais para a preservação de sua cultura. Esses grupos possuem conhecimentos ancestrais transmitidos de geração em geração e continuam a produzir saberes e cultura.

Estima-se que pelo menos 4,5 milhões de pessoas no Brasil pertençam a comunidades tradicionais, ocupando cerca de 25% do território nacional. A manutenção de suas culturas e territórios é legalmente garantida no país, conforme estabelecido pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007).

O Brasil abriga uma rica diversidade de povos e comunidades tradicionais, incluindo indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de coco de babaçu, faxinalenses, varzanteiros, praieiros, sertanejos, pantaneiros, entre outros.

Os indígenas que vivem no Brasil representam uma enorme diversidade cultural, com cerca de 896 mil indivíduos divididos em 305 etnias e 274 línguas diferentes, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai). Esses povos, heterogêneos entre si, possuem línguas, costumes e tradições próprias. O Brasil conta com 703 terras indígenas demarcadas, que abrangem 13,6% do território nacional.

Como observado, os territórios não são apenas espaços físicos delimitados, mas também são formados por relações simbólicas e de poder. Essas relações, muitas vezes, reforçam as desigualdades socioeconômicas em nossa sociedade, resultando em barreiras ao acesso a serviços básicos como saúde, educação, lazer e cultura, o que, por sua vez, gera conflitos sociais.

Essas barreiras moldam a percepção da realidade e as dinâmicas das relações sociais, frequentemente marcadas por estereótipos e preconceitos. Como resultado dessas generalizações, a certos grupos sociais, como indígenas, mulheres, LGBTQI+, idosos e negros, são atribuídas características de inferioridade, enfrentando dificuldades adicionais para terem seus direitos básicos garantidos.

No Brasil, as desigualdades socioeconômicas representam um grande desafio, estando, muitas vezes, ligadas ao desenvolvimento econômico desigual de determinadas regiões, como é o caso do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Essas disparidades territoriais também são influenciadas por mercados regi-

onais e blocos internacionais, como o Mercosul, o USMCA (anteriormente conhecido como NAFTA) e a União Europeia, que facilitam a circulação de pessoas, mercadorias e serviços, mas podem criar obstáculos para o comércio com outros países.

2.1 O Porto do Pecém

O Porto do Pecém é um porto marítimo estratégico para o Brasil que possui um sistema de transportes terrestres e marítimos. Estão ligados ao porto: a rodovia BR-020; a Ferrovia Norte Sul; a Ferrovia do Açúcar; e o Calçadão do Pecém. Estas estruturas permitem que o porto seja utilizado para o comércio nacional e internacional. O Porto do Pecém é o maior porto de exportação de minério de ferro do Brasil, sendo responsável por cerca de 50% da exportação de minério de ferro brasileiro. Além disso, é o maior porto de petróleo e derivados do país, responsável por cerca de 60% do total da exportação destes produtos.

Figura 1 – Rotas internacionais e o tempo de chegada ao destino

Fonte: Site do Complexo do Pecém[1].

[1] Disponível em: https://www.complexodopecem.com.br/. Acesso em: 31 jan. 2023.

Figura 2 – Rotas e possíveis conexões nacionais

Fonte: Site do Governo do Estado do Ceará[2].

O Porto do Pecém tem como hinterlândia[3] a região Nordeste do Brasil. O porto é responsável pelo comércio de diversos produtos, como grãos, minério, carvão, petróleo, fertilizantes, fertilizantes sintéticos, derivados de petróleo e celulose. Estes produtos são exportados para diversos países, incluindo países da África, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania. Como principais municípios exportadores e importadores, destacam-se os municípios de São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Maracanaú, Fortaleza, Pacajus, Horizonte, Aquiraz, Capistrano, Acaraú, Tauá, Sobral, Itapipoca, Iguatu, Jijoca de Jericoacoara, Parambu, Juazeiro do Norte, Crateús, Quixeramobim, Quixadá, Granjeiro, Crateús, Aracati, Icapuí, Pindoretama e Canindé.

Assim sendo, a presença das indústrias trouxera para a realidade das comunidades nativas as consequências mais negativas possíveis, em especial para a comunidade indígena Anacé, que foi o deslocamento forçado e a perda de suas

---

[2] PORTO do Pecém é vice-líder nacional em linhas entre portos do País. **Governo do Estado do Ceará**. Fortaleza, 17 dez. 2019. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2019/12/17/porto-do-pecem-e-vice-lider-nacional-em-linhas-entre-portos-do-pais/. Acesso em: 31 jan. 2023.

[3] Hinterlândia é um termo utilizado na geografia e logística para se referir a uma área terrestre, frequentemente localizada no interior de um país ou região, que está associada a um porto, centro industrial ou área urbana. Essa área é responsável por fornecer matérias-primas, produtos e serviços para o centro principal, e, muitas vezes, desempenha um papel fundamental no suporte às atividades econômicas e logísticas da região costeira ou urbana. A noção de hinterlândia é essencial para entender as dinâmicas de comércio, transporte e desenvolvimento regional, uma vez que reflete a interdependência entre áreas costeiras e interiores em um país ou região.

terras tradicionais. A expansão do porto exigiu a desapropriação de terras, muitas das quais eram historicamente usadas pelos Anacé para suas atividades de subsistência, como agricultura e caça. Esse deslocamento forçado perturbou profundamente as tradições e a ligação cultural da comunidade com suas terras ancestrais.

A economia de subsistência dos Anacé depende diretamente dos recursos naturais disponíveis em suas terras. A construção e operação do Porto do Pecém resultaram na degradação do ambiente local, afetando negativamente a disponibilidade de recursos naturais essenciais, como plantas medicinais, água limpa e áreas de caça. Esta situação, em conjunto com as ameaças veladas, conflitos dentro nos núcleos familiares, obrigou os Anacé a buscar alternativas de subsistência, muitas vezes, enfrentando desafios econômicos significativos, e entre as alternativas encontradas, surgiu o termo de acordo, que depois virou a Lei Estadual nº 15.492, de 27 de dezembro de 2013.

A cultura e as tradições dos Anacé estão profundamente enraizadas na relação com a terra e a natureza circundante. A perda de suas terras tradicionais e a exposição a um ambiente em constante mudança, devido a implementação e constante ampliação Porto do Pecém, estavam ameaçando a preservação de suas práticas culturais. Muitas cerimônias, rituais e conhecimentos tradicionais se colocavam em risco de serem perdidos ou profundamente alterados, e esta pressão fez com que as lideranças assinassem o mencionado termo de acordo.

A expansão do Porto do Pecém sempre implicou na apropriação de terras que eram historicamente usadas pela comunidade Anacé para suas atividades de moradia, subsistência e culturais. Essas terras sempre foram de grande significado espiritual e prático para o Povo Anacé, e esta situação gerou disputas territoriais entre a comunidade Anacé e as autoridades locais ou empresas envolvidas no projeto portuário. As reivindicações territoriais e as tentativas de defender as terras tradicionais, portanto, levaram a conflitos frequentes.

Uma das principais fontes de conflito está relacionada à falta de consulta adequada às comunidades indígenas, conforme exigido pelas normas nacionais e internacionais de direitos indígenas. Muitas decisões sobre o projeto do Porto do Pecém, em contrapartida, foram tomadas sem a participação efetiva da comunidade Anacé. Isso criou um sentimento de marginalização e alienação, alimentando a insatisfação e a resistência.

Os conflitos territoriais e a falta de consulta também impactaram as relações sociais dentro e fora da comunidade Anacé. A luta por terras e a reivindicação de direitos têm potencialmente causado tensões com as autoridades locais, empresas e comunidades não indígenas na região. Essas tensões prejudicaram a coesão social e a paz na área, e o sentimento de conflito eminente era constante.

A diferença de idioma e cultura entre a comunidade Anacé e as autoridades locais ou empresas levou, por várias vezes, a mal-entendidos e dificultou a comunicação eficaz. Isso, por sua vez, pode agravar os conflitos, já que as preocupações e perspectivas dos Anacé nem sempre são devidamente entendidas ou consideradas. Estas diferenças de idioma foram muito debatidas por Sahlins (1987, p. 75), em seu livro *Ilhas de História*, como vemos a seguir:

> [...] e quando encontramos com o Governador, aquele que falava maori [isto é, o intérprete] disse que se puséssemos nossos nomes, ou mesmo que apenas fizéssemos uma marca naquele papel, o Governador então nos protegeria e impediria que fôssemos roubados das nossas terras cultivadas e de nossas terras madeireiras e de tudo o mais que nos pertencia… O que falava maori, então, continuou e nos contou certas coisas; o sentido daquilo que falou estava tão bem-guardado que nunca o descobrimos. Uma coisa entendemos bem, no entanto, porque ele disse claramente que se escrevêssemos no papel do Governador, uma das consequências seria que um grande número de pakeha viria fazer comércio conosco, que teríamos uma abundância de bens valiosos […] Ficamos muito alegres ao ouvir isso.

Para a comunidade de Pecém e as localidades vizinhas que estão dentro da área direta do impacto do Porto do Pecém, no estado do Ceará, antes do desenvolvimento do projeto governamental, a região era predominantemente rural, com atividades econômicas voltadas para a agricultura familiar e a pesca.

Com a construção do Porto do Pecém, houve uma transformação significativa do espaço geográfico na região. O porto se tornou um importante centro logístico e industrial, atraindo investimentos e gerando empregos na área. O desenvolvimento portuário impulsionou o comércio exterior, com o aumento das exportações e importações, especialmente de *commodities*, como minério de ferro, granito, frutas, entre outros produtos.

Esse crescimento econômico trouxe impactos para o modo de vida da população local. Houve um aumento na oferta de empregos, o que proporcionou mais oportunidades de trabalho para os moradores de Pecém e regiões próximas. Muitos habitantes da comunidade passaram a trabalhar no porto, nas empresas que se instalaram na região, ou em atividades relacionadas ao comércio e serviços que

surgiram em função do crescimento econômico, deixando de lado a forma de vida tradicional da região.

Além disso, o desenvolvimento do Porto do Pecém trouxe investimentos em infraestrutura, como a construção de estradas, melhorias na oferta de energia elétrica e água potável, bem como a implantação de serviços públicos e equipamentos sociais. Isso contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população local, com acesso a serviços básicos e melhores condições de moradia. No entanto, não demorou muito para estes benefícios se tornarem insuficientes para a população local, pois a oferta de empregos fez crescer e diversificar a população da região no entorno do empreendimento.

Entretanto, é importante ressaltar que o desenvolvimento do Porto do Pecém também trouxe desafios e impactos sociais e ambientais. O aumento da atividade industrial e portuária gera problemas como poluição, deslocamento de comunidades tradicionais, pressão sobre recursos naturais e mudanças na estrutura social da região.

Como modelo de impactos ambientais negativo, é importante destacar que o aumento da atividade industrial e portuária acarreta impactos ambientais significativos. O crescimento do transporte marítimo e terrestre pode resultar em aumento da poluição atmosférica, especialmente devido às emissões de gases de escapamento dos navios e veículos. Além disso, a dragagem e o aterramento para a construção do porto podem afetar os ecossistemas marinhos e costeiros locais, bem como a vida marinha. Um exemplo disso são as notícias constates de visualizações e abate de espécies predatórias na costa cearense, como a do peixe Leão, que não é originário desta região.

> O peixe é considerado uma ameaça ao ecossistema marinho porque não possui predadores naturais e se reproduz rapidamente. "Um espécime de 17 centímetros já se alimenta e se reproduz. Nós encontramos peixes de 29 centímetros no Ceará, e em Fernando de Noronha há registros de espécies com 35 centímetros. Cada um pode se alimentar de até 29 peixes. É uma expansão muito grande que vai acarretar na redução das espécies locais, com impacto nos ecossistemas e na produção pesqueira", explica Marcelo. No início de março, mergulhadores encontraram duas espécies de peixe-leão no Parque Marinho da Pedra da Risca do Meio, mesmo local onde ele foi visto pela primeira vez em Fortaleza, em novembro do ano passado. O animal estava a 17 metros de profundidade Outros dois foram capturados a 25 metros de profundidade no Pecém (Sobreira, 2023).

Como podemos ver, já temos avistamentos de uma espécie predatória que veem contribuindo para o desequilíbrio ambiental da vida marinha, na costa cearense. Este fenômeno obriga o pequeno pescador, que faz uso de jangada - embarcação artesanal produzida pelos próprios pescadores e de pequeno porte -, a enfrentar mais tempo dentro do mar e se distanciar mais da costa. O resultado disso é que os riscos de naufrágios aumentam significativamente, ou acidentes envolvendo navios de grandes portes.

Já é possível notar também que a busca pela profissão de pescador vem diminuindo significativamente, pois os filhos dos pescadores tradicionais da região, hoje, estão buscando outro tipo de profissão, como operador de máquinas, motoristas etc. Fica também bem difícil a vida de quem sobrevive da venda dos pescados, pois, como não há quem queira pescar, se torna complicada a revenda do pescado na praia do Pecém. Alguns pescadores sobreviviam da compra dos peixes dos jangadeiros para a revenda em pequenos comércios próximos à praia, ou até mesmo compravam os peixes dos donos dos “currais”[4] que existiam justamente no local onde foi instalado o equipamento do Porto do Pecém.

Figura 3 - Área de estacionamento próximo à entrada 1 do Porto do Pecém

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

[4] O curral é um tipo de armadilha construída com madeira em forma de labirinto, que utiliza o princípio do aprisionamento, ou seja, o peixe não consegue sair depois que chega ao seu interior. Sua edificação em solo marinho ocorre sempre em regiões de mar tranquilo e baixa declividade, características estas encontradas no Pecém.

Na Figura 3 é possível notar que, durante a maré baixa, na área onde está localizada o Porto do Pecém, formam-se pequenas piscinas naturais, locais estes onde existiam os “currais” dos pescadores do Pecém. Com a construção do equipamento, foi proibido que os nativos continuassem com a prática no local, mas sem muitas explicações; simplesmente os pescadores artesanais foram proibidos de continuar realizando a pesca de “curral” naquele espaço, pois agora pertencia ao governo.

Além disso a construção e expansão do Porto do Pecém tem de resultar em mudanças significativas na paisagem natural da região. Áreas anteriormente preservadas foram alteradas ou destruídas para dar lugar a infraestruturas portuárias, rodovias e áreas industriais. Essas alterações vêm afetar negativamente a estética e a identidade visual do local, bem como o valor turístico da região.

Figura 4 - Área de dunas sendo modificadas para receber os empreendimentos de ampliação e melhoria do Porto do Pecém

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Figura 5 - Área de dunas sendo modificadas para receber os empreendimentos de ampliação e melhoria do Porto do Pecém

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Muitos nativos, ou até mesmo moradores de localidades mais distantes, fazem das estruturas portuárias pontos de lazer e diversão.

Figura 6 – Área de duna em uma das laterais do Porto do Pecém sendo utilizada como estacionamento[5]

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

[5] As figuras 6, 7, 8 e 9 mostram a área de duna em uma das laterais do Porto do Pecém sendo utilizada como estacionamento, e a estrutura da ponte que liga a parte terrestre a área marítima sendo utilizada como abrigo para os banhistas, mesmo havendo placa de proibida a permanência, mas como não é feita a fiscalização, os espaços são ocupados naturalmente.

Figura 7 - Área de duna em uma das laterais do Porto do Pecém sendo utilizada como estacionamento

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Figura 8 - Área de duna em uma das laterais do Porto do Pecém sendo utilizada como estacionamento

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Figura 9 - Área de duna em uma das laterais do Porto do Pecém sendo utilizada como estacionamento

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Estas imagens mostram como os moradores da região são carentes e buscam os espaços, sob a ponte de acesso ao "*píer"* de atracação dos navios para realização de seu lazer. Isso ocorre com mais frequência aos finais de semana e feriados, mas é somente nestes dias em que este espaço é utilizado para lazer, banho e/ou pesca.

2.2 O do CIPP e seu alcance estrutural

Desde o início do projeto, em 1995, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), vem se consolidando como uma das principais regiões de desenvolvimento econômico no Estado do Ceará, gerando empregos diretos e indiretos, causando, assim, um impacto significativo na economia local, regional nacional e internacional, proporcionando mudanças na forma de vida da população local.

Ao longo dos últimos anos, o CIPP tem se transformado em um importante polo logístico e industrial para o país. Os investimentos em infraestrutura e na modernização tecnológica, aliados a uma gestão estratégica, permitiram ao agora CIPP S/A assumir um papel relevante na economia brasileira.

Ao longo dos anos, o CIPP tem investido na modernização de suas instalações e na qualificação de sua força de trabalho. Estes investimentos permitiram ao CIPP oferecer serviços eficientes e seguros, com a mais alta qualidade. Contando com infraestrutura moderna, incluindo modernos guindastes, equipamentos de ope-

ração de carga de última geração e um sistema de monitoramento de segurança. Atualmente, é um dos mais importantes complexos industriais e portuários do Nordeste brasileiro, sendo referência para outros empreendimentos similares no país.

A instalação do CIPP tem tido um impacto significativo na economia da região e na exportação de mercadorias. Como pode ser observado, a exportação de frutas tem diminuído drasticamente, enquanto a exportação de combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação, e matérias betuminosas tem aumentado. Esta nova tipologia de carga exportada traz consigo um grande potencial econômico para a região, oferecendo novas oportunidades de emprego e produção.

Neste sentido, concluir-se-á que a influência do porto vai além da área geográfica da hinterlândia que lhe é associada. Esta influência se inclui nos diversos setores da economia, no desenvolvimento das comunidades locais e na mobilidade de mercadorias e pessoas. Além disso, a influência do porto também se estende às indústrias e empresas que são supridas com recursos provenientes do porto, bem como às empresas e governos que o utilizam para o transporte de mercadorias. É igualmente importante destacar o papel que o porto desempenha no desenvolvimento das empresas locais, através da geração de emprego e da criação de riqueza, bem como da promoção de investimentos. Assim, a influência do porto estende-se a todas as áreas da economia, sendo certo que seu impacto é sentido em toda a região.

Os demais municípios da região exportam e importam pelo Porto do Pecém, que é um dos mais importantes do Brasil devido a sua proximidade com os principais mercados, oferecendo conexões marítimas com os principais portos do mundo. O porto é responsável pela movimentação de cerca de 70% das exportações da região. Estes municípios são Aquiraz, Iguatu, São Gonçalo do Amarante, Cascavel, Horizonte, Pacajus, Eusébio, Pacatuba, Maranguape, Itaitinga, Caponga, Trairi, Paraipaba, Caucaia, Maracanaú, Choró, Banabuiú e Aracoiaba.

Outra característica relevante da região metropolitana de Fortaleza é que a maior parte dos municípios da região ainda possui um alto índice de pobreza. Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do IBGE, cerca de 14 municípios possuem baixo desenvolvimento, enquanto apenas 5 têm índice acima da média regional. Estes dados mostram que ainda há muito a se fazer para melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.

Além disso, o CIPP oferece às empresas acesso aos mercados internacionais, com as vantagens de logística e custo de transporte para os países da Ásia, América do Norte e Europa. O governo brasileiro abriu as portas para a entrada de capitais estrangeiros, oferecendo isenção de impostos e crédito subsidiado para novas empresas, além de incentivos fiscais, como redução de custos operacionais, redução de impostos, incentivos para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e financiamentos.

Assim, o CIPP é o lugar ideal para empresas que buscam expandir seus negócios internacionalmente. Esta região possui oportunidades comerciais únicas para empresas de qualquer tamanho que procuram diversificar seus negócios, acessar novos mercados, ganhar vantagem competitiva e reduzir custos. Somado a isso, a disponibilidade de infraestrutura, como água, eletricidade, telecomunicações e serviços bancários, oferecem às empresas instaladas condições de trabalho aprimoradas.

Neste espaço, as empresas encontram serviços de assessoria empresarial e assessoria tributária, além de programas de incentivo à exportação para que estas possam explorar os mercados internacionais. Por fim, o CIPP vende a ideia de disponibilizar equipe especializada, do governo estadual, que oferece suporte técnico e consultorias para ajudar as empresas a implementarem as melhores práticas de produção e gerenciamento.

Dessa forma, fica evidente que a busca por empregos crescera no ritmo em que os espaços geográficos não podem suportar, levando a um aumento demográfico descontrolado. A busca por moradia, em consequência, fez os preços de aluguéis dispararem, chegando a alcançar patamares nunca vistos antes na região. Um dos períodos mais críticos se deu durante o período da terraplanagem do terreno destinado à Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), uma usina siderúrgica integrada, localizada na cidade de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará.

> O projeto teve início em 2011 e sua operação iniciou no primeiro semestre de 2016. O pico da obra atingiu a quantia de 15 mil operários.[9] O início da produção de aço da CSP foi realizado em junho de 2016 e o início da expor-

> tação de sua produção em agosto do mesmo ano, configurando assim um recorde em ramp ups com duração de apenas três meses[6].

Como vimos, o aumento do fluxo de migrantes em busca de emprego levou a uma competição mais acirrada por oportunidades de trabalho na região, o que dificultou o acesso dos habitantes locais a empregos no CIPP. Isso ocasionou o desemprego e/ou subemprego entre a população nativa, especialmente porque esta população não possuía as mesmas qualificações ou habilidades que os migrantes traziam consigo. Este aumento da população, devido à migração, teve, como impacto negativo, a sobrecarga dos serviços públicos locais, como saúde, educação e infraestrutura, que, por sua vez, impactou a qualidade desses serviços para a população nativa, que já residia na região.

O crescimento de áreas urbanas nas proximidades das terras Anacé frequentemente resulta na perda de terras tradicionais, à medida que as áreas urbanas se expandem. Isso leva à redução das áreas disponíveis para práticas agrícolas e à perda de terras utilizadas para habitação e atividades culturais. O desenvolvimento urbano traz consigo uma maior demanda por recursos naturais, como água e madeira. Isso eleva a competição com as necessidades da população Anacé e conduz à degradação de recursos naturais, tornando a área crítica para a subsistência da comunidade.

Em resumo, o desenvolvimento urbano da região afetou a economia, a cultura e a vida social da comunidade Anacé de várias maneiras, incluindo a perda de terras, mudanças na dinâmica social, acesso desigual a serviços públicos e mudanças nos meios de subsistência. Para abordar esses impactos negativos, é fundamental adotar uma abordagem sensível à cultura (que não aconteceu), que inclua a consulta e a participação ativa das comunidades indígenas na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento urbano e que respeite seus direitos territoriais e culturais.

2.3 O CIPP e o guarda-chuva de vantagens

---

[6] COMPANHIA Siderúrgica do Pecém. **Wikipédia**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Sider%C3%Bargica_do_Pec%C3%A9m. Acesso em: 22 out. 2023.

A Zona de Processamento e Exportação (ZPE), no Ceará, gera emprego e contribui para o crescimento econômico da região, pois oferece incentivos fiscais, cambiais e administrativos às empresas instaladas na área. Além disso, possibilita a vinda de novas tecnologias e a geração de divisas para o país.

Também contribui para o desenvolvimento econômico, pois as empresas que se instalam na ZPE podem usufruir de incentivos que lhes permitem competir de forma mais eficaz no mercado externo. Isso permite que as empresas produzam produtos de qualidade superior a preços mais baixos, o que aumenta sua lucratividade. Além disso, as empresas podem se beneficiar de tarifas mais baixas para o transporte de suas mercadorias, o que também afeta positivamente o seu desempenho.

A ZPE Ceará também contribui para o desenvolvimento econômico na região, pois promove a geração de empregos e a oferta de serviços. Isso gera um aumento na renda das famílias e, consequentemente, melhora a qualidade de vida das pessoas. Ela incentiva a inovação, o que contribui para o avanço da tecnologia na região.

Além disso, as empresas podem usufruir de outras vantagens, como a isenção de impostos sobre as operações de exportação, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); a redução de tarifas de importação para os insumos necessários à produção exportada; a redução de tarifas de exportação para os produtos nacionais; a isenção de tributos no pagamento de títulos de crédito originados de exportação; a manutenção de estoques de matérias-primas e produtos acabados no exterior; a isenção do Imposto de Renda das pessoas jurídicas sobre lucros obtidos no exterior; e a isenção do Imposto de Renda retido na fonte sobre os rendimentos provenientes da exportação.

A instalação destas empresas destruiu lembranças que nunca foram transferidas entre gerações familiares. Esta análise tem considerado também outra tendência importante, e que, ao que tudo indica, veio para ficar. Refiro-me à abertura comercial e à globalização, que apontam, ainda que num período de curto prazo, para a diversificação econômica da região, pois, com a abertura de novas fronteiras para os mercados, a produção nacional passa a ser mais competitiva, tanto na exportação quanto no mercado interno, e isso pode ser um dos principais fatores para o desenvolvimento industrial do Ceará. Colaborando com isso, temos que:

> Uma das marcas do homem cearense é sua criatividade e sua capacidade de flexibilizar-se às atividades. Quando teve início, no Brasil, o tratamento do que se chama de flexibilização, como um dos paradigmas do novo modo de acumulação capitalista (pós-fordismo), para o sertanejo isso já era corriqueiro: ora é ele vaqueiro, agricultor, vendedor ambulante ou operário da construção civil, conforme lhe exige a sobrevivência (Lima, 2015, p. 10).

Portanto, para que o Estado do Ceará se desenvolva economicamente, é necessário que sejam desenvolvidos outros fatores além da mão de obra barata, como o acesso às tecnologias, a diversificação econômica e a abertura comercial. Nesse sentido, o Estado deve incentivar o desenvolvimento de outras áreas, como a ciência, a tecnologia, a educação, a infraestrutura e outras, que contribuam para o crescimento econômico.

2.4 O CIPP e a mudança de vida

Quem chegava à localidade de Matões, antes do início das construções de estradas, porto e indústrias, conhecia como lugar pequeno, mas cheio de encanto e com muitas peculiaridades, que vão desde a culinária ao jeito simples de viver; algumas pessoas reconheciam o lugar como sendo “Os Matão”, por manter preservada uma grande quantidade de mata virgem.

A partir de março de 1995, tudo viria a mudar. Neste ano, o então governador do Estado do Ceará, Tasso Jereissati (reconhecido pela população como sendo *“o galeguim dos zói azul”*), em parceria com a Presidência da República, exercida, na época, por Fernando Henrique Cardoso, deram início aos estudos para o novo empreendimento. Os estudos hidroceanográficos, então, são realizados pela Marinha do Brasil, que apontou a área próxima à Vila do Pecém como possuidora das profundidades naturais adequadas para a instalação do empreendimento.

Era o início do sonho empresarial do CIPP, que surgiria com a finalidade de resolver os problemas econômicos de todo o Estado do Ceará. Inicialmente, seriam exportadas frutas produzidas no vale do Jaguaribe, serras e litoral cearense, além de produtos regionais, como o couro, por exemplo. Mas à medida que o projeto foi se tornando realidade, empresários de vários setores, acreditando no potencial do projeto econômico cearense, iniciaram as instalações industriais. Logo, desde a

construção do Porto, muitos outros já estavam sendo projetados, para, assim, garantir a produção financeira ideal para viabilizar o empreendimento.

A comunidade de Matões, que possuía vida independente, começa a sentir a mudanças imposta pelo CIPP, e os populares tiveram que se adaptar à nova realidade imposta. Para confirmar isso, foi gravado com tinta na parede de um comércio na localidade a seguinte frase: *"Em 18 de julho do ano de 62, vinha dos morros uns ruídos como carro de bois, as vezes uns finos e uns mais grossos depois, era um homem no jipe, do Pecém para o Cauípe no ano de 62"*. Conta-se que, no dia em que o senhor Antônio Brasileiro passou por dentro de Matões, em seu jipe, vindo da Vila de Pecém para a localidade do Cauípe, foi um reboliço dentro da comunidade, pois ninguém havia escutado o som de automóvel nenhum dentro da comunidade, então, comenta-se que houve gente que se escondeu por medo de que fosse o fim do mundo.

A realidade hoje é totalmente diferente, pois a comunidade convive com trânsito constante de veículos leves (carros e motos), caminhões e carretas movimentando contêineres (cheios e vazios). Esta nova rotina (IMPOSTA) é totalmente diferente do local pacato, tranquilo e sossegado que se sustentava, basicamente, através de pequenos comércios, plantações e escambos. A localidade também convive com o aumento significativo de pessoas em busca dos empregos gerados pelo CIPP. "Atualmente, o Complexo congrega 30 empresas, gerando 50,8 mil empregos diretos e indiretos", este ainda vai aumentar com a chegada do "*HUB do Hidrogênio Verde".*

Em conversa com a população nativa sobre os impactos ocasionados pelo CIPP, as opiniões divergem. Alguns chegam a afirmar que *"a vida melhorou muito com a chegada do porto, antigamente as coisas eram muito difícil"*, levando em consideração a forma como conseguir o alimento para a família, pois *"quem plantava tinha alguma coisa para comer, mas quem não tinha onde plantar, era difícil… hoje todo mundo tem seu dinheirinho, é só ir ali no Pecém e pronto"*.

Mas, há quem diga que *"vida boa era a de antigamente, quando queria comer batata, era só no fundo quintal, lá já tinha cheiro verde, era fartura"*, lembrando o período em que plantava sua hortaliça em produção caseira, pois tinham disponibilidade de água fácil. *"Não existia os perigos que tem hoje, a gente podia dormir com as portas abertas, vinha do Pecém para cá, se não se encontrasse com uma visagem, não tinha perigo"*. O número de roubos e assaltos vem crescendo, bem

como o número de mortes por armas de fogo, situação associada ao clima de insegurança, que vem alterando o modo de vida e as edificações na região; cercas são substituídas por muros altos, sistema de vigilância por vídeos monitoramento, algo comum nos comércios e estabelecimento que ofertam serviços à população.

Antigamente, *“as pessoas que tinham casa aqui, a gente conhecia tudin, hoje ninguém conhece mais ninguém meu filho, é tudo diferente, uma casa onde mora cinco homi, que vem eu não sei nem de onde”*, afirmação feita por uma moradora, fazendo referência aos homens que deixam suas famílias e que vem para as localidades próximas às indústrias em busca de emprego, alugando casas em conjuntos com outros na mesma situação para reduzir, assim, os custos, de modo que sobre um pouco mais de dinheiro para mandar para seus entes onde os mesmos estão.

3 A HISTÓRIA DO POVO ANACÉ

Este capítulo tem como objetivo apresentar a história do povo Anacé a partir de fontes secundárias, como livros, artigos, teses e dissertações. A escolha dessas fontes foi baseada em uma pesquisa prévia realizada na comunidade Anacé, que indicou a escassez de fontes primárias sobre a história do povo.

3.1 A população Anacé e a história cearense

A população indígena Anacé é uma das mais antigas e tradicionais do Estado do Ceará. Segundo o antropólogo Ricardo Lopes (2016, p. 44), os Anacé são "um dos grupos étnicos mais antigos da região do Nordeste, cuja presença é atestada desde o século XVII". Historicamente, os Anacé ocupavam uma vasta área que se estendia do litoral ao sertão do Ceará, mas, atualmente, são encontrados em apenas algumas comunidades, entre elas a comunidade de Matões.

A comunidade indígena Anacé de Matões está localizada no município de Caucaia, a cerca de 60 km de Fortaleza, e é formada por aproximadamente 200 famílias. Segundo a antropóloga Denise Menezes (2006, p. 123), a comunidade de Matões é "um dos poucos redutos de resistência indígena do estado do Ceará", e tem lutado ao longo dos anos pela manutenção de suas tradições e cultura. A luta dos Anacé de Matões é um exemplo da resistência e da importância das comunidades indígenas para a história e a cultura do Brasil, e evidencia a necessidade de políticas públicas e de ações

De acordo com a pesquisa realizada por Almeida (2013), os Anacé habitavam originalmente uma extensa área que se estendia do litoral até o sertão, incluindo as regiões onde hoje se encontram as cidades de Fortaleza, Sobral e Crateús. Sua presença nessas regiões era marcada pela prática de uma agricultura de subsistência e pela caça e pesca. Além disso, os Anacé também desenvolveram uma cultura material própria, que incluía cerâmica, cestaria e tecelagem.

A partir do século XVII, a região habitada pelos Anacé passou a ser alvo de disputas entre os colonizadores portugueses e espanhóis. Em 1632, os portugueses iniciaram a colonização do Nordeste brasileiro, estabelecendo a capitania de Ceará e dando início ao processo de expulsão dos Anacé de suas terras. Durante

esse período, os Anacé enfrentaram uma longa resistência ao processo de colonização. Apesar das tentativas dos colonizadores de submeter os Anacé à escravidão, muitos grupos conseguiram preservar sua identidade e resistir à ocupação dos seus territórios.

Com o passar do tempo, muitos autores descreveram os Anacé como tendo sido assimilados à cultura brasileira por terem perdido a língua própria, adotando costumes e religião do colono. Mas isso não passava de uma estratégia de sobrevivência, no entanto, pois eles mantiveram sua identidade cultural, seus costumes ancestrais e seus rituais disfarçados dentro dos rituais incorporados às suas tradições.

Nos séculos XVIII e XIX, o povo Anacé foi gradualmente se expandindo por todo o Nordeste brasileiro, estabelecendo comunidades em várias cidades e regiões. A região onde o povo Anacé se expandiu se tornou conhecida como o "Cinturão Anacé" ou "Cinturão de Ouro".

Os indígenas Anacé tiveram participação em diversas batalhas e conflitos históricos no Ceará. Algumas das principais referências bibliográficas que tratam dessas batalhas e da participação dos Anacé são:

1. Guerra dos Bárbaros de 1684: "A Conquista do Ceará: A Guerra dos Bárbaros", de Durval Muniz de Albuquerque Jr.;
2. Guerra dos Tapuias de 1720: "Guerras dos Índios no Brasil: História, Etnografias e Fontes", organizado por Carlos Fausto e José Ribamar Bessa Freire;
3. Batalha de Jenipapo de 1823: "Jenipapo: A Guerra dos Bárbaros", de João Paulo Viana;
4. Batalha de Icó de 1829: "A Batalha de Icó: Sangue e Glória no Nordeste do Brasil", de José Irineu Nenevé;
5. Guerra do Jenipapo de 1832: "A Guerra do Jenipapo", de Nirez de Azevedo;
6. Revolta de 1914: "A Guerra dos Bárbaros: O Povo Anacé em Luta", de Francisca Verônica Bezerra.

É importante lembrar que essas são apenas algumas das batalhas e conflitos em que os índios Anacé tiveram participação no Ceará, e que a história desses povos é muito rica e diversa.

No século XIX, o Brasil passou por um processo de independência política e criação do Estado brasileiro. Nesse período, o povo Anacé foi novamente alvo de um processo de expulsão de suas terras, sendo obrigado a se mudar para regiões mais distantes, mas sempre próximo ao litoral cearense, pois mantiveram sua ligação com o mar. No entanto, a resistência dos Anacé à colonização e à criação do Estado brasileiro foi importante para a preservação de sua identidade e cultura. Em meados do século XIX, muitos grupos Anacé se uniram para lutar pela preservação de suas terras e direitos.

Durante o século XX, os Anacé lutaram pela preservação de sua identidade e cultura. Eles criaram associações para a defesa de seus direitos e lutaram pela demarcação de suas terras. Além disso, eles desenvolveram projetos de educação e cultura para garantir o respeito à sua identidade e cultura. Um desses projetos é a Licenciatura Intercultural Indígena, implementada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), na qual os indígenas Anacé foram e são alunos e formadores.

Nos últimos anos, o povo Anacé tem buscado se inserir na sociedade brasileira, mantendo sua identidade e cultura. A luta dos Anacé tem sido fundamental para a preservação de sua identidade e é considerada uma importante contribuição para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

No entanto, a comunidade Anacé de Matões também enfrenta diversos desafios e problemas sociais. Um dos principais desafios é a falta de reconhecimento por parte das autoridades governamentais, o que tem dificultado o acesso da comunidade a políticas públicas e serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura. Apesar deste reconhecimento ter melhorado gradativamente, ao longos dos anos, ainda está muito distante do que a comunidade indígena busca. Além disso, a comunidade tem sofrido com a invasão de suas terras por parte de empresas e empreendimentos que buscam explorar recursos naturais, como a construção de parques eólicos, indústrias e/ou loteamentos. Diante desses desafios, a comunidade Anacé de Matões tem se mobilizado para reivindicar seus direitos e garantir a preservação de suas tradições e cultura.

É importante destacar que o reconhecimento e a valorização das culturas e tradições indígenas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Como afirma o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2019, p. 32), "os povos indígenas são os guardiões de uma enorme diversidade cultural e biológica que é patrimônio de toda a humanidade". Portanto, é fundamental que a

comunidade Anacé de Matões e outras comunidades indígenas recebam o reconhecimento e apoio necessários para a manutenção de suas culturas e tradições.

A população indígena Anacé de Matões é uma comunidade localizada no município de Caucaia, no estado do Ceará, conforme mencionado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população indígena Anacé contava com 880 pessoas, distribuídas em diferentes comunidades espalhadas pela região. Apesar de sua importância histórica e cultural, a população indígena Anacé de Matões enfrenta diversos desafios e problemas sociais. De acordo com estudos acadêmicos, a comunidade sofre com a falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação e saneamento básico, além da perda de território e de suas formas tradicionais de subsistência, como a pesca e a agricultura.

Para enfrentar esses desafios, a comunidade Anacé de Matões tem se organizado em diferentes frentes, buscando o fortalecimento de sua cultura e a melhoria das condições de vida de seus membros. Além disso, a comunidade tem lutado pela demarcação e proteção de seu território, tendo sido reconhecida pela FUNAI como um grupo em processo de demarcação de terras indígenas.

3.2 A história do povo Anacé no litoral do Ceará

Os Anacé são um povo indígena que habita o estado do Ceará, divididos entre dois municípios, Caucaia e São Gonçalo do Amarante, vivendo nas comunidades de Japuara, Mangabeiras, Santa Rosa, Tabuleiro Grande, Salgada, Coqueiro, Área do Cauípe, Pitombeiras, Planalto Cauípe, Barra do Cauípe, Matões, Corrupião, Área verde I e II, Lagoa Amarela, Baixa das Carnaúbas, Cambeba, Bolso, Chaves, Oiticicas, Pe. Holanda, Tabuleiro e Gereraú, uma população estimada em 1.000 (mil) famílias e 403 famílias, cadastradas pela FUNASA e atendidas pelo governo municipal, estadual e federal.

A história desse povo nessa região é marcada por desafios e lutas pela preservação de sua cultura e território. Em 2023, existe um processo muito forte de autoafirmação étnica de várias outras localidades, buscando o reconhecimento do etnônimo Anacé para sua localidade, mas isso é assunto para outros estudos. Como recorte, meu estudo tem como foco as comunidades de Matões e Bolsas, as quais foram desterritorializadas das suas localidades de origem e reterritorializadas na reserva indígena Taba dos Anacé.

De acordo com a pesquisa histórica, a presença dos Anacé na região do litoral cearense remonta ao século XVI, quando os portugueses chegaram à região e entraram em contato com os povos indígenas locais. Durante o período colonial, os Anacé tiveram suas terras invadidas e foram submetidos ao trabalho escravo, além de sofrerem com a disseminação de doenças trazidas pelos europeus. A partir do século XVIII, o processo de colonização foi intensificado, o que culminou em um maior avanço das fronteiras agrícolas, resultando em uma crescente pressão sobre as terras dos Anacé.

No século XIX, com a chegada dos engenhos de açúcar na região do litoral cearense, os conflitos entre os Anacé e os fazendeiros se intensificaram, resultando em diversos episódios de violência. Em meados do século XX, com a construção da estrada de ferro, a região passou por uma nova transformação, com a expansão da pecuária e o aumento da pressão sobre as terras dos Anacé.

A partir da década de 1980, os Anacé começaram a se mobilizar em defesa de seus direitos, especialmente em relação à terra e à preservação de sua cultura. Em 1993, a comunidade de Matões foi reconhecida como terra indígena pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em uma importante vitória para os Anacé.

Apesar desse reconhecimento, os desafios ainda são muitos para a comunidade de Matões. A preservação da cultura e das tradições ancestrais é uma luta constante, especialmente diante do avanço da cultura ocidental e das pressões externas. A preservação da língua Anacé é uma das principais preocupações, já que muitos jovens acabam se distanciando das tradições e se integrando à cultura dominante.

Além disso, a comunidade enfrenta ainda desafios em relação à garantia de seus direitos territoriais. O reconhecimento da terra indígena de Matões pela FUNAI não significa que a comunidade esteja livre de conflitos e disputas territoriais. Os fazendeiros da região, por exemplo, continuam a pressionar pela expansão de suas propriedades, muitas vezes, invadindo as terras Anacé e causando conflitos.

Para lidar com esses desafios, a comunidade de Matões tem buscado fortalecer suas estratégias de resistência e autonomia. A criação de associações e cooperativas indígenas, por exemplo, tem se mostrado uma alternativa viável para a geração de renda e a valorização da cultura local. Além disso, a educação indígena tem sido outra importante ferramenta de resistência e preservação da cultura Anacé, em Matões. Escolas indígenas foram criadas na região, com aulas ministradas vi-

sando priorizar que os conteúdos sejam voltados para a valorização da cultura e das tradições locais.

A Antropologia tem um papel fundamental na compreensão da história e da realidade dos povos indígenas, como os Anacé, em Matões e Bolso. Através da pesquisa etnográfica, é possível conhecer a cultura, as tradições, os desafios e as lutas desses povos, contribuindo para uma maior valorização e respeito por sua história e identidade.

Em suma, a história do povo Anacé em Matões e Bolso é marcada por desafios, lutas e resistência. A preservação da cultura e das tradições ancestrais, bem como a garantia de seus direitos territoriais, são temas centrais nas lutas e mobilizações dessa comunidade. A Antropologia, portanto, tem um papel fundamental na compreensão e valorização da história e identidade dos povos indígenas, contribuindo para uma sociedade mais justa e respeitosa com a diversidade cultural brasileira.

Além disso, a história do povo Anacé em Matões também é marcada pela influência de outros povos e culturas não somente indígenas, mas também de portugueses e povos africanos que tiveram relação de convivência com os indígenas, desde o período colonial. Um exemplo dessa influência é modificação religiosa provocada pela evangelização praticada pelos missionários ou Croeiros[7], que saiam da Porangaba para o Pecém com uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, passando, assim, a catequizar os nativos em nome da igreja católica. Com o passar do tempo, começaram a determinar espaços para a realização dos cultos católicos, e eram as casas dos moradores que se propunham a receber a imagem da santa, que eram Chiquinha Rafael, Manuel Paulino, na localidade de Matões, e a tia Bela do Chico Sabino, na localidade Baixa das Carnaúbas.

Na década de 1960, chegaram a Matões a família Ferreira Lima, nativa da lagoa do Damião, próximo da serra da Japuara, para morar no terreno de Antônio Brasileiro. A família já havia sido evangelizada pela Igreja Adventista, e com isso, passou a ser mais uma forma religiosa para diversificar as crenças dos nativos Anacé.

---

[7] Esta nomenclatura foi intitulada aos missionários, pois eles tinham a cabeça raspada e os nativos reconheciam este espaço como sendo o local em que se colocava a coroa, por isso também acreditavam que os mesmos eram uma divindade.

O povo nativo passou a frequentar os novenários, os terços e festejos dos Santos, rezados por um senhor chamado de Bita, mantendo sempre os rituais sagrados e os cultos da igreja Adventista. No final da década de 1960, o povo Anacé passou a ter uma crença muito forte nos festejos da dança de São Gonçalo, ocorrendo dança do coco no terreiro em frente à casa de Chico Januário, no Brigório ou Gregório, na casa de Raimundo Lourenço e Manuel Ribeiro, em Matões. No entanto, com a popularização deste evento, que passou a reunir muitas pessoas no mesmo espaço, chamou a atenção das autoridades locais, logo, este começou a ser perseguido pela cavalaria do capitão Martins, que acabou proibindo a realização dos mesmos, com a justificativa de que os nativos estavam adorando ao Diabo. Então, essa mistura de culturas resultou em novas formas de expressão e identidade, que tem raízes tanto no catolicismo, quanto em cultura de matrizes africanas e indígenas.

A presença de missionários e religiosos também teve um impacto significativo na história dos Anacé, em Matões e Bolso. Durante muitos anos, a Igreja Católica teve uma forte presença na região, impondo uma visão eurocêntrica e cristã sobre os indígenas. Grande parte da população indígena da localidade é batizada, fez a primeira eucaristia, a crisma, tem a união entre homens e mulheres abençoada por sacerdote da igreja católica, tem o hábito de ir à missa aos domingos, reza terço em ação de graça e/ou até mesmo em aniversários, além de que muitos dos nativos têm nomes de santos da igreja católica.

Quando um ente querido é acometido por uma grave enfermidade, é muito comum a realização de promessas aos santos, e um dos mais comum é São Gonçalo. No entanto, nas últimas décadas, os Anacé têm buscado resgatar suas próprias tradições religiosas, como o culto ao Toré, que é um ritual sagrado realizado em honra aos ancestrais e aos espíritos da natureza. O referido ritual consiste em reunir indígenas em círculo, em cujo centro devem ficar as pessoas que irão iniciar, mudar e conduzir o ritmo as músicas que serão entoadas. Além disso, os que estão no centro cantam as músicas muito alto para que todos que estão no círculo escutem e entrem no ritmo do canto, e a estes são dadas a nomenclatura de puxadores de Toré.

O ritual do Toré, entre o povo Anacé, é um momento profundamente enraizado em sua cultura e espiritualidade. Os puxadores do Toré são figuras centrais, sempre com maraca na mão, frequentemente ocupando cargos de liderança, como

pajé ou cacique, dentro de suas comunidades. Eles são reverenciados pelos participantes, não apenas pela sua posição de liderança, mas também pelo conhecimento espiritual e pela habilidade de conduzir o ritual de forma sagrada e respeitosa.

Dentro da roda do Toré, pode-se encontrar a presença de tambores, o que reflete a influência das crenças tanto indígenas quanto das matrizes africanas, evidenciando uma rica sincretização religiosa. Essa mistura de elementos culturais se manifesta não apenas na música, mas também nos gestos, nas danças e nos cânticos entoados durante o Toré.

Um aspecto fascinante do Toré é a possibilidade de alguns puxadores incorporarem espíritos durante o ritual, dependendo da intensidade da conexão espiritual do momento. Essas incorporações não interrompem a continuidade das músicas do Toré, mas acrescentam uma dimensão espiritual e ritualística mais profunda à experiência coletiva.

Em suma, o Toré para os Anacé não é apenas uma manifestação cultural, mas um espaço onde se entrelaçam tradições ancestrais, espiritualidade e identidade comunitária. É um momento sagrado que fortalece os laços entre os participantes, revitaliza a conexão com as raízes culturais e celebra a presença espiritual que permeia a vida diária e cerimonial do povo Anacé.

Outro aspecto importante da história dos Anacé em Matões e Bolso é a questão da terra. A luta pela demarcação e reconhecimento de suas terras é uma pauta constante da comunidade, que tem sofrido com a invasão de posseiros, sejam eles individuais ou coletivos, e, por muitas vezes, este posseiro é o Estado, que ocasiona a destruição do meio ambiente. A demarcação das terras indígenas é uma questão de justiça histórica e garantia de sobrevivência cultural e física para os povos originários.

Dessa forma, é possível compreender que a história do povo Anacé em Matões e Bolso é complexa e multifacetada, marcada por desafios e resistências, mas também por processos de resgate e valorização de sua cultura e identidade. A Antropologia, como ciência social que se dedica ao estudo das culturas e sociedades humanas, é fundamental para compreender e dar visibilidade a essa realidade, contribuindo para a luta por uma sociedade mais justa e plural.

3.3 A desterritorialização do povo Anacé para a Taba dos Anacé

A desterritorialização é um fenômeno intrínseco à era da globalização, caracterizado pelo desvanecimento das fronteiras físicas e pela emergência de fluxos transnacionais que reconfiguram as relações sociais, econômicas e culturais. Nesse contexto, os sujeitos são constantemente confrontados com desafios e oportunidades de construir identidades flexíveis e cosmopolitas, que transcendem os limites geográficos e redefinem o sentido de pertencimento (Bastos, 2008).

A desterritorialização é uma das características centrais da sociedade contemporânea. Muitos autores argumentam que a globalização e a disseminação das redes de comunicação têm desencadeado processos de desterritorialização, nos quais as fronteiras físicas se tornam menos relevantes, enquanto as fronteiras virtuais e simbólicas ganham importância.

Essa desterritorialização tem implicações profundas nas esferas sociais, econômicas e culturais. Ela desafia conceitos tradicionais de identidade baseados em localização geográfica e promove a formação de identidades híbridas e transnacionais. Além disso, a desterritorialização afeta as relações de poder, uma vez que novas formas de poder emergem através das redes globais, desafiando as estruturas de poder tradicionais baseadas no controle territorial.

Em resumo, a desterritorialização refere-se à transformação das relações espaciais e à emergência de novas formas de identidade e poder que transcendem as fronteiras geográficas. Essa perspectiva tem sido amplamente discutida por estudiosos de várias áreas do conhecimento que contribuem para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais na era da globalização.

Logo, isso faz com que os povos indígenas sofram este processo, que tem sido amplamente estudado na Antropologia, destacando-se a importância da terra para a manutenção das identidades, culturas e tradições dessas comunidades. A Taba dos Anacé, assim como outras áreas destinadas a reassentamento de comunidades indígenas, é um exemplo de como a desterritorialização pode ter consequências graves para a vida dessas comunidades, afetando diretamente sua organização social, econômica e cultural.

Nesse sentido, é importante destacar que a desterritorialização dos povos indígenas é um problema que não se restringe somente ao Brasil, mas ocorre em diversas partes do mundo, pois é do notório saber que existem diversas regiões ao

redor do mundo onde populações indígenas têm enfrentado os impactos da desterritorialização causada por grandes empreendimentos. Alguns exemplos notáveis incluem:

1. Amazônia, Brasil: as comunidades indígenas da Amazônia têm enfrentado a desterritorialização devido à expansão da agricultura, pecuária, extração de madeira, mineração e construção de barragens. Essas atividades ameaçam não apenas seu território tradicional, mas também o ecossistema único em que vivem;
2. Canadá: muitas comunidades indígenas no Canadá têm sido afetadas pela desterritorialização causada pela exploração de recursos naturais, como a extração de petróleo nas areias betuminosas de Alberta. Isso resultou em perda de território, poluição ambiental e interrupção de modos de vida tradicionais;
3. Tailândia e Laos: a construção de barragens, ao longo do rio Mekong, tem levado à desterritorialização de comunidades indígenas nas regiões afetadas. Esses projetos têm impactado negativamente o acesso à terra, recursos naturais e modos de subsistência tradicionais dessas populações;
4. Austrália: as comunidades aborígenes australianas têm sido afetadas pela desterritorialização devido à exploração de minerais, energia e recursos naturais em suas terras. Isso tem resultado na perda de território, danos ambientais e ameaças à preservação de suas culturas tradicionais.

Esses são apenas alguns exemplos, e a desterritorialização de populações indígenas devido a grandes empreendimentos é um fenômeno global que ocorre em várias partes do mundo. É importante reconhecer os impactos socioeconômicos e culturais dessas atividades e promover a proteção dos direitos e territórios das comunidades indígenas.

Observa-se a pressão exercida por projetos de desenvolvimento que visam à exploração de recursos naturais em territórios indígenas. Assim, a discussão sobre a desterritorialização e a luta pela garantia dos direitos territoriais e culturais das comunidades indígenas deve ser um tema de reflexão constante para a Antropologia e para a sociedade como um todo.

No caso específico do povo Anacé, a desterritorialização para a Taba dos Anacé foi um processo traumático e doloroso para os indígenas, assim como para

outras comunidades indígenas em diferentes regiões do Brasil e/ou do mundo. Quando essas comunidades são deslocadas de seus territórios tradicionais, ocorrem diversas consequências negativas que afetam profundamente sua identidade, cultura e modo de vida, por exemplo:

- perda da conexão com a terra: a terra é fundamental para a identidade e a subsistência das populações indígenas. O deslocamento forçado resulta na perda do acesso a recursos naturais, áreas sagradas e locais de significância cultural, levando a uma desconexão profunda com sua história, tradições e formas de conhecimento ancestral;
- quebra dos laços comunitários: a desterritorialização do povo Anacé envolve o desmembramento das comunidades indígenas, com famílias e grupos sendo separados. Isso conduz à fragmentação social, enfraquecimento dos laços comunitários e perda da coesão social, causando um profundo impacto emocional e psicológico nas pessoas afetadas;
- desintegração da estrutura familiar: o deslocamento forçado resulta na separação de famílias e no rompimento dos laços familiares e comunitários estabelecidos ao longo de gerações. Isso pode levar ao sentimento de perda e desorientação, afetando a coesão familiar e a transmissão de valores culturais e tradições;
- impactos na saúde física e mental: a desterritorialização tem ocasionado uma série de problemas de saúde física e mental. O estresse, a ansiedade e a depressão são comuns entre a população indígenas Anacé, que passaram por o processo de deslocamento, devido à perda de seus modos de vida tradicionais e à ruptura de suas estruturas sociais;
- desafios na preservação cultural: a desterritorialização ameaça a continuidade cultural das populações indígenas Anacé. A transmissão de conhecimentos tradicionais, práticas culturais e a forma de falar dos ancestrais pode ser interrompida, colocando em risco a sobrevivência de sua herança cultural única;
- vulnerabilidade socioeconômica: o deslocamento forçado conduz a população indígena Anacé a um estado de vulnerabilidade socioeconômica. A perda de território e a falta de acesso a recursos resulta na diminuição

das oportunidades de subsistência e na dependência de fontes externas de sustento, causando condições de pobreza e marginalização;

- discriminação e marginalização: a população indígena Anacé, que sofreu desterritorialização, está sujeita à discriminação e marginalização no novo ambiente para o qual foi deslocada. Essa população tem enfrentado dificuldades para se socializar, lidar com estigmas e preconceitos, o que contribui para um aumento do sentimento de exclusão e diminuição da autoestima;
- insegurança alimentar e perda de autonomia: com a perda do acesso às terras férteis e recursos naturais aos quais já estavam adaptados, a população indígena Anacé precisa enfrentar insegurança alimentar, dependendo cada vez mais de fontes externas de alimentos. Isso pode levar à perda da autonomia alimentar, enfraquecendo suas práticas agrícolas tradicionais e conhecimentos sobre plantas nativas;
- desvalorização da cultura e identidade: a desterritorialização tem como resultado a desvalorização e marginalização das culturas indígenas. A falta de reconhecimento e respeito pelos conhecimentos, tradições e modo de vida indígena Anacé leva à erosão da identidade cultural e à perda do senso de pertencimento, gerando um profundo impacto emocional e psicológico;
- ameaças ao patrimônio ambiental: muitas comunidades indígenas desempenham um papel crucial na preservação dos ecossistemas em que vivem. Com a desterritorialização, a proteção desses ambientes naturais fica comprometida, causando danos irreparáveis ao patrimônio ambiental e à biodiversidade.

É fundamental reconhecer e respeitar os direitos das populações indígenas, incluindo seu direito à terra e à autodeterminação, a fim de mitigar os impactos negativos da desterritorialização e promover a preservação de suas identidades culturais e modos de vida tradicionais.

Diante desses desafios, é fundamental que haja políticas públicas efetivas que reconheçam e respeitem os direitos territoriais e culturais das populações indígenas cearenses. Isso inclui a consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas, a promoção da sustentabilidade ambiental, o fortalecimento das identidades culturais e a valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas. Somente

assim é possível mitigar o impacto traumático da desterritorialização e promover o bem-estar das populações indígenas.

Dessa forma, é fundamental que as políticas públicas e os projetos de desenvolvimento considerem as necessidades e os direitos das comunidades indígenas, respeitando suas terras, tradições e culturas. A participação ativa das comunidades e da Antropologia nessas discussões é fundamental para garantir a justiça e a equidade de direitos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

A criação de projetos de recuperação ambiental e de resgate de tradições e costumes, como forma de resistência e luta pela garantia de seus direitos territoriais e culturais, tem se mostrado como uma estratégia importante para a sobrevivência e a resiliência das comunidades desterritorializadas. Além disso, a participação da Antropologia em processos de fortalecimento e valorização das culturas e identidades indígenas é fundamental para a garantia dos direitos dessas comunidades e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A criação da Taba dos Anacé foi uma medida do governo brasileiro para mitigar os efeitos da construção do CIPP e a consequente desapropriação das terras, ancestral e historicamente ocupadas pelo povo dos Anacé. No entanto, essa medida foi implementada sem o devido respeito ao povo, sem haver consulta e sem consentimento da comunidade, o que tornou mais grave os impactos da desterritorialização. Além disso, a área destinada à Taba dos Anacé é pequena e já está dentro da área reivindica pela nação Anacé, e isso causou um mal-estar entre as comunidades indígenas, pois a visão que o movimento indígena teve foi que a população indígena de Matões e Bolso ocupariam as terras de outras comunidades pertencentes ao mesmo povo.

O povo indígena das terras de Japuara e, principalmente, de Santa Rosa, no qual mora o cacique Roberto, que se tornou cacique com a morte do seu pai, o senhor Antônio Ferreira da Silva, o cacique Antônio. No dia 18 de junho de 2019, durante o velório de seu pai, o cacique Roberto apresentou uma carta, que, segundo ele, quem a havia escrito teria sido o seu pai, deixando o cacicado para ele (Roberto). Este momento foi presenciado por mim, que participava do velório do cacique Antônio, e desde então, o novo cacique iniciou várias tentativas de obter espaço de morada dentro da então constituída reserva indígena Taba dos Anacé.

O modo de agir do novo cacique não agradou a organização do povo Anacé que habita o novo espaço, pois, além de estarem enfrentando problemas de adaptação com o novo espaço geográfico, a falta de ajuda governamental e a reorganização social e econômica da população, agora tinham que lidar com as investidas verbais e físicas forçadas pelo novo cacique do povo Anacé.

Logo, as doze lideranças que compõem o Conselho Indígena do Povo Anacé de São Gonçalo do Amarante e Caucaia (CIPASAC), decidiram que não aceitariam ou cederiam às investidas do novo cacique, pois o entendimento do CIPASAC era de que a reserva indígena Taba dos Anacé fora adquirida como forma de mitigação aos impactos causados pelo CIPP às comunidades indígenas de Bolso, Matões, Baixa das carnaúbas e Corrupião. Essa decisão não agradou ao cacique, que passou a falar que as lideranças da Taba dos Anacé *"entraram em uma casa sem pedir permissão ao dono da casa"*, fazendo uma referência ao terreno desapropriado pelo governo do Estado do Ceará, para implantação da Taba.

A desterritorialização teve consequências profundas na vida dos Anacé, afetando sua identidade, cultura e tradições. A perda da terra e dos lugares sagrados afetou diretamente a relação ancestral que os Anacé mantinham com o ambiente natural e com os espíritos protetores, fundamentais para sua organização social e cosmologia. Além disso, a convivência com outros grupos indígenas, como os Tapeba e os próprios Anacé próximos à localidade onde se constituiu a Taba dos Anacé, gerou conflitos e disputas territoriais que persistem até os dias de hoje.

Diante desses desafios, a comunidade Anacé tem buscado formas de resistência e luta pela garantia de seus direitos territoriais e culturais. Um exemplo disso é a criação de projetos de recuperação ambiental e de resgate de suas tradições e costumes, como a produção de artesanato e a realização de rituais e festivais tradicionais. Essas iniciativas buscam valorizar a cultura Anacé, reconstruir a relação ancestral com a terra e promover a sustentabilidade da comunidade.

Nesse sentido, a Antropologia tem um papel fundamental na compreensão e no enfrentamento da desterritorialização dos povos indígenas, principalmente no caso dos Anacé da Taba. A produção de conhecimento científico crítico e a participação em processos de fortalecimento e valorização das culturas e identidades indígenas são formas de contribuir para a garantia dos direitos dessas comunidades e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4 ETNOGRAFIA DA TABA DOS ANACÉ

A etnografia é uma abordagem qualitativa da pesquisa e que tem como objetivo compreender e descrever detalhadamente as práticas culturais, os comportamentos e as interações sociais de um grupo ou comunidade específica, neste caso específico, os moradores da Taba dos Anacé. Tendo sua origem na Antropologia, a etnografia envolve a imersão do pesquisador no contexto estudado, permitindo uma observação direta e participante das atividades cotidianas dos pesquisados. Através dessa prática, o pesquisador busca captar o ponto de vista dos participantes, compreendendo seus significados, valores e normas sociais.

Segundo Clifford Geertz (1973), um dos principais teóricos da etnografia, a tarefa do etnógrafo é interpretar as camadas de significado que compõem a vida social, a partir de uma "descrição densa" que revele as nuances das práticas culturais. A etnografia, portanto, não se limita à mera observação dos fatos, mas envolve uma interpretação profunda, contextualizada e participativa das ações humanas, dos pesquisados com o pesquisador.

A realização de uma pesquisa etnográfica envolve várias etapas fundamentais que garantem a obtenção de dados relevantes. Essas etapas incluem a preparação, a imersão no campo, a coleta de dados, a análise e a interpretação dos resultados. Antes de iniciar a pesquisa de campo, o etnógrafo deve realizar uma revisão bibliográfica detalhada sobre o tema e o contexto da pesquisa. Essa preparação teórica permite ao pesquisador compreender as principais questões e debates relacionados ao seu campo de estudo. Além disso, o etnógrafo deve definir os objetivos da pesquisa, as perguntas de pesquisa e os métodos que serão utilizados para a coleta de dados (Hammersley; Atkinson, 2007).

A imersão no campo é um dos aspectos centrais da etnografia. O pesquisador deve se inserir na comunidade ou grupo estudado, estabelecendo relações de confiança com os participantes. Esse processo pode envolver residir no local, participar de atividades cotidianas e interagir regularmente com os membros da comunidade. A imersão permite ao etnógrafo observar diretamente as práticas e interações sociais em seu contexto natural, oferecendo uma perspectiva interna sobre os fenômenos estudados (Spradley, 1980).

A coleta de dados na etnografia é realizada principalmente através de observação participante e entrevistas em profundidade. A observação participante en-

volve o engajamento do pesquisador nas atividades diárias dos participantes, permitindo uma compreensão direta e experiencial das práticas culturais. As entrevistas em profundidade, por sua vez, oferecem uma oportunidade para explorar as percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes às suas ações e interações (Bernard, 2006).

Além dessas técnicas, o etnógrafo pode utilizar registros de campo detalhados, onde anota observações, reflexões e insights obtidos durante a pesquisa. Fotografias, gravações de áudio e vídeo também podem ser utilizados como ferramentas complementares para documentar as práticas e contextos estudados.

A análise dos dados etnográficos é um processo contínuo que começa no campo e se estende após a coleta de dados. Envolve a identificação de padrões, temas e categorias emergentes que ajudam a compreender as práticas culturais e os significados atribuídos pelos participantes. A análise etnográfica é interpretativa e indutiva, buscando construir uma narrativa coerente e rica que revele as complexidades da vida social estudada (Emerson; Fretz; Shaw, 2011).

A transcriação etnográfica é uma etapa crucial onde o pesquisador transforma os dados coletados em uma descrição detalhada e interpretativa das práticas culturais. Essa escrita deve ser "densa", capturando as camadas de significados e contextos que envolvem as ações dos participantes. O etnógrafo deve equilibrar a voz dos participantes com sua própria análise, proporcionando uma visão compreensiva e reflexiva do fenômeno estudado (Geertz, 1973).

Portanto, a etnografia é uma ferramenta poderosa para a compreensão das práticas culturais e das interações sociais em seus contextos naturais. Através da imersão no campo e da coleta detalhada de dados, o etnógrafo pode revelar as complexidades e os significados profundos das ações humanas. A metodologia etnográfica, com suas etapas de preparação, imersão, coleta de dados, análise e escrita, permite a construção de narrativas ricas e interpretativas que contribuem significativamente para o conhecimento antropológico e sociológico.

4.1 História de criação da Taba dos Anacé

A Taba dos Anacé, localizada próxima ao centro urbano de Caucaia, é uma comunidade composta por indígenas urbanizados que preservam suas tradições culturais e ancestrais. Ao contrário de outras comunidades indígenas no Brasil,

a Taba dos Anacé não possui a figura do cacique, figura importante nas aldeias indígenas que existe há séculos, remontando a épocas anteriores à colonização europeia nas Américas. Portanto, os povos indígenas das Américas já possuíam sistemas de liderança e governança antes da chegada dos colonizadores, que não eram reconhecidas como cacicado.

A Taba dos Anacé nasceu com a Lei Estadual nº 15.492, de 27 de dezembro de 2013, promulgada pelo governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, no dia 6 de fevereiro de 2014. Esta lei ratifica o termo de compromisso assinado pelo governo do Estado do Ceará, a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), a antiga Fundação Nacional do Índio (hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas) (FUNAI), os representantes das comunidades indígenas Anacé de Matões e Bolso, Ministério Público Federal (MPF) e a União. Os representantes que assinaram este referido termo de compromisso foram assim descritos:

> Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2013, na cidade de Fortaleza-CE, o Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, representado pelo Governador do Estado, Cid Ferreira Gomes; a Petróleo Brasileiro S.A., doravante denominada PETROBRAS, representada pela sua Presidente, Maria das Graças Silva Foster; a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, representada por sua Presidente, Maria Augusta Boulitreau Assirati; as Comunidades Indígenas Anacé de Matões e Bolso, representadas por suas lideranças; o Ministério Público Federal, representado pelo Procurador Regional da República Francisco de Araújo Macedo Filho; e a União, representada pela Secretária do Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes (Ceará, 2014, p. 1).

Mesmo após muito tempo de resistência, afirmação cultural, reafirmação de existência, neste trecho é possível observar, mais uma vez, a tentativa de apagamento cultural dos representantes indígenas no processo de afirmação histórica, pois o editor do Diário Oficial do Estado, propositalmente ou por força de racismo estrutural e sistêmico, escancarou, neste trecho, os nomes de todos os representantes governamentais, porém, os representantes indígenas constam apenas como sendo: *“as Comunidades Indígenas Anacé de Matões e Bolso, representadas por suas lideranças”*. Essa é uma prática comum, desenvolvida pelo dominador para que os nomes dos representantes de resistências não sejam lembrados.

Contudo, com a lei criada e o protagonismo das lideranças reduzido aos nomes de comunidades indígenas, mesmo assim, todos continuam na batalha para que ela saia do papel. Porém, devo complementar que, no *caput* da lei, o Estado do

Ceará reconhece que somente através dos trabalhos de solicitação de licenças ambientais, realizados pela Petrobras, é que se reconhece a existência de população indígena dentro da poligonal do CIPP, como veremos a seguir:

> [...] aceitação por parte do Estado do Ceará e e a manifestação da FUNAI na análise do Componente Indígena do PBA no processo de licenciamento para obtenção da Licença de Instalação para o empreendimento Refinaria Premium Ceará da PETROBRAS, de atenderem às reivindicações destas comunidades, no sentido de compensarem os impactos socioambientais decorrentes da construção da Refinaria Premium Ceará e da dutovia da PETROBRAS, para suas realocações voluntárias em Reserva Indígena a ser proposta e constituída pela FUNAI [...] (Ceará, 2014, p. 1).

Já foi informado na introdução deste trabalho, mas, reforço aqui mais uma vez que o Estado do Ceará não reconhecia a existência de indígenas dentro da poligonal do CIPP, porém, foi preciso que uma empresa com grande nome nacional e internacional reconhecesse a existência de indígenas dentro do espaço escolhido para Estado do Ceará, para a implementação do sonho antigo de uma oligarquia dominante no Estado.

Devo também relatar que, durante este período, de publicação da Lei Estadual que criou a reserva indígena Taba dos Anacé, foi antecedido pela presença do grupo técnico de estudo e publicação do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena – TI Anacé. O grupo técnico foi constituído pela Portaria nº 1035/PRES, de 21/07/2010 e 1.566/PRES, de 20/10/2010, coordenado pela antropóloga Siglia Zambrotti Doria (2016, p. 371). A conclusão deste trabalho é imprecisa e cheia de erros, pois há um momento em que a autora afirma*:* “[...] titulados que teriam sido entregues formalmente a principais indígenas e seus descendentes sob forma de doação...”, e outro, em que diz: “[...] a ocupação pura e simples por aventureiros mediante a extinção física dos indígenas, dando-se a terra como abandonada”.

Ao final deste trabalho, fica de fora a existência de indígenas dentro da poligonal do CIPP, reconhecendo como TI – Anacé os territórios ocupados pelos indígenas das comunidades Indígenas de Santa Rosa e Japuara. Assim, os indígenas das comunidades de Bolso e Matões ficaram em situação de completo abandono por parte da instituição que deveria proteger e garantir os direitos dos indígenas à terra. A autora ainda colabora para que o Estado do Ceará continue no erro, quando ela afirma que:

> Desta forma, o Estado tem uma oportunidade de corrigir os erros históricos cometidos contra os remanescentes indígenas da Caucaia e, ainda, permitir que a população beneficiada com esta demarcação reencontre condições de vida mais dignas que os afaste da pobreza, da desnutrição e das condições precárias de trabalho. O reconhecimento jurídico de posse Anacé de parte do antigo território indígena também oferece condições mais favoráveis para que estes índios vivam plenamente e de forma mais positiva as suas formas de organização social, seus costumes, crenças e tradições, permitindo que as famílias retornem para as suas áreas originais disseminadas por todo o espaço geográfico da Terra Indígena ora delimitada, e reconstituam as suas aldeias familiares com maior autonomia territorial, social e política (Doria, 2016, p. 373).

Como podemos acompanhar no trecho acima citado, a antropóloga induz o Estado a continuar no erro, quando afirma que é importante que “as famílias retornem para suas áreas originais”. A autora esquece que os indígenas tinham trânsito livre por toda a extensão do antigo Ceará e que viviam em formato nômade ou seminômade, estabelecendo morada onde lhe fosse conveniente.

Desconsidera também os sítios arqueológicos encontrados dentro da área de implantação da Premium II, como anunciado pelo arqueólogo contratado pela Petrobras em reunião, dentro do Matões, alegando ele ter catalogado 11 sítios arqueológicos e feito o georreferenciamento que constaria em seu relatório, que seria entregue à empresa contratante, cuja cópia deveria ser encaminhada à comunidade indígena para futuros estudos e salva guardamentos das peças encontradas nos mesmos. Também devemos levar em consideração que era constantemente noticiado, pelos funcionários que trabalhavam na terraplanagem de outras empresas, o achamento de peças arqueológicas, e que, quando isso acontecesse, era para informar aos seus superiores, e eles assim o faziam. No entanto, nunca houve relato oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sobre tais achados arqueológicos. Porém, existe um registro fotográfico deles, como estes:

Figura 10 - Cachimbo de barro com grafismo indígena encontrado na área do CIPP

Fonte: Acervo pessoal de Ana Freitas (2016).

Figura 11 - Cachimbo de barro com grafismo indígena encontrado na área do CIPP

Fonte: Acervo pessoal de Ana Freitas (2016).

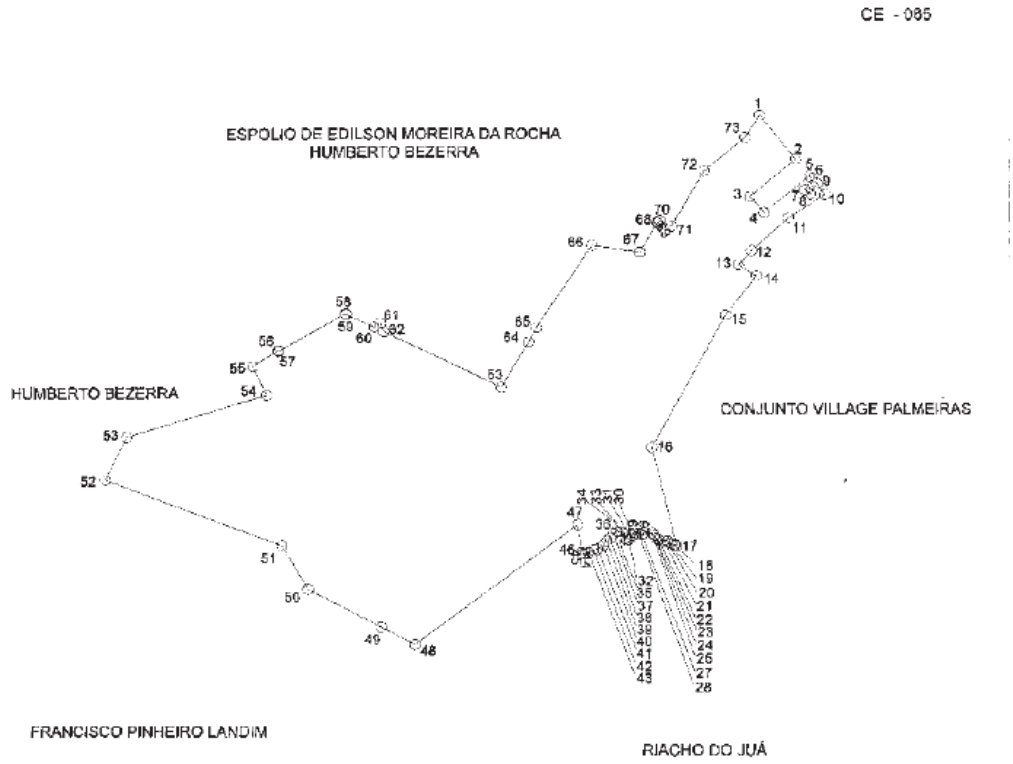
Diante de todo este cenário apresentado, o governo do Estado do Ceará adquiriu os imóveis para doação à união, como diz a lei editada por ele, e lança edital público para construção de 163 unidades habitacionais, implantação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante poços e fossas sépticas; sistema de distribuição de energia elétrica; arruamento (calçamento) para aces-

sos na área da Reserva Indígena; edificação do posto de saúde e da nova sede da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé.

Iniciam, portanto, as primeiras incompreensões das outras comunidades indígenas Anacé, pois não aceitavam que as comunidades de Matões e Bolso tivessem a oportunidade de adentrar o território de onde já haviam saído, ou que, com isso, o território ficaria menor para a quantidade de pessoas que já havia neste espaço, ou ainda, que se achavam com o direito de pleitear uma morada no novo espaço indígena. Nesse período, foi constituída uma comissão de lideranças para representar os interesses das comunidades indígenas de Matões e Bolso. Essa comissão foi eleita em reunião, realizada na Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, ainda em Matões, na qual estavam presentes moradores das duas localidades e durou o dia inteiro. Na ocasião, foram eleitos para compor a comissão de lideranças: Francisco Ferreira de Moraes Júnior (Júnior Anacé), Valdelice Fernandes de Moraes, Ângela Maria Moraes Souza, Antônio Alexandre Pereira de Lima, Thiago Halley Santos de Lima (Thiago Anacé), Cleilson de Lima Oliveira, Maria José Paulino dos Santos, Luiza Gorete Rodrigues Coelho, Maria do Socorro Gomes Duarte, Conceição, Marcos, Antônia Andrea Rodrigues Coelho.

Essas lideranças foram as que assinaram o termo de compromisso e que não foram citadas no Diário Oficial mencionado anteriormente por mim, apagando, assim, da história do Ceará os nomes dos protagonistas populares, neste caso, as lideranças indígenas. Porém, foram vencidos todos os empecilhos e/ou conflitos gerados por desentendimentos ou palavras mal interpretadas, e a Taba dos Anacé nasceu às margens da rodovia estruturante, conhecida como Rodovia do Sol Poente, mas também como CE-085, com área total de 543,6609 ha, com perímetro de 14.530,04 m, tendo como confrontantes: ao norte, o espólio de Edilson Moreira da Rocha, Humberto Bezerra e CE-085; ao sul, Francisco Pinheiro Landim e Riacho do Juá; ao leste, o conjunto Village Palmeiras e Riacho do Juá; e a oeste, o espólio de Edilson Moreira da Rocha e Humberto Bezerra.

Figura 12 - Contorno com marcação de delimitação da TI Taba do Anacé



Fonte: Ceará (2014).

Embora pareça muito, mas é pouco perto dos 2 mil hectares liberados só para construção da Refinaria Premium II. Isso, sem mencionarmos o terreno destinado ao Complexo de forma geral, aqui está sendo comentado somente sobre o terreno destinado à Refinaria, como noticiou o Diário do Nordeste, em 2023[8]:

> Com o início do processo de criação da reserva indígena, a Petrobras, já tem todos os cerca de dois mil hectares de terreno livre para iniciar as obras de cercamento - os quais já começaram, segundo a estatal - e, posteriormente, as extrações vegetal e animal, além de definir os investimentos para o Ceará nos próximos anos. Isso, inclusive, seria a maior conquista do governo Cid Gomes depois de consecutivas retiradas de investimento do projeto da refinaria Premium II nos planos de negócio da Petrobras nos últimos anos.

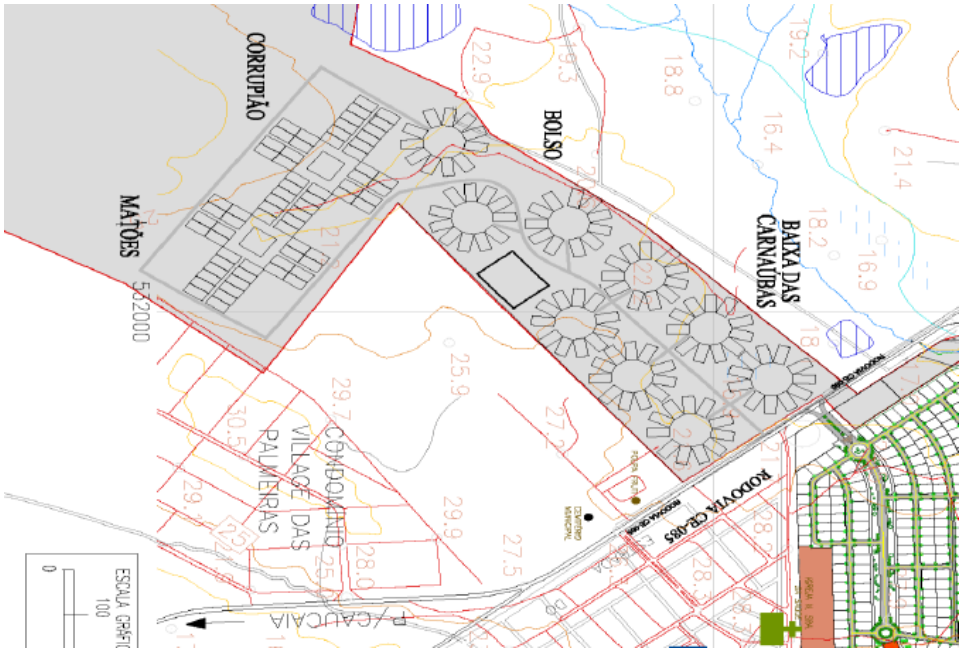
[8] PONTAPÉ para reserva deve agilizar refinaria. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 nov. 2023. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/pontape-para-reserva-deve-agilizar-refinaria-1.797753. Acesso em: 19 mai. 2024.

Nesta mesma edição, o povo Anacé é citado como sendo empecilho para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará:

> Barreira para a construção da refinaria Premium II - e motivo de impasse ao longo dos últimos quatro anos -, a criação da reserva Taba de Anacé e Bolso teve o Termo de Compromisso assinado ontem pela presidente da Petrobras, Graça Foster; a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati; o procurador regional da República, Francisco de Araújo Macêdo Filho, e o governador do Estado, Cid Gomes[9].

É comum que a grande mídia posicione uma minoria social contra a massa da população cearense, influenciando o pensamento daqueles que não sabem pensar por si, iniciando a criação de desinformação a serviço dos grandes empresários e políticos cearenses. Com todas estas disparidades, a construção da Taba dos Anacé continuou, e, inicialmente, teria o seguinte formato:

Figura 13 - Formato inicial de proposição das localizações das casas dentro do terreno da Taba dos Anacé



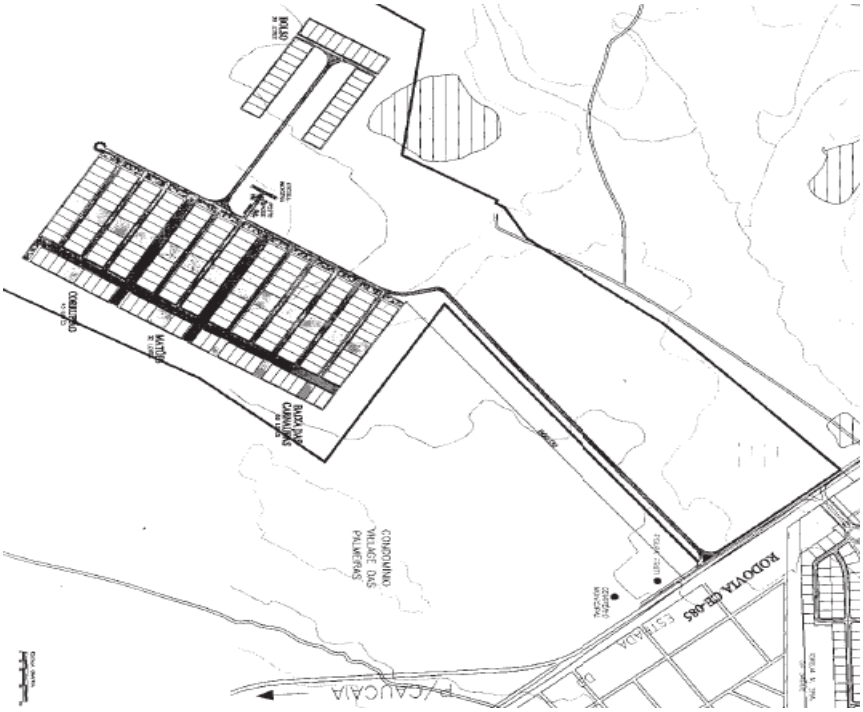
Fonte: Ceará (2014).

[9] PONTAPÉ para reserva deve agilizar refinaria. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 nov. 2023. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/pontape-para-reserva-deve-agilizar-refinaria-1.797753. Acesso em: 19 mai. 2024.

Esta primeira sugestão de localização não agradou a maioria dos moradores do novo espaço, logo, foi solicitado que as casas não ficassem tão próximas à Rodovia CE-085, pois poderia trazer aos futuros moradores um desconforto, em decorrência do fluxo de veículos nesta via ser constante, podendo, assim, trazer prejuízos emocionais aos novos moradores. Então, a equipe de engenharia do Estado pediu sugestão aos moradores, que propuseram que as casas deveriam ser construídas mais no interior da reserva, afastando-se, assim, do barulho dos veículos em movimento na rodovia, e que as casas tivessem vizinhos nas laterais e na frente, mas não nos fundos, deixando, entre as casas, uma rua e o restante do terreno.

Cada casa deveria ser construída dentro de um lote de 20 metros de frente por 40 metros de comprimento, e seu tamanho não deveria ser superior a 80 metros quadrados. Seguiram-se intensos debates entre todos os futuros moradores para decidirem os formatos das plantas baixas das casas, como seria o desenho de alocação delas dentro do terreno da Taba dos Anacé. Essas reuniões, por sua vez, aconteciam no galpão da comunidade de Matões, quando só se reunia o povo de Baixa das Carnaúbas, Projeto Corrupião, Amarela, Área Verde I e II e Matões, pois todas estas comunidades passaram a ser reconhecidas dentro do projeto de realocação do Estado como sendo somente Matões. Porém, quando deveriam se reunir as comunidades de Matões e Bolso, este encontro acontecia no prédio da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, que foi inaugurado no dia 12 de fevereiro de 2012, com estrutura padrão do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para as escolas indígenas.

Figura 14 - Formato definitivo da Taba dos Anacé



Fonte: Ceará (2014).

Figura 15 - Vista área feita no programa Google Earth em 19 de maio de 2024

Fonte: Google Earth (2024).

A configuração da alocação das casas dentro do terreno definiu que as primeiras casas ficassem mais afastas da CE, então, a equipe de engenharia do Estado definiu, por sua vez, que as casas seriam iniciadas a 900 metros da CE-085,

sendo uma reta de 800 metros desde a CE até uma curva à esquerda, uma reta de 75 metros e mais uma curva, só que, desta vez, à direita e logo após a curva, mais 60 metros depois, haveria a primeira rua com as construções das casas.

A ocupação da reserva indígena se deu após uma reunião que aconteceu em um sábado, dia 23 de setembro de 2017. Nesta reunião, foi informado que a empresa teria concluído os trabalhos da Reserva Taba dos Anacé, e todos os funcionários da obras já haviam sido dispensados pela empresa responsável pela construção, com exceção de um, que tinha como reponsabilidade vigiar as casas, o posto de saúde e a escola. Eram apenas as construções, mas o vigilante não dava conta de vigiar todas as casas, em todos os espaços construídos. Segundo a empresa, obra havia sido entregue ao governo do Estado do Ceará e o funcionário, ao final do mês, deveria deixar o local; foi informado, ainda, e que, a partir dali, era responsabilidade do governo manter a segurança do espaço, pois daquele momento em diante, não se responsabilizaria pela segurança dos espaços e dos imóveis ali construídos.

Nesta reunião, estavam presentes os representantes de todas as comunidades envolvidas na assinatura do termo de compromisso, logo, decidiram-se que os moradores deveriam ocupar suas residências, pois em momentos anteriores, todos já haviam visitado as obras e sabiam onde seriam suas residências, portanto, cada pessoa pode visitar e conhecer sua nova morada. Após essa decisão, quatro indígenas - Charles, Rodrigo, Ivan e Fábio, todos estes indígenas de Matões - vieram passar a noite dentro da reserva, logo, passaram a noite de segunda-feira, dia 25 de setembro de 2017, para terça-feira. Na terça-feira, no dia 26 de setembro, Ana Freitas e o senhor Aristides vieram até a reserva dar um apoio aos dois indígenas que estavam dentro da reserva, logo, montaram um ponto de apoio na casa que seria habitada pelo senhor Aristides e sua família.

Figura 16 - Homens improvisando uma coberta

Fonte: Acervo pessoal de Ana Freitas (2017).

Figura 17 - Fogo no chão para cozimento de alimento

Fonte: Acervo pessoal de Ana Freitas (2017).

Com a atitude de ocupação imediata da reserva, os próprios indígenas garantiram que nenhuma outra pessoa que não estivesse compondo a listagem com os nomes e documentação individual que estava em anexo no termo de acordo ocupassem o lugar. O medo era que as lideranças e indígenas, ou até mesmo não indígenas, invadissem o local, pois isso poderia agravar ainda mais a situação de convivência e diálogo entre os indígenas. Em paralelo, a comissão de liderança já estabelecia contato com representantes do governo do Estado, informando a decisão de ocupação imediata do espaço da nova morada.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará designou, por tempo indeterminado, a permanência de dois policiais militares armados em turno de 24 horas, para ficarem dentro da reserva, em colaboração com os indígenas que lá já estavam. Diante desta situação, Ana Freitas decidi, na quarta-feira, dia 27 de setembro de 2017, passar a ser a primeira moradora da Taba dos Anacé, dentro da kombi do senhor Aristides. No final daquela quarta-feira, Ana trouxe parte de sua mudança, e, no dia seguinte, seu exemplo foi seguido pelo senhor Aristides, e com o passar do tempo, muito outros moradores indígenas iniciaram por conta própria suas mudanças.

Figura 18 - Registro de uma mudança sendo feita no período da noite

Fonte: Acervo pessoal de Ana Freitas (2017).

Figura 19 - Refeição sendo oferecida pelos moradores aos policiais que garantiam a segurança no espaço

Fonte: Acervo pessoal de Ana Freitas (2017).

Como o espaço não havia sido entregue formalmente, logo as ligações de energia elétrica das casas não tinham sido realizadas, então, os primeiros moradores fizeram, por sua conta e risco. Geralmente, com o apoio de senhor Aristides, essas ligações eram realizadas, ficando sob responsabilidade do morador a compra do fio na metragem da casa ao poste público, que, de modo geral, ficam próximo às casas, como é possível observar nas imagens a seguir:

Figura 20 - Senhor Aristides, fazendo ligação de energia elétrica em uma casa

Fonte: Acervo pessoal de Ana Freitas.

Figura 21 - Senhor Aristides, fazendo ligação de energia elétrica em outra casa

Fonte: Acervo pessoal de Ana Freitas (2017)[10].

Com os passar dos dias, os moradores da Taba dos Anacé não se sentiram seguros com a entrada da reserva, pois é uma distância longa da CE-085 até as primeiras casas. Devo lembrar também que nem todas as casas estavam ocupadas; isso era um processo lento, pois muitos tinham suas casas e emprego em Matões, ou até mesmo no CIPP, então, foi colocado um portão de madeira construído pelos próprios moradores da reserva.

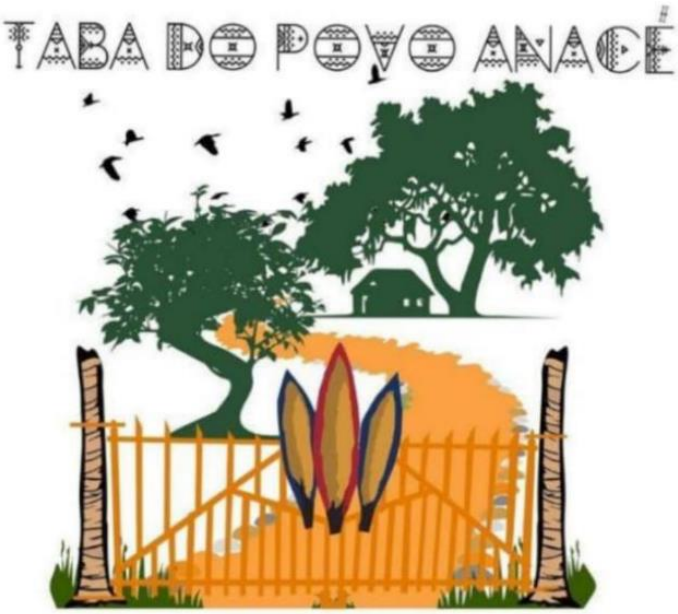
[10] Nas figuras 20 e 21, é possível observar quanto os indígenas se colocam em risco para garantirem seus espaços, uma preocupação não só consigo, mas com todos. Podemos ver o senhor Aristides enquanto faz ligação de energia elétrica para duas novas casas diferentes.

A entrada da reserva se encontra às margens da CE-085, que possui pista dupla nos dois sentidos, além de placa de sinalização indicando a entrada da Reserva Indígena Taba dos Anacé, no sentido interior do Estado para Fortaleza. A entrada está localizada à direita da rodovia, tem piso de barro vermelho, que, no período de chuva, fica muito escorregadio, e a depender das intensidades das chuvas, as forças das águas levam o barros, deixando as pedras soltas.

Às margens da rodovia, a entrada tem a medida de 35 metros de largura, que, se afunilada, fica com largura de 8 metros, que segue por toda sua extensão até 1.650 metros, terminando dentro da área de plantio. Ao entrar, do lado direito, há uma mata muito alta composta, principalmente, por azeitoneiras altas e frondosas e um caminho de mata nativa até a construção do posto de saúde e a escola indígena. Do lado esquerdo, temos uma fábrica de polpas de frutas, cujo terreno tem uma extensão de aproximadamente 83 metros, e depois uma floricultura, cujo terreno fora especulado que seria de posse da Universidade Federal do Ceará, mais especificamente do Departamento de Agronomia, no entanto, não foi possível comprovar esta informação. A extensão do terreno é de aproximadamente 390 metros.

Na entrada da reserva há uma mangueira alta, e próximo a este local foi instalado um portão de madeira provisório, na tentativa de garantir uma segurança aos moradores. Este portão e a mangueira foram eternizados na arte gráfica do artista Raphael Anacé, jovem e DJ, morador da Reserva Indígena Taba dos Anacé, e sua arte hoje está estampada no grupo de WhatsApp, sendo utilizada como logo marca da Reserva.

Figura 22 – Logomarca da Taba dos Anacé



Fonte: Raphael Anacé (2018).

Ao seguir pela estrada de chão através metros seguintes, após a mangueiras, que ganhou o nome de Avenida Aroeira Branca, depois das duas curvas da estrada, teremos a primeira rua, à esquerda da estrada, a rua Jurema Preta, dividida em 10 lotes, sendo destes somente 9 com construções de casa; o sexto lote, tanto da direita quanto da esquerda, não possui construção e foi mantida a mata nativa. A próxima rua é a rua Timbaúba, onde se encontra os fundos dos lotes das ruas posterior e anterior, e vai se mantendo esta configuração até a última rua, sempre à esquerda da Avenida Aroeira Branca. A próxima é a Rua Aroeira Vermelha, seguida da rua Pitiá, rua Angico, rua Andiroba, rua Jatobá (é nesta rua que se encontram construídos o posto de saúde e a escola indígena), e a próxima é a avenida Ipê Roxo, que cruza a avenida Aroeira Branca e conduz até construções dos moradores que vieram de Bolso.

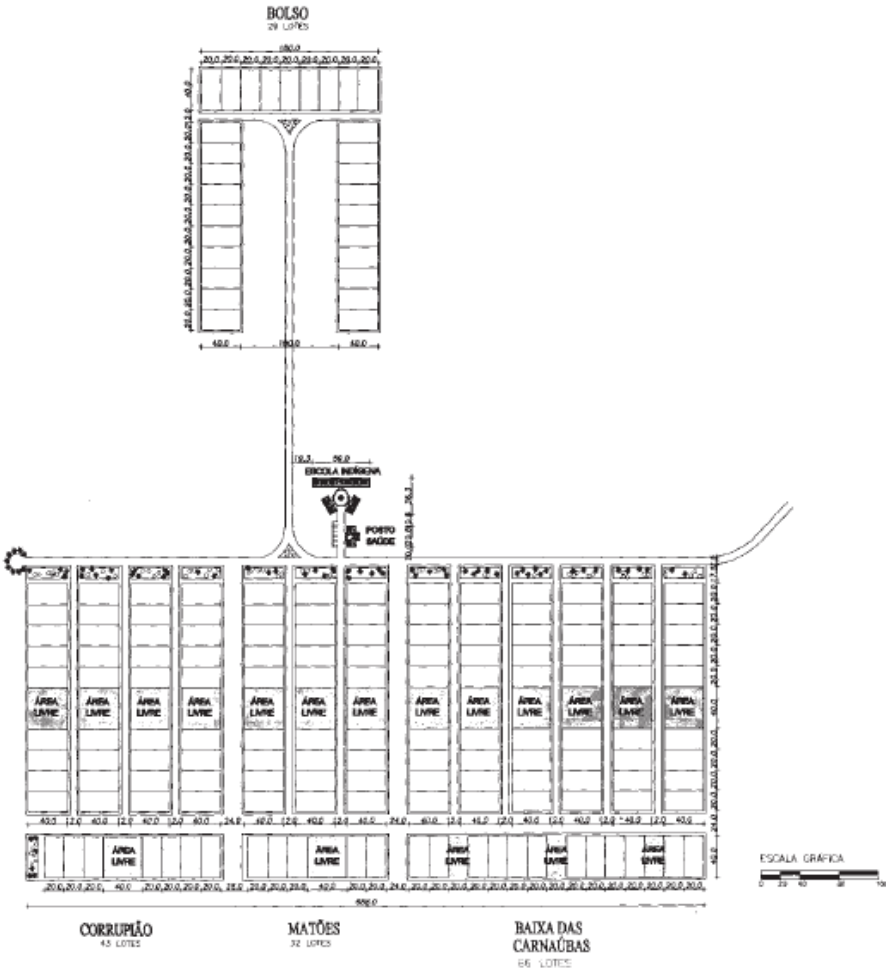
Continuando seguindo na Avenida Aroeira Branca, encontramos, como sendo a próxima rua, a rua Peroba do Campo, seguida da Rua Palmeira, rua Gameleira e, por fim, rua Katanduba; e ao final de todas estas ruas, se encontra a Avenida Massaranduba. Seguindo pela avenida Ipê Roxo, que termina na rua Ipê Amarelo, seguindo para a esquerda, encontramos a rua Ipê Rosa, e se seguirmos na rua Ipê Amarelo, para direita, vindo da avenida Ipê Roxo, vamos encontrar a rua Ipê Branco.

Nesta configuração, as casas estão em ruas que tem um formato que se assemelha à letra “U”, assim, neste formato, nenhum vizinho fica morando nos fundos da casa de ninguém, todos são vizinhos de lados. As ruas têm 6 metros de largura, porém, as avenidas têm 8 metros de largura.

Figura 23 - Vista aérea da Reserva Indígena Taba dos Anacé

Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Figura 24 - Planta baixa de localização da Taba dos Anacé



Fonte: Ceará (2014).

Figura 25 - Casa dos moradores vindo da comunidade de Bolso

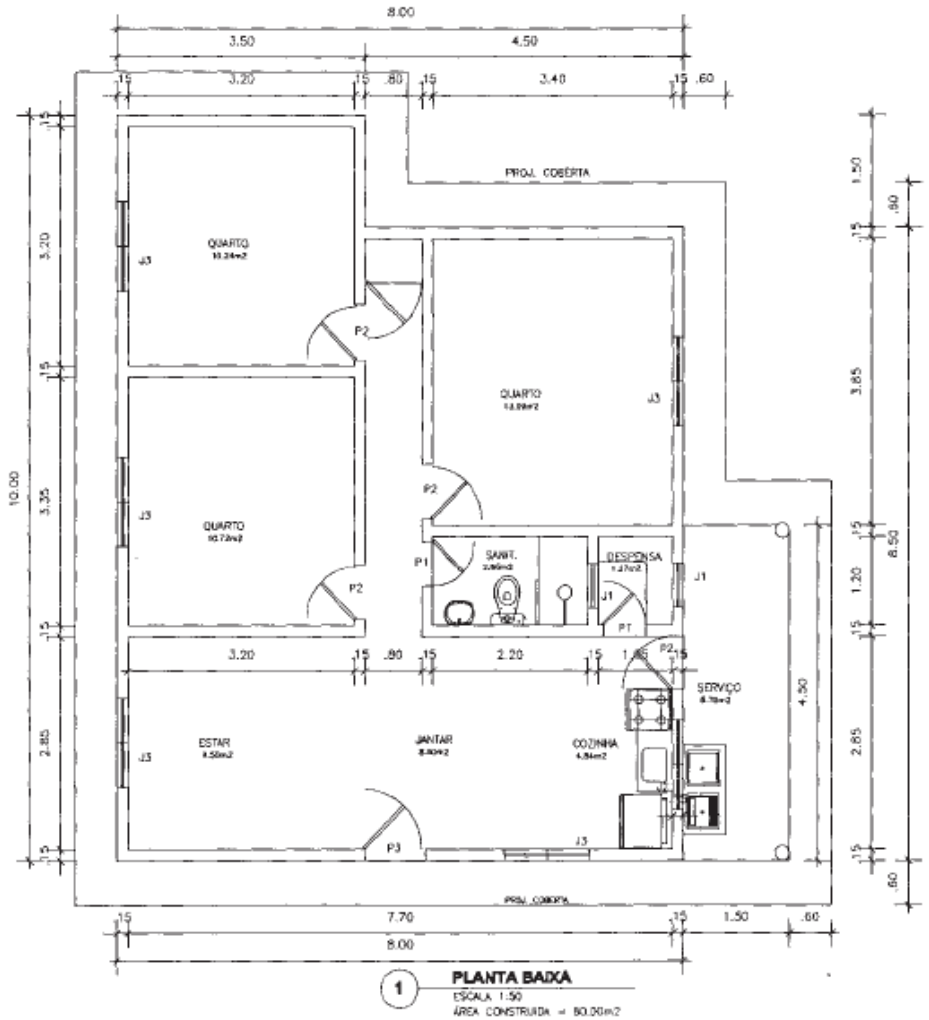
Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Figura 26 - Vista aérea da Reserva Indígena Taba dos Anacé

Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Sobre a configuração de cada lote, cada um tem 20 metros de frente e 40 metros de fundos, com uma casa construída centralizada no meio do terreno com relação às suas laterais, afastada da rua da frente, a casa 6 metros. A casa tem 80 m², com as seguintes divisões: uma cozinha, três quartos, um banheiro (com vaso sanitário, pia de louça e chuveiro de água natural), uma lavanderia (com pia de cimento com duas cubas e duas torneiras), dispensa, foça séptica e caixa d'água de 500 litros, piso de cimento queimado, paredes rebocadas, pintadas com tinta à base de água na cor branca. Foram construídas 163 unidades habitacionais, todas com o seguinte formato:

Figura 27 - Planta baixa da casa



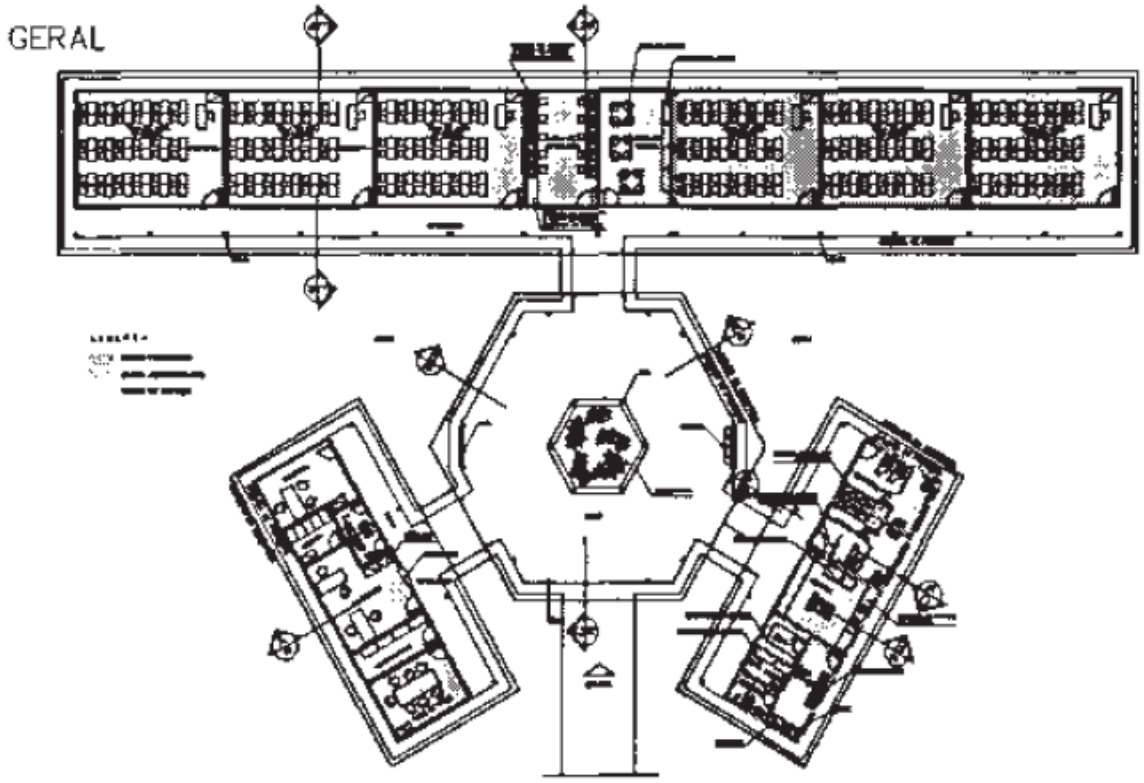
Fonte: Ceará (2014).

A Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé funcionava, incialmente, em uma casa cedida, que foi sofrendo adaptações ao longo do seu funcionamento. Iniciou sua atividade em agosto de 2007, e funcionou neste espaço cedido até fevereiro de 2012, quando foi inaugurado um prédio escolar com padrão MEC de escola indígena, com quatro sala de aulas, sala de informática, biblioteca, sala de professores, secretaria, diretoria, pátio coberto, banheiro para funcionários (masculino e feminino separados), banheiro de alunos (masculino e feminino separados), cozinha e dispensa para alimentos, quadra poliesportiva e espaço para ampliação.

Porém, em janeiro de 2018, precisou mudar mais uma vez, saindo de Matões para funcionar dentro da Reserva Indígena Taba dos Anacé, com as mesmas

configurações da escola anterior, porém, agora com seis salas de aulas, sem a quadra e com área total construída de 853 metros quadrados.

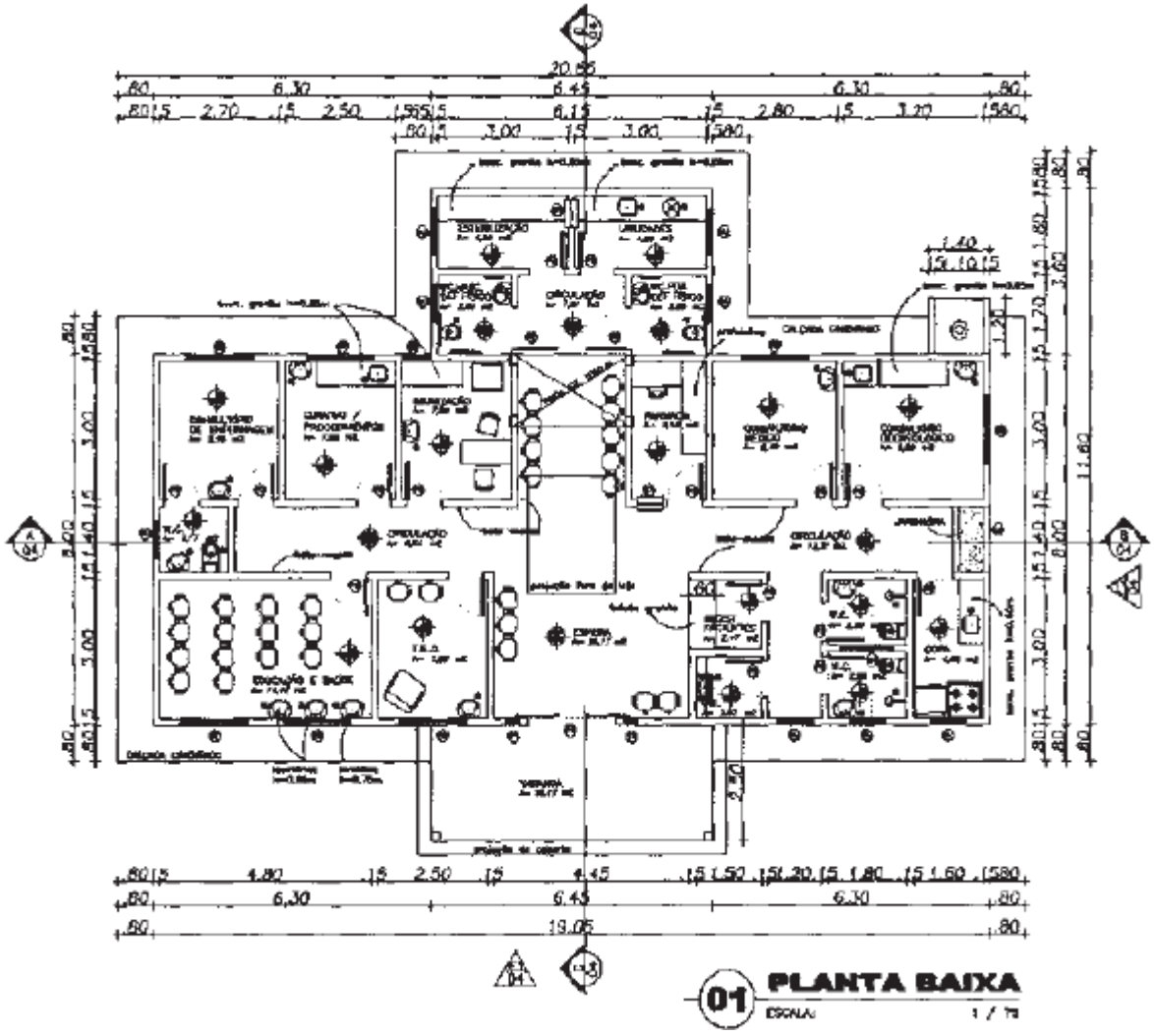
Figura 28 - Plata baixa da Escola Indígena Anacé



Fonte: Ceará (2014).

A novidade foi o posto de saúde para que os profissionais da saúde pudessem ter um espaço para realizar seus atendimentos, pois em Matões e/ou em Bolso, os atendimentos eram realizados em alpendres de casas cedidas, ou até na sala de um indígena, ou no posto de saúde do município, que sempre gerava um desconforto tanto para a equipe indígena de saúde quanto para a equipe do município, por compartilhar o espaço. Sempre havia alguém que confundia os atendimentos, e isso gerava um pequeno desentendimento, às vezes, discussões. Logo, o posto de saúde dentro da TI – Taba dos Anacé tem área total de 191.75 metros quadrados e a seguinte configuração:

Figura 29 - Plata baixa do posto de saúde Indígena Anacé



Fonte: Ceará (2014).

A área de mata apresenta um relevo relativamente plano ou levemente ondulado, com pequenas variações de declive. Essas características topográficas são ideais para o plantio e o manejo do solo, facilitando as atividades agrícolas e reduzindo os riscos de erosão. Além disso, a ausência de sinais visíveis de erosão do solo destaca o excelente estado de conservação do solo na região, essencial para a sustentabilidade ambiental e a produtividade agrícola a longo prazo. A vegetação nativa também desempenha um papel crucial na proteção do solo, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e a estabilidade ecológica.

Inicialmente, as famílias começaram explorando seus próprios lotes para o cultivo de diversas culturas, tais como macaxeira, mandioca, mamão, cana-de-açúcar, hortaliças e plantas medicinais. A escolha das culturas variava conforme o interesse de cada família. No entanto, com o tempo, surgiu a necessidade de criar um espaço maior para a produção de hortaliças, conforme era o costume dos moradores do projeto Corrupião.

Para suprir essa necessidade, foi permitido o desmatamento de uma área retangular, no final da Avenida Aroeira Branca, com um perímetro de 857 metros e uma área total de 38.158 metros quadrados. Esta expansão permitiu um aumento significativo na produção agrícola, garantindo maior diversidade de alimentos e contribuindo para a segurança alimentar da comunidade. A criação desse espaço maior também reforçou a cooperação entre os moradores, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e fortalecendo os laços comunitários.

Assim, a conservação do solo e a utilização responsável dos recursos naturais continuam a ser prioridade na região, assegurando que as práticas agrícolas possam prosperar sem comprometer a saúde ecológica do ambiente.

Figura 30 - Área de plantio

Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Existem, dentro da reserva, algumas trilhas que levam ao cajueiro dos portais, que ganhou este nome pois suas galhas fazem uma forma circular, passando por sobre a trilha. Próxima ao cajueiro dos portais está a entrada do terreiro sagrado, local de orações e meditação, e seguindo na trilha, chegamos ao riacho, que, no período de chuva, é uma ótima opção de lazer. Continuando por esta trilha, encontramos as duas lagoas, que, atualmente, estão sendo utilizadas para lazer e pesca artesanal.

Figura 31 - Cajueiro dos portais

Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Figura 32 – Entrada do terreiro sagrado

Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Figura 33 – Primeira lagoa

Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Figura 34 – Segunda lagoa

Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

A reserva indígena Taba dos Anacé foi o local escolhido pela professora doutora Francisca Denise Vasconcelos Silva para realizar seu trabalho de educação intercultural. A professora Denise teve um papel fundamental na formação da primeira turma de Licenciatura Intercultural Indígena dos povos Pitaguary, Tapeba, Kanidé, Jenipapo-Kanindé e Anacé – LII-PITAKAJÁ. Sua dedicação e empenho a fizeram conquistar um lugar especial no coração do povo Anacé.

Mesmo residindo em Sobral, a professora Denise frequentemente se deslocava para Matões, demonstrando seu compromisso e carinho pela comunidade Anacé. Durante o período em que a reserva começou a ser ocupada, sua presença constante foi um pilar de apoio e inspiração para muitos.

Quando a professora Denise descobriu que estava com câncer, fez um pedido especial: que um pouco de suas cinzas fosse depositado em um espaço dentro da reserva Taba dos Anacé, de minha escolha. Esse pedido refletia seu profundo vínculo com a comunidade e seu desejo de continuar presente, mesmo após sua partida. Escolhi o espaço com muito cuidado e carinho, considerando tanto a beleza natural quanto a significância cultural do local dentro da reserva.

Este espaço não apenas honra a memória da professora Denise, mas também simboliza a interconexão entre a educação, a cultura e o espírito comunitá-

rio que ela tanto valorizava e promoveu. É um local de lembrança e reflexão, onde a presença dela continua a ser sentida e onde seu legado educacional e humano perpetua-se, inspirando as futuras gerações dos povos indígenas que ela tanto amou e apoiou.

Figura 35 - Local onde foram depositadas as cinzas da professora Denise

Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

A mata da reserva é composta por uma diversidade muito grande de árvores, arbustos e ramas, dentre a quais quero destacar as seguintes:

Quadro 1 – Flora encantada na Taba

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	A COMUNIDADE INDÍGENA USA PARA
Carnaúba	*Copernicia Prunifera*	Madeira para construção de habitação rural; confecção de artesanato, tais como bolsas, chapéu, corda e surrão. A produção de cera.

Catanduva	*Pityrocarpa Monili-formis*	A madeira é utilizada para construção civil, artesanato e produção de carvão.
Croatá	*Bromelia Karatas*	A sua fruta é alimento rico em nutrientes para o homem do campo e auxilia no emagrecimento. A sua fibra é muito utilizada na fabricação de artesanatos e como bombinha de São João.
Copaúba	*Copaifera Langsdorf-fi Desf*	O seu óleo e muito utilizado para aliviar dores nas articulações e dores musculares.
Coaçu	*Coccoloba Uvifera Jacq*	Sua madeira tem uma utilização mais para cabo de vassoura e lenha para fogão.
Gameleira	*Coajinguva Ficus Insipida*	A produção de óleo para combater cravos e espinhas.
Pau Branco	*Auxemma Oncocalyx*	Auxilia no tratamento de queimadura, cicatrizante de ferimentos.
João Mole	*Guapira Opposita*	Auxilia no tratamento de próstata e nas doenças do coração.
Junco	*Juncus Effusus*	É muito utilizado na produção de artesanato, tais como: tangas, esteiras e camas.
Mutamba	*Guazuma Ulmifolia*	É utilizada no tratamento de infecção respiratória, anemia, enfraquecimento,

		inchaço e bronquite.
Inharé	*Brosimum Guadichaudii Trecul*	A sua madeira é muito utilizada na construção civil, celulose, cabo de ferramentas de trabalho e na fabricação de móveis.
Torém	*Cecropia Glaziovii Sneth*	Auxilia no combate à anemia, bronquite, infecção respiratória e inflamações.
Sabiá	*Mimosa Caesalpiniaefolia*	Tem sua utilização principal como estaca para cercamento de terrenos, suas flores são fonte de néctar e pólen para as abelhas produzirem mel.
Umarizeira	*Geoffroea Spinosa*	Sua madeira é largamente utilizada na produção de artesanato.
Mucunã	*Mucuna Pruriens*	Hoje, sua semente é utilizada para produção de artesanato, mas já foi utilizada como alimento, porém, como seu preparo necessita de cuidados, pois se trata de um veneno natural, deve ser considerado ter um cuidado ao preparar a mucunã para consumo.
Mufumbo	*Combretum Leprosum*	Suas folhas são utilizadas na produção de chá calmante, sua madeira é utilizada na produção diversa, artesanatos, cercas, lenha e/ou carvão.
Mororó	*Bauhinia Cheilantha*	Tem sua utilização na medicina caseira como calmante e auxilia na hipoglice-

		mia; sua madeira é utilizada na produção diversa, artesanatos, cercas, lenha e/ou carvão.
Marmeleiro	*Cydonia Oblonga*	Auxilia no tratamento de diarreia e cólicas abdominais; sua madeira é utilizada na produção de estacas e varas para cercas.
Canela de Veado	*Casearia decandra*	É um excelente cicatrizante e anti-inflamatório.
Cipó de Imbé	*Philodrendon Spécies*	Muito utilizado na produção de artesanato, cestaria e móveis.
Carrasco	*Quercus Coccifera*	Sua madeira é muito utilizada como lenha para fogo e na produção de carvão.
Coco Babão	*Syagrus Cearensis*	Seu fruto, quando maduro, é comestível, e quando seca, a polpa deste fruto também é muito apreciada pelos indígenas; também é muito utilizado para a produção de artesanato.
Genipapo Bravo	*Tocoyena Formosa*	Seu fruto, quando maduro, é utilizado na produção de lambedor para tratar anemia, e quando verde, é extraída a tinta utilizada na pintura corporal indígena.
Cipó de Fogo	*Doliocarpus Dentatus*	Muito utilizado na produção de armadilhas para pesca e artesanatos.
Pata de Vaca	*Bauhinia Forficata*	Suas folhas são utilizadas na produção

		de chá para auxiliar no controle da diabetes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Assim, percebemos que a flora da reserva Taba dos Anacé vem sendo amplamente explorada, demonstrando sua importância e versatilidade em diversas áreas. A riqueza botânica da região tem sido essencial para a produção de artesanato, onde os conhecimentos tradicionais são transmitidos de geração em geração, resultando em peças únicas que refletem a cultura e a identidade do povo Anacé.

Além disso, muitas plantas nativas possuem propriedades medicinais valiosas, sendo utilizadas na fabricação de medicamentos naturais. Essas práticas não só promovem a saúde e o bem-estar da comunidade, mas também preservam um conhecimento ancestral que é fundamental para a biodiversidade e a sustentabilidade.

A flora local também é vital para a produção de utensílios domésticos e de trabalho, que são confeccionados a partir de matérias-primas naturais. Esses itens são utilizados tanto individualmente quanto em atividades coletivas, reforçando os laços comunitários e a autossuficiência da reserva.

A exploração responsável e sustentável desses recursos naturais demonstra um equilíbrio entre a utilização das plantas e a conservação do meio ambiente, assegurando que a biodiversidade da reserva Taba dos Anacé continue a prosperar. Portanto, a flora local não só sustenta a economia e a cultura da comunidade, mas também desempenha um papel crucial na manutenção do ecossistema e na promoção de práticas sustentáveis.

4.2 A Festa de Reis

Nos primeiros dias do ano, o povo Anacé da Taba sai de casa em casa cantando as alegres músicas do reisado e juntando doações que, geralmente, são doadas para algum morador da reserva. Os ensaios se iniciam bem antes; os moradores se reúnem em uma casa, dentro da reserva, não tendo um local fixo para isso, mas que deve ser previamente combinado entre os envolvidos nos ensaios. Um outro aspecto bastante peculiar é que neste grupo não se faz segregação religiosa,

pois em nenhum momento dentro da Taba dos Anacé encontrei uma festa, culto, reunião ou qualquer outro momento em que tenha havido, por qualquer um dos participantes, uma separação religiosa.

Ao chegar nas casas, os brincantes da Festa de Reis cantam músicas alegres, animadas ao som de sanfona, violão, triângulo e maracas, e as vozes masculinas e femininas formam lindas melodias. Durante o canto da música, é realizado um pedido de doação, que pode ser alimentos perecíveis ou não perecíveis, bebidas ou dinheiro, e continuam a cantoria até serem atendidos. Não acontecendo isso, os brincantes cantam o “breu”, que seria uma forma de maldição sobre aqueles que vivem naquela residência e não atenderam a solicitação dos brincantes naquela noite. Uma vez que os brincantes cantam o “breu”, eles se retiram e, naquele ano, eles não voltam mais naquela casa, além de espalharem pela comunidade que os moradores daquela casa estavam acordados e não quiseram ajudar.

Na grande maioria da vezes, os moradores já estão acordados no aguardo dos brincantes da folia de reis, colaboram e, na frente de suas portas de entrada, os brincantes agradecem com músicas e versos e bendizem aqueles que ajudaram, desejando prosperidade e vida-longa à família, tudo em verso e rima cantados por todos os brincantes.

Como é de costume todos ajudarem com alguma coisa, sempre tem uma equipe, que, no de 2023, ficou por conta dos mais jovens levarem um carro de mão, para que, assim, os alimentos e doações feitas pelos moradores da reserva Taba dos Anacé pudessem ser transportadas.

4.3 A festa de inauguração da Reserva Taba dos Anacé

É um evento emocionante e significativo que marca um importante momento na preservação ambiental e na valorização da cultura indígena. A reserva, localizada em uma área de grande importância histórica e ecológica, recebe todos os anos, no dia 6 de fevereiro, a atenção de autoridades, especialistas em meio ambiente, comunidades indígenas e entusiastas da preservação.

O evento é realizado em um amplo espaço ao ar livre, no centro da reserva, à frente de dois equipamentos muito úteis para a população interna e externa da reserva, que são a Escola Indígena e o Posto de Saúde, cercado por paisagens naturais deslumbrantes, como florestas exuberantes, rios serenos e montanhas majes-

tosas. A decoração refletia a riqueza cultural dos Anacé, com elementos tradicionais, como pinturas indígenas coloridas, esculturas de madeira e tecidos artesanais.

Os participantes podem desfrutar de uma variedade de atividades durante o evento. Sempre são organizadas diversas atrações culturais, tais como forró pé de serra, sempre com a participação de Kayro Oliveira Anacé, criança indígena que participou da edição do concurso para cantores mirim de uma grande emissora aberta brasileira, e vários outros programas também de emissoras abertas, sempre divulgando o nome da Reserva Taba dos Anacé.

No ano de 2023, também houve oficinas de produção de tapioca, onde os Anacé ensinaram técnicas tradicionais de produção do alimento cultural, bem como o ponto certo do calor do forno para se colocar a massa de tapioca, os ingredientes e tempo de cozimento da massa. Logo, uma área foi dedicada à gastronomia tradicional indígena Anacé, com a preparação e degustação de pratos tradicionais feitos a partir de ingredientes nativos da região. Essa experiência permitiu aos participantes vivenciarem a culinária ancestral dos Anacé, valorizando a sabedoria indígena sobre a relação sustentável com a natureza.

Além disso, a festa conta com exposições de arte indígena contemporânea, apresentando trabalhos de artistas Anacé e de outras etnias, que retratam a cosmovisão e a luta pela preservação cultural. Essas exposições permitiram uma apreciação mais ampla das expressões artísticas indígenas e sua importância na construção da identidade dos povos originários.

A festa de inauguração da Reserva Taba dos Anacé é um momento de celebração, conscientização e reconhecimento da importância de preservar o meio ambiente e valorizar a cultura indígena. Ela destaca a relevância da reserva indígena Taba dos Anacé como espaços de conservação da biodiversidade e como fontes de conhecimento ancestral, busca promover a união entre diferentes comunidades indígenas e não-indígenas, fortalecendo a proteção do patrimônio natural e cultural para as gerações futuras.

4.4 A festa da Semana Santa

A festa da Semana Santa para a comunidade indígena Anacé é um evento especial que combina elementos religiosos, culturais e gastronômicos. Durante essa celebração, os Anacé se reúnem para honrar as tradições ancestrais religiosas,

cristãs e fortalecer os laços comunitários, compartilhando uma variedade de alimentos tradicionais, como bolos pé de moleque, grude e tapioca.

A preparação para a festa começa dias antes, com a comunidade se unindo para colher os ingredientes necessários. O pé de moleque, por exemplo, é feito com ingredientes, tais como: o amendoim, o açúcar e a rapadura. Os Anacé se dedicam a selecionar os melhores grãos de amendoim e a preparar a rapadura de forma artesanal, usando métodos transmitidos de geração em geração.

O grude é outro alimento tradicional preparado para a Semana Santa. É uma espécie de doce de mandioca, feito a partir da extração do caldo da mandioca, que é misturado com leite de coco e açúcar. A mandioca é ralada e espremida manualmente pelos Anacé, que utilizam técnicas tradicionais para obter o caldo puro e saboroso.

A tapioca também tem um papel importante na festa da Semana Santa. A comunidade Anacé produz a farinha de tapioca a partir da mandioca, ralando-a e peneirando para obter a goma. Essa goma é, então, peneirada novamente e levada a uma chapa de ferro ou pedras de forno quente para formar as tapiocas tradicionais, que podem ser recheadas com coco ralado, queijo ou outros ingredientes tradicionais ou não.

Durante a festa da Semana Santa, os Anacé se reúnem em um local especial, como o forno da senhora Ângela Anacé, que tem sua localização central na comunidade, para compartilhar a preparação desses alimentos tradicionais. As famílias se organizam em equipes para preparar os bolos pé de moleque, o grude e as tapiocas em grandes quantidades, garantindo que todos tenham a oportunidade de desfrutar dessas iguarias.

Enquanto os alimentos são preparados, a comunidade se envolve em cantos, conversa e rezas, realizando rituais religiosos que marcam a importância da Semana Santa para a comunidade indígena da Taba dos Anacé. As lideranças espirituais dos Anacé conduzem as celebrações, transmitindo ensinamentos sobre a fé e a importância dos valores cristãos para a comunidade.

A festa da Semana Santa da comunidade indígena Taba dos Anacé é um momento de união, celebração e partilha, onde a fé e a cultura se entrelaçam em torno da mesa. É uma oportunidade para preservar as tradições ancestrais, transmitir conhecimentos e fortalecer os laços comunitários, enquanto saboreiam os delicio-

sos bolos pé de moleque, grude, tapioca e peixe, que são uma expressão viva da identidade e da herança culinária dos Anacé.

4.5 A festa da luta do povo Anacé

A festa que marca o retorno do povo Anacé na luta pelos seus direitos e espaço no movimento indígena cearense, celebrada no dia 5 de outubro, é um evento de grande significado e empoderamento para a comunidade. Essa data é lembrada como um marco importante na história do povo Anacé, simbolizando a retomada de sua voz, identidade e reivindicação de direitos.

A festa ocorre em um local especial, como a própria comunidade indígena Taba dos Anacé ou um espaço comunitário (antes da criação da reserva), onde os membros da comunidade, líderes indígenas Anacé, representantes de outras etnias e apoiadores, se reúnem para celebrar a resistência e a luta pelos direitos dos povos indígenas.

A cerimônia começa com discursos e pronunciamentos, nos quais líderes e ativistas indígenas expressam a importância da data e a trajetória histórica do povo Anacé na busca por justiça e reconhecimento. Eles compartilham histórias de resistência, superação de desafios e conquistas alcançadas ao longo do caminho.

Durante a festa, são realizadas apresentações culturais, como danças tradicionais e músicas ancestrais, que representam a rica herança cultural do povo Anacé. Essas expressões artísticas reforçam a identidade indígena, destacando a importância de preservar e valorizar a cultura ancestral como parte fundamental da luta pelos direitos e espaços no movimento indígena cearense.

A gastronomia também desempenha um papel importante nesta festa. São preparados pratos tradicionais da culinária Anacé, que podem incluir alimentos como peixes de rio e/ou do mar, frutas nativas, farinha de mandioca e outros ingredientes típicos. Essa variedade de alimentos simboliza a conexão com a terra e a importância da autonomia alimentar para a comunidade indígena Anacé.

Além disso, a festa conta com a presença de representantes de instituições governamentais, organizações não governamentais e movimentos sociais que apoiam a causa indígena. Essa presença fortalece o diálogo e a articulação entre os Anacé e essas entidades, promovendo a conscientização e o apoio para a causa indígena no Estado do Ceará.

A festa que marca o retorno do povo Anacé na luta pelos seus direitos e espaço no movimento indígena cearense é um momento de celebração, união e resistência. Ela representa a continuidade da luta pelos direitos indígenas, reafirma a identidade e a cultura Anacé e fortalece a comunidade na busca por igualdade, justiça e respeito. Neste momento, são realizadas diversas atividades para promover o fortalecimento da comunidade e o engajamento de todos os participantes.

Oficinas e exposições culturais são organizadas para compartilhar conhecimentos e expressões artísticas do povo Anacé. Durante as oficinas, são ensinadas técnicas tradicionais de artesanato, como a confecção de cestarias, cerâmicas e bordados, permitindo que os participantes aprendam e valorizem os saberes ancestrais. As exposições apresentam obras de arte, artesanato e fotografias que retratam a história, os costumes e a resistência do povo Anacé, despertando admiração e reflexão. Momentos de diálogo e troca de experiências são promovidos, permitindo que membros da comunidade Anacé compartilhem suas histórias e desafios enfrentados, fortalecendo a identidade coletiva e o senso de pertencimento. Também são convidados representantes de outras etnias indígenas para compartilharem suas vivências, estabelecendo laços de solidariedade e ampliando a visão sobre as questões indígenas no Estado do Ceará.

A festa também pode contar com a presença de autoridades governamentais e lideranças políticas que apoiam a causa indígena. Nesse momento, são reforçadas as reivindicações por políticas públicas voltadas para os direitos indígenas, como a demarcação e proteção das terras ancestrais, a preservação da cultura e a garantia de acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

A culminância da festa ocorre com uma cerimônia simbólica, na qual os líderes indígenas e representantes da comunidade Anacé proferem discursos, destacando os avanços conquistados e os desafios futuros. Também são realizados rituais tradicionais do povo Anacé, como a fogueira sagrada ou a roda de cantos e rezas, em honra aos ancestrais e ao divino.

No decorrer da festa, é reforçada a importância da união entre os povos indígenas e a sociedade em geral na luta pela garantia dos direitos e na construção de um mundo mais justo e inclusivo. Essa festa se torna um momento de conscientização e mobilização, promovendo o reconhecimento da história e da cultura indígena e estimulando o respeito e a valorização das diversidades.

A festa que marca o retorno do povo Anacé na luta pelos seus direitos e espaço no movimento indígena cearense é um evento marcante que reafirma a identidade e a resistência desse povo. Além disso, ela serve como um ponto de encontro e de mobilização para fortalecer a causa indígena e promover a conscientização sobre as questões indígenas no Estado do Ceará e além.

No que diz respeito ao perfil econômico dos moradores da Taba dos Anacé, grande parte da população trabalha em atividades informais, como a venda de artesanato indígena e o cultivo de hortaliças e frutas em pequenas propriedades. Outros moradores trabalham em empresas da região, como comércios locais, restaurantes e indústrias.

Em relação ao perfil educativo dos moradores, a Taba dos Anacé conta com uma escola, que oferece educação infantil e ensino fundamental e médio, se preocupando com o modo de viver e fazer ancestral dos Anacé. A escola é responsável por garantir a preservação da cultura Anacé para as novas gerações. Também dispõem de Unidade Básica de Saúde (UBS), e um carro para atendimento de emergência que não possa ser resolvido na UBS. Por fim, a Taba dos Anacé apresenta uma rede genealógica complexa, que é organizada de acordo com as relações de parentesco e consanguinidade entre os moradores. A ancestralidade é valorizada na comunidade, e os moradores fazem questão de transmitir a história e a memória de seus antepassados para as novas gerações.

No que diz respeito às festas étnicas, a mais importante na Taba dos Anacé é a festa de São Gonçalo, que acontece no mês de novembro e é celebrada tanto pelos indígenas quanto pelos não-indígenas da região. Essa festa é marcada por muita música, dança e comida tradicional, além de ser uma oportunidade para os Anacé reforçarem sua identidade cultural e estreitarem laços com outras comunidades.

Para entender melhor as relações familiares e hierárquicas dentro da Taba dos Anacé, será elaborado um mapa genealógico que ilustra as principais famílias e seus vínculos. Através desse mapa, será possível perceber como as relações familiares são fundamentais na organização social e cultural da comunidade, influenciando não só nas decisões internas, mas também nas relações com outras comunidades indígenas e não indígenas da região.

5 IMPACTOS AFETIVOS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO E A RETERRITORIALIZAÇÃO

O ditado "nem tudo o que reluz é ouro" revela-se verdadeiro na implantação do CIPP na área do Povo Anacé, onde o impacto socioambiental desse grande empreendimento nas comunidades indígenas pode ser equiparado a um "presente de grego". Ao abordar modernização e desenvolvimento, é inevitável mencionar grandes projetos e tecnologia, elementos que caminham lado a lado com a aspiração pelo "progresso".

Infelizmente, as comunidades indígenas frequentemente sofrem com os efeitos negativos, enquanto a população não indígena, muitas vezes, atribui pensamentos desfavoráveis devido à percepção de que essas comunidades impedem o progresso para outras. As consequências mencionadas são apenas a ponta do iceberg do desenvolvimento, cuja face oculta, muitas vezes, só é compreendida pelos residentes próximos ao epicentro desse progresso.

É imperativo reconhecer que, embora o progresso tenha suas vantagens, também carrega consigo desafios e impactos negativos, especialmente visíveis para aqueles que vivem nas imediações do seu desdobramento. O diálogo e a consideração cuidadosa dessas implicações são cruciais para alcançar um equilíbrio sustentável entre desenvolvimento e preservação do bem-estar das comunidades locais.

Outra perspectiva é que algumas mudanças sejam vistas como positivas por parte dos moradores. Um residente da Taba dos Anacé destaca que a chegada do CIPP *"melhorou muito a vida das pessoas da região, gerando muitos empregos e transformando vidas"*, conforme afirma Antônio Carlos, ex-trabalhador do CIPP, com 58 anos de idade. No entanto, o que aparenta ser um benefício é apenas a superfície de um problema mais complexo.

Um empreendimento de grande porte como esse enfrenta desafios ambientais significativos, suscitando a questão crucial de quem realmente se beneficia desse avanço. Em geral, as grandes corporações são as principais beneficiárias, enquanto o governo colhe ganhos políticos. Os impactos adversos, a degradação ambiental e a interferência nas vidas dos residentes são notáveis, evidenciando que, nesse tipo de empreendimento, os aspectos negativos frequentemente superam os positivos, alterando profundamente o modo de vida das comunidades.

A interferência no meio ambiente é inerente a qualquer empreendimento, tornando essencial a obrigatoriedade do licenciamento ambiental. Conforme estabelecido pelo artigo 10 da Lei Federal nº. 6.938/81, a construção, instalação, ampliação e operação de estabelecimentos que utilizam recursos ambientais e podem causar degradação estão sujeitos a licenciamento prévio. Essa regulamentação reflete a necessidade crucial de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, assegurando que as atividades empresariais sejam realizadas de maneira sustentável e responsável.

5.1 A face invisível do progresso dentro da comunidade indígena Anacé

Apesar da área designada para a implantação do CIPP estar consolidada e ter sido declarada de utilidade pública para fins de desapropriação através do Decreto Estadual n° 28.883, de 18 de setembro de 2007, ocupando uma extensa área de 13.337 hectares, cuja renovação ocorre periodicamente, a realidade operacional diverge da exigência legal.

Qualquer empreendimento dentro dessa área deve ter suas licenças avaliadas por um órgão ambiental federal, devido à sua direta incidência em terras indígenas e ao grande impacto sobre o meio ambiente. No entanto, na prática, observa-se uma discrepância significativa: as licenças ambientais para implantação de empresas dentro do CIPP são frequentemente concedidas por órgãos estaduais ou municipais.

CIPP é constantemente divulgado pelos meios de comunicação como um projeto governamental transformador das finanças locais e nacionais. No entanto, ao receberem pedidos de licenças para supressão vegetal e terraplanagem, os órgãos de licenciamento municipal tratam esses pedidos como se estivessem em áreas comuns, concedendo as licenças sem o devido escrutínio ambiental necessário.

Essa discrepância entre a legislação e sua aplicação prática revela uma lacuna no processo de licenciamento ambiental, comprometendo a preservação ambiental e a proteção dos territórios indígenas. A seguir, são apresentadas evidências visuais que corroboram essa discrepância.

Figura 36 - Área poligonal do complexo, às margens da CE – 085

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023).

Figura 37 - área poligonal do complexo, às margens da CE – 085

Fonte: Acervo pessoal do autor (2023)[11].

[11] As figuras 36 e 37 mostram registros feitos dentro área poligonal do complexo, às margens da CE – 085, na placa com a logomarca da prefeitura de Caucaia, do órgão Instituto de Meio Ambiente do Município da cidade, a qual indica uma Licença de Instalação para uma empresa com nome AMSTERDAM LOG CENTER IMOBILIÁRIA LTDA.

Ao analisarmos as imagens anteriores, fica evidente a concessão de licenças para supressão vegetal e terraplanagem em áreas dentro da poligonal do CIPP. Essas autorizações são concedidas sem uma avaliação rigorosa dos impactos ambientais, contrariando a legislação federal que exige a análise de órgãos ambientais competentes.

Essa prática, que compromete a integridade ambiental e ignora a proteção de terras indígenas, coloca em xeque a eficácia do processo de licenciamento municipal. A análise das imagens demonstra a aparente falta de critérios ambientais e o descaso com os protocolos estabelecidos para a instalação de empreendimentos dentro de áreas sensíveis.

O destaque midiático dado ao CIPP como um projeto benéfico contrasta com a realidade observada na concessão de licenças, onde a agilidade parece se sobrepor à análise ambiental detalhada. Essa disparidade chama a atenção para a necessidade urgente de reavaliação dos procedimentos de licenciamento, assegurando que o desenvolvimento ocorra de maneira responsável e sustentável, em conformidade com as leis ambientais vigentes.

Estas evidências visuais reforçam a importância de uma revisão crítica e transparente dos processos de licenciamento municipal, visando garantir que a implementação de empreendimentos, como o CIPP, seja compatível com a preservação ambiental e o respeito aos territórios indígenas.

5.2 “Dividir para conquistar”, prática antiga aplicada mais uma vez entre os povos indígenas do Estado do Ceará

Todas essas circunstâncias apresentadas no tópico anterior levaram o governo do Estado do Ceará a promulgar a Lei nº 15.492, de 27 de dezembro de 2013, ratificando o termo de compromisso entre o Estado do Ceará, a Petróleo Brasileiro S. A (Petrobras), a antiga Fundação Nacional do Índio (FUNAI), representantes das comunidades indígenas Anacé de Matões e Bolso, o Ministério Público Federal (MPF) e a União. Esse passo crucial permitiu ao Estado adquirir os imóveis, totalizando 543,66 hectares, para a criação da “Taba dos Anacé”.

Assim, o Estado considera que o problema foi resolvido com a “sentença judicial proferida na Ação Civil Pública nº 1999.81.00.022638-8” (Ceará, 2014, p. 1).

A decisão instruiu o Estado do Ceará a adotar todas as medidas essenciais para compensar e mitigar o passivo ambiental resultante do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, enfatizando, em particular, a necessidade de "elaborar e executar um amplo programa social realizado com metodologia efetivamente participativa".

Com a assinatura do termo de compromisso que se transformou em lei estadual, teve início, oficialmente, o processo de criação da Reserva Indígena Taba dos Anacé. O acordo confirmou que a Petrobras assumiria o compromisso financeiro de R$ 15 milhões para custear parte da aquisição do terreno, as indenizações e a construção da infraestrutura (conforme informações disponíveis no Portal Petronotícias, publicado em 22 de novembro de 2013)[12].

Em janeiro de 2014, o Jornal dos Municípios divulgou que a Secretaria de Infraestrutura (Seinfra) planejava iniciar as obras para construir a infraestrutura da reserva em março daquele ano. Ficou estabelecido que seriam desenvolvidos 17 lotes de 800 metros quadrados, divididos em módulos destinados às comunidades Baixa das Carnaúbas, Matões, Corrupião e Bolso. De acordo com o plano, cada unidade habitacional teria 80 metros quadrados, composta por três quartos, banheiro, sala de estar, cozinha e área de serviço.

No entanto, a Reserva Indígena Taba dos Anacé, embora tenha atendido parcialmente às necessidades do Povo Anacé, tornou-se também um ponto de conflito. Durante a fase de construção do complexo habitacional, as expropriações de terras continuaram, intensificadas pelo Plano de Segurança Hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza, anunciado em 2016.

Partindo do princípio de que a questão fundiária é sempre a principal questão, independente se um projeto de pequeno, médio ou grande porte venha se instalar em áreas pouco desenvolvidas economicamente ou não. No caso do território Anacé, localizado no estado do Ceará, foram utilizados todos os estudos de avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para validar a implantação do CIPP.

Sem levar em consideração que uma grande área é destinada à implantação de um empreendimento de grande porte, sem a preocupação com o que acon-

---

[12] PETROBRÁS assina termo de compromisso indígena para instalação da refinaria Premium II. **Portal Petronotícias**. Rio de Janeiro, 22 nov. 2013. Disponível em: https://petronoticias.com.br/petrobras-assina-termo-de-compromisso-indigena-para-instalacao-da-refinaria-premium-ii/. Acesso em: 8 jul. 2023.

tece dentro daquele território. É evidente o investimento em determinadas pessoas com um grande poder de representatividade, dentro destas comunidades (indígena ou não indígenas), para, assim, instalar uma desorganização comunitária, não permitindo às pessoas terem uma real informação sobre o que está acontecendo no entorno de seu território.

Dentro deste caos comunitário, muitos são desapropriados sem ter o direito de autorreconhecimento ou pertencimento étnico. É criada, paralelo a este movimento, uma pressão política forte sobre o governo, assim, não permitindo que nenhum participante tenha tempo de reação.

Como exemplo, colocar é possível mencionar a matriz energética que vem sendo utilizada, sempre foi ventilado e era se utilizado o carvão mineral para a produção de energia, tanto para a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), como para usina Pecém II, ambas localizadas no Complexo Termelétrico do Pecém. O carvão mineral é um dos combustíveis mais poluentes do mundo, e este tipo de combustível é um problema ecológico e de saúde humana, desde sua extração, movimentação/transporte e utilização. Além disso, seus subprodutos produzem chuva ácida em um raio de 300 km, logo, atinge uma área enorme. Uma usina siderúrgica em operação possui alguns fornos que geram muito calor. Logo, expõem seus operadores a muitos riscos, tais como biológicos, ergonômicos e químicos, que, certamente, afetam a saúde do colaborador que convive com estes constantes riscos.

O governo, por sua vez, mesmo sabendo de todos estes riscos, se deixa levar pelo interesse político, que se alinha aos interesses de grandes investidores econômicos e oligarquias antigas no Ceará, desconsiderando que a implementação e conclusão de um empreendimento deste porte traz uma visibilidade para o governo, em seguida, apresenta os velhos discursos da “geração de emprego e renda” para o povo cearense.

Somado a isto há a visibilidade que a mídia local (impressa e/ou televisionada) deu ao caso do impacto negativo ambiental, da implantação do CIPP e seus empreendimentos. Talvez o único destaque (cabe aqui uma pesquisa mais aprofundada) que foi veiculado na mídia cearense foi a levante da existência de indígenas Anacé, dentro da poligonal do CIPP, que, inicialmente, foi negado pelo governo do Estado do Ceará.

É possível afirmar que, de modo geral, a população cearense é a favor da instalação destes empreendimentos, pois legitima-se os velhos discursos de que: “o

Ceará é um Estado pobre, que precisamos destes novos empregos para a maioria da população mudar de vida", desconsiderando-se, assim, a informação correta. Qual o custo deste "emprego" para a população tradicional que ali já residia? Isso não importa?

Os empreendimentos desta magnitude trazem consigo uma carga alta de impactos negativos, pelo seu tamanho, a área de supressão vegetal ser gigantesca, e isso gera consequências negativas ao planeta, além de que vivemos uma constante falácia de preservação ambiental, aquecimento global, ponto de não retorno, logo, devo fazer algumas perguntas: para quem é esse progresso? Quem vai realmente ganhar com isso? Quem vai lucrar? Eu mesmo respondo: são as grandes corporações!

É evidente, para nós, populações tradicionais, que a natureza está passando por uma constate agressão, por isso ela vem reagindo. A exemplo disso são as mudanças climáticas, logo, fica claro que temos vários exemplos e evidencias de que tecnologia e a ciência não são mais suficientes para dar conta de resolver todos os problemas produzidos pelo próprio homem.

5.3 Território Anacé, conflitos e disputas

Através das dinâmicas de poder, os territórios do povo Anacé estão passando por transformações que resultam em desvalorização cultural, impulsionadas por especulação imobiliária e conflitos territoriais. Diversos embates surgem em decorrência do uso de áreas, abrangendo questões econômicas, sociais e ambientais.

Os conflitos territoriais não se limitam apenas às disputas internacionais entre estados em busca de expansão territorial, mas também se manifestam em escalas locais. No contexto brasileiro, é comum a tentativa de latifundiários de ampliar suas propriedades através da grilagem de terras. Além disso, a invasão ilegal por garimpeiros e madeireiros em busca de recursos preciosos é uma realidade. Essas atividades ilícitas, como invasões e queimadas, frequentemente ocorrem em unidades de conservação, terras indígenas e reservas extrativistas, impactando negativamente o meio ambiente e as condições de vida dos povos tradicionais.

Em ambientes urbanos, a violência contribui para a sensação de insegurança, propagando preconceitos e resultando em formas diversas de segregação socioespacial, evidenciadas pelo uso de dispositivos de segurança, como muros e

câmeras de vigilância. Essa criminalidade, muitas vezes, está ligada à negligência das instituições em garantir segurança e respeito aos direitos humanos, agravando desigualdades e intensificando disputas territoriais.

Diversos fatores sociais e culturais podem desencadear conflitos territoriais, como a discriminação de grupos étnicos minoritários, a disseminação de mensagens preconceituosas, a intolerância religiosa, a imposição de regimes repressivos e mudanças políticas abruptas. A ineficácia das instituições em gerenciar tais situações também contribui para a escalada dos conflitos.

A formação da identidade cultural está intrinsecamente ligada a fatores históricos e às diversas formas de organização social e uso do território. A diversidade étnica coexistente em um mesmo país, região ou município demanda condições legais para preservação cultural e soberania territorial dos grupos étnicos.

Embora os grupos étnicos estejam cada vez mais interconectados, confrontos marcados por uma visão etnocêntrica persistem, levando a conflitos étnicos e disputas entre grupos com culturas distintas. Conflitos desse tipo já marcaram a história, como as Cruzadas na Idade Média e o genocídio durante a colonização das Américas na Idade Moderna. Atualmente, conflitos étnicos continuam a ocorrer globalmente, como as disputas entre Israel e Palestina, os conflitos entre hutus e tutsis em Ruanda, e as perseguições aos curdos e rohingyas em diferentes partes do mundo, ilustrando a complexidade e persistência dessas tensões territoriais.

5.4 O processo de reterritorialização do povo Anacé da Taba

A interação dos seres humanos com o território é mediada por elementos simbólicos que transcendem sua dimensão física. O território representa o lócus de relações marcadas por proximidade e reciprocidade, delineando laços culturais entre grupos que compartilham valores, experiências e uma história comum.

Dessa forma, o território desempenha um papel crucial na construção da identidade cultural dos grupos sociais, incorporando elementos ligados à memória e às relações afetivas. É no território e nas interações estabelecidas com ele que muitos grupos têm a oportunidade de manifestar e preservar seus modos de vida. Um exemplo notável são os povos tradicionais, cuja identidade está intrinsecamente ligada às suas relações com a natureza, essenciais para a preservação e afirmação de sua cultura.

A interação com o território também é permeada por constantes disputas, muitas vezes mediadas ou intensificadas pela presença de infraestruturas e suas normas de utilização. Exemplificando, consideremos o tráfego em grandes cidades, onde automóveis, motocicletas, ônibus, bicicletas e pedestres compartilham o espaço. Apesar de todos estarem sujeitos às regras de trânsito, cada um utiliza o espaço de forma distinta, gerando demandas específicas para políticas públicas de mobilidade urbana. Em cidades densamente povoadas e carentes de planejamento urbano, essas demandas, muitas vezes, resultam em conflitos pelo uso do espaço. Adicionalmente, é crucial considerar os desafios enfrentados por idosos e pessoas com deficiência, que frequentemente têm dificuldades ao utilizar espaços não projetados para atender às suas necessidades, como calçadas danificadas ou com degraus.

Os territórios são palcos de uma diversidade de relações sociais, culturais, ambientais e históricas, refletidas em diferentes formas de ocupação e transformação do espaço. Esses territórios frequentemente são influenciados por padrões hegemônicos que moldam as relações de trabalho e sociedade, determinando o uso que é feito deles. As atividades econômicas, por sua vez, desempenham um papel central nesse processo, moldando o espaço de acordo com as necessidades de produção e consumo.

Um exemplo ilustrativo desses conflitos é a desapropriação de comunidades ribeirinhas para a construção de hidrelétricas, resultando no deslocamento dessas populações para locais onde, muitas vezes, enfrentam dificuldades para manter suas atividades tradicionais e preservar sua identidade cultural. Desse modo, é comum observar disputas em torno dos usos e significados atribuídos aos territórios por diferentes grupos sociais. Frequentemente, esses grupos desenvolvem estratégias para se apropriar do território e contestar o uso hegemônico que lhe é atribuído, como a instalação de obras de arte em espaços destinados inicialmente apenas à circulação. Tais manifestações artísticas proporcionam reflexões e possibilitam a criação de uma relação afetiva entre as pessoas e o território.

Ao longo da vida, os indivíduos integram diversos grupos, estabelecendo vínculos variados que influenciam valores, cultura e visão de mundo. A organização em grupos sociais, marcada por hábitos e valores compartilhados, contribui para a construção de uma identidade cultural, definida pela cultura em que o indivíduo está inserido. O fortalecimento dessa identidade cultural em um grupo propicia o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, originado da interação entre seus

membros. O pertencimento é uma percepção subjetiva da identificação pessoal com um conjunto de elementos culturais, históricos e territoriais compartilhados por uma cultura.

Os conceitos de lugar e paisagem estão intrinsecamente ligados à noção de pertencimento, pois é no lugar que as relações sociais se desenvolvem. Os indivíduos estabelecem relações afetivas entre si, sua cultura e a natureza, desenvolvendo assim um sentimento de pertencimento. Esse lugar pode ser representado pelo bairro de crescimento, remetendo à infância, pela escola frequentada ou por um parque visitado ao longo dos anos.

A paisagem, por sua vez, é composta por elementos naturais e culturais de um local, captados pelos sentidos humanos. A alteração dessa paisagem ao longo do tempo reflete os processos históricos e sua influência nas diversas sociedades. Assim, a paisagem, seja ela um jardim, um campo de futebol ou uma praia, carrega a memória dos processos históricos e das experiências de diferentes grupos sociais. Esses aspectos são essenciais para a preservação da memória de pessoas e grupos sociais, destacando a importância do patrimônio cultural. Este se configura como o conjunto de bens culturais reconhecidos por sua relevância para a identidade de determinada cultura, sendo fundamental para a valorização das diversas culturas e seu reconhecimento pelas gerações futuras.

A Constituição brasileira de 1988 destaca a necessidade do reconhecimento e preservação dos patrimônios culturais, sendo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) responsável por sua proteção. Exemplos de patrimônios culturais incluem celebrações, danças, músicas, lugares de importância cultural e modos de fazer, cuja preservação é crucial para manter a identidade cultural de comunidades.

A relação dos povos tradicionais com a natureza exemplifica um patrimônio cultural, uma vez que seus saberes ancestrais estão intrinsecamente ligados ao modo de vida dessas comunidades, contribuindo para a preservação do ecossistema natural. É imperativo garantir o direito à terra para essas comunidades, reconhecendo que seus saberes e demandas podem contribuir para uma gestão democrática do território, especialmente na manutenção de reservas extrativistas e unidades de conservação.

A educação patrimonial é uma prática relevante para a preservação da identidade cultural e memória de diversas culturas. As práticas de mediação cultural

facilitam a difusão de conhecimentos para diferentes públicos, permitindo a compreensão dos modos de vida e da história de determinada cultura. Em síntese, a relação entre os seres humanos e o território é intrinsecamente complexa e multifacetada, influenciada por elementos simbólicos, históricos e culturais. O território não é apenas um espaço físico, mas uma construção social permeada por relações dinâmicas que moldam identidades, memórias e práticas sociais.

A disputa pelo uso e significado dos territórios destaca-se como um fenômeno recorrente, revelando as tensões entre diferentes grupos sociais. Exemplos contemporâneos, como a ocupação de espaços urbanos, ressaltam as divergências nas demandas por políticas públicas e a variedade de usos do espaço. Nesse contexto, grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com deficiência, enfrentam desafios significativos ao lidar com infraestruturas inadequadas.

A preservação da identidade cultural é fundamental e os territórios são palcos dessas dinâmicas. O patrimônio cultural, reconhecido e protegido pela legislação, destaca-se como um elemento crucial na valorização da diversidade cultural e na construção de uma memória coletiva. O IPHAN, como órgão responsável, desempenha um papel crucial na proteção desse patrimônio.

A relação dos povos tradicionais com a natureza destaca-se como um exemplo significativo de patrimônio cultural, ligando saberes ancestrais à preservação do ecossistema. A garantia de direitos à terra para essas comunidades não apenas preserva tradições, mas também oferece uma perspectiva valiosa para a gestão democrática do território, especialmente em relação a reservas extrativistas e unidades de conservação.

Os conceitos de lugar, paisagem e pertencimento são fundamentais para compreender como os indivíduos constroem laços afetivos com o território. A preservação da memória através de práticas como a educação patrimonial é essencial para transmitir valores, tradições e modos de vida a gerações futuras, promovendo a continuidade cultural. Em síntese, a relação entre os seres humanos e o território transcende a mera ocupação física. É um processo complexo influenciado por simbolismos, histórias e interações sociais. Reconhecer e respeitar a diversidade de usos e significados atribuídos aos territórios é crucial para promover sociedades mais inclusivas e sustentáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo desta pesquisa aborda os problemas enfrentados pela comunidade do Pecém e arredores, devido ao impacto direto do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Estado do Ceará. Antes do desenvolvimento do CIPP, a região era predominantemente rural, com atividades econômicas centradas na agricultura familiar e pesca. A construção do porto trouxe uma transformação significativa, aumentando a oferta de empregos e gerando mais oportunidades de trabalho para os moradores locais.

Muitos habitantes da comunidade passaram a trabalhar no porto, nas empresas que se instalaram na região ou em atividades relacionadas ao comércio e serviços decorrentes do crescimento econômico. Isso resultou em uma mudança na forma de vida tradicional. Além disso, o desenvolvimento do porto trouxe investimentos em infraestrutura, como a construção de estradas, melhorias na oferta de energia elétrica e água potável, e a implantação de serviços públicos e equipamentos sociais. No entanto, esses benefícios se tornaram insuficientes para a população local, pois a oferta de empregos fez crescer e diversificar a população da região.

Apesar dos benefícios econômicos, o desenvolvimento do porto também trouxe desafios sociais e ambientais significativos. A intensificação da atividade industrial e portuária gerou problemas como poluição, deslocamento de comunidades tradicionais, pressão sobre recursos naturais e mudanças na estrutura social da região. Um exemplo disso são as visualizações e abates de espécies predatórias não nativas, como o peixe-leão, na costa cearense. Pescadores artesanais, que dependiam da pesca para subsistência, foram impactados negativamente, especialmente com a proibição da prática da pesca de “curral” devido à construção do porto.

A construção e expansão do porto resultaram em mudanças significativas na paisagem natural da região, afetando negativamente a estética, a identidade visual e o valor turístico do local. As dunas foram modificadas para receber novos empreendimentos, e áreas anteriormente utilizadas para lazer e pesca agora servem como estacionamento ou são ocupadas por estruturas do porto.

Desde o início do projeto, em 1995, o CIPP se consolidou como uma das principais regiões de desenvolvimento econômico do Ceará, gerando empregos diretos e indiretos e causando um impacto significativo na economia local, regional, nacional e internacional. Ao longo dos anos, o CIPP se transformou em um importante

polo logístico e industrial do Brasil. Investimentos em infraestrutura, modernização tecnológica e gestão estratégica permitiram ao CIPP oferecer serviços eficientes e seguros de alta qualidade.

O porto exerce uma influência abrangente, não apenas na economia local, mas também no desenvolvimento de empresas locais e na promoção de investimentos. A proximidade com mercados internacionais torna o porto uma porta de entrada crucial para exportações e importações. No entanto, apesar do progresso econômico, muitos municípios da região ainda enfrentam altos índices de pobreza, indicando que há muito a ser feito para melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais.

O CIPP oferece acesso a mercados internacionais, vantagens logísticas e incentivos fiscais para empresas, atraindo investimentos e promovendo o desenvolvimento econômico. No entanto, a busca por empregos cresceu em um ritmo que os espaços geográficos não puderam suportar, levando a um aumento demográfico descontrolado e à elevação dos preços de moradia. O aumento do fluxo de migrantes em busca de emprego resultou em uma competição acirrada, dificultando o acesso dos habitantes locais a oportunidades de trabalho no CIPP.

No segundo capítulo, abordo a pesquisa realizada por Almeida (2013), que revela que os Anacé habitavam originalmente uma extensa área do litoral ao sertão, abrangendo as regiões onde hoje estão localizadas Fortaleza, Sobral e Crateús. Os Anacé desenvolveram uma cultura material rica, incluindo cerâmica, cestaria e tecelagem. A partir do século XVII, a região habitada pelos Anacé tornou-se alvo de disputas entre colonizadores portugueses e espanhóis. Em 1632, os portugueses iniciaram a colonização do Nordeste brasileiro, estabelecendo a capitania do Ceará e expulsando os Anacé de suas terras.

Durante esse período, os Anacé ofereceram longa resistência à colonização. Apesar das tentativas de submetê-los à escravidão, muitos grupos preservaram sua identidade e resistiram à ocupação de seus territórios. Com o tempo, muitos autores descrevem os Anacé como tendo sido assimilados à cultura brasileira, perdendo sua língua própria e adotando os costumes e a religião dos colonos. Nos séculos XVIII e XIX, os Anacé expandiram-se por todo o Nordeste brasileiro, estabelecendo comunidades em várias cidades e regiões.

A região de expansão Anacé tornou-se conhecida como “Cinturão Anacé” ou “Cinturão de Ouro”. Os Anacé participaram de diversas batalhas e conflitos histó-

ricos no Ceará. Durante esse período, enfrentaram um novo processo de expulsão, sendo obrigados a se mudar para regiões mais distantes, mas sempre próximas ao litoral, devido à sua ligação com o mar.

A resistência dos Anacé à colonização e à criação do Estado brasileiro foi crucial para a preservação de sua identidade e cultura. Em meados do século XIX, muitos grupos Anacé uniram-se para lutar pela preservação de suas terras e direitos. Durante o século XX, continuaram a lutar pela preservação de sua identidade e cultura. Nos últimos anos, o povo Anacé tem buscado se integrar à sociedade brasileira, mantendo, ao mesmo tempo, sua identidade e cultura.

A luta dos Anacé tem sido fundamental para a preservação de sua identidade, contribuindo significativamente para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira. No entanto, a comunidade Anacé de Matões enfrenta diversos desafios e problemas sociais. Diante desses desafios, a comunidade Anacé de Matões tem se mobilizado para reivindicar seus direitos e garantir a preservação de suas tradições e cultura.

É fundamental que a comunidade Anacé de Matões e outras comunidades indígenas recebam o reconhecimento e apoio necessários para a manutenção de suas culturas e tradições. A população Anacé de Matões, localizada no município de Caucaia, no Ceará, contava com 880 pessoas em 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), distribuídas em diferentes comunidades na região. Apesar de sua importância histórica e cultural, enfrentam desafios sociais significativos.

Os Anacé são um povo indígena do Ceará dividido entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, vivendo em comunidades como Japuara, Mangabeiras, Santa Rosa, Tabuleiro Grande, Salgada, Coqueiro, Área do Cauípe, Pitombeiras, Planalto Cauípe, Barra do Cauípe, Matões, Corrupião, Área Verde I e II, Lagoa Amarela, Baixa das Carnaúbas, Cambeba, Bolso, Chaves, Oiticicas e Pe. A história desse povo é marcada por desafios e lutas pela preservação de sua cultura e território. Em 2023, há um forte processo de autoafirmação étnica em várias localidades, buscando o reconhecimento do etnônimo Anacé, assunto para futuros estudos.

Meus estudos focaram nas comunidades de Matões e Bolsas, que foram desterritorializadas de suas localidades de origem e reterritorializadas na reserva indígena Taba dos Anacé. A pesquisa histórica indica que a presença dos Anacé na

região do litoral cearense remonta ao século XVI, quando os portugueses chegaram à região e entraram em contato com os povos indígenas locais.

Durante o período colonial, os Anacé tiveram suas terras invadidas e foram submetidos ao trabalho escravo, além de sofrerem com doenças trazidas pelos europeus. A partir do século XVIII, a colonização intensificou-se, resultando em maior pressão sobre as terras dos Anacé. No século XIX, a chegada dos engenhos de açúcar ao litoral cearense intensificou os conflitos entre os Anacé e os fazendeiros, culminando em episódios de violência. A partir da década de 1980, os Anacé começaram a se mobilizar em defesa de seus direitos, especialmente em relação à terra e à preservação de sua cultura.

Em 1993, a comunidade de Matões foi reconhecida como terra indígena pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma importante vitória para os Anacé. A preservação da língua Anacé é uma das principais preocupações, já que muitos jovens acabam se distanciando das tradições e se integrando à cultura dominante. Fazendeiros da região continuam pressionando pela expansão de suas propriedades, invadindo as terras Anacé e causando conflitos. A educação indígena tem sido uma ferramenta crucial de resistência e preservação da cultura Anacé em Matões.

A Antropologia desempenha um papel fundamental na compreensão da história e realidade dos povos indígenas, como os Anacé em Matões e Bolsas. A história do povo Anacé nessas comunidades é marcada por desafios, lutas e resistência. Além disso, é influenciada por outros povos e culturas, como portugueses e africanos, que convivem com os indígenas desde o período colonial.

A transformação da região de Pecém com a implantação do CIPP ilustra a complexa interação entre desenvolvimento econômico, direitos humanos e preservação cultural. O progresso econômico veio acompanhado de desafios significativos, afetando tanto o meio ambiente quanto a estrutura social e cultural da região. A história dos Anacé e sua luta pela preservação de seu território e identidade cultural sublinha a necessidade de políticas públicas que promovam um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo, respeitando os direitos e a dignidade das comunidades locais. Somente através de esforços colaborativos será possível alcançar um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação cultural e ambiental, garantindo um futuro mais justo e respeitoso para todos.

No terceiro capítulo, apresento uma descrição da Taba dos Anacé sob minha perspectiva, utilizando a etnografia como abordagem qualitativa de pesquisa.

A etnografia busca compreender e descrever detalhadamente as práticas culturais, os comportamentos e as interações sociais de um grupo ou comunidade específica, neste caso, os moradores da Taba dos Anacé.

A realização de uma pesquisa etnográfica envolve várias etapas fundamentais que garantem a obtenção de dados relevantes. Essas etapas incluem a preparação, a imersão no campo, a coleta de dados, a análise e a interpretação dos resultados. O etnógrafo deve definir os objetivos da pesquisa, as perguntas de pesquisa e os métodos a serem utilizados para a coleta de dados.

A coleta de dados na etnografia é realizada principalmente através de observação participante e entrevistas em profundidade. As entrevistas em profundidade oferecem a oportunidade de explorar as percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes às suas ações e interações. Fotografias, gravações de áudio e vídeo também podem ser utilizadas como ferramentas complementares para documentar as práticas e contextos estudados. A análise dos dados etnográficos é um processo contínuo que começa no campo e se estende após a coleta de dados.

A etnografia é uma ferramenta poderosa para a compreensão das práticas culturais e das interações sociais em seus contextos naturais. Através da imersão no campo e da coleta detalhada de dados, o etnógrafo pode revelar as complexidades e significados profundos das ações humanas. A metodologia etnográfica, com suas etapas de preparação, imersão, coleta de dados, análise e escrita, permite a construção de narrativas ricas e interpretativas que contribuem significativamente para o conhecimento antropológico e sociológico.

A Taba dos Anacé, localizada próxima ao centro urbano de Caucaia, é uma comunidade composta por indígenas urbanizados que preservam suas tradições culturais e ancestrais. Ao contrário de outras comunidades indígenas no Brasil, a Taba dos Anacé não possui a figura do cacique, uma liderança tradicional em muitas aldeias indígenas.

A Taba dos Anacé foi estabelecida pela Lei Estadual nº 15.492, de 27 de dezembro de 2013, promulgada pelo governador do Ceará, Cid Ferreira Gomes, em 6 de fevereiro de 2014. Esta lei ratificou um termo de compromisso assinado pelo Governo do Estado do Ceará, pela Petrobras, pela antiga Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pelos representantes das comunidades indígenas Anacé de Matões e Bolso, pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela União.

Apesar da criação da lei, o protagonismo das lideranças indígenas foi reduzido aos nomes das comunidades, e muitos continuam lutando para que ela seja efetivamente implementada. Durante o período de publicação da lei estadual que criou a reserva indígena Taba dos Anacé, houve a presença de um grupo técnico de estudo e a publicação do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Anacé. Este grupo técnico foi constituído pelas portarias nº 1035/PRES, de 21 de julho de 2010, e nº 1566/PRES, de 20 de outubro de 2010, coordenado pela antropóloga Doria (2016).

O relatório final excluiu a existência de indígenas dentro da área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), reconhecendo como Terra Indígena Anacé apenas os territórios ocupados pelas comunidades indígenas de Santa Rosa e Japuara. Isso deixou os indígenas das comunidades de Bolso e Matões em situação de abandono por parte da instituição que deveria proteger e garantir seus direitos à terra.

Além disso, o relatório desconsiderou os sítios arqueológicos encontrados dentro da área de implantação da refinaria Premium II, como anunciado pelo arqueólogo contratado pela Petrobras em reunião na comunidade de Matões. Ele afirmou ter catalogado 11 sítios arqueológicos e feito o georreferenciamento, com a promessa de que uma cópia do relatório seria enviada à comunidade indígena para futuros estudos e salvaguarda das peças encontradas.

As outras comunidades indígenas Anacé não aceitaram que as comunidades de Matões e Bolso retornassem ao território de onde haviam saído, temendo que o território ficasse menor para a quantidade de pessoas já presentes ou que outras pessoas reivindicassem moradia no novo espaço indígena. Nesse meio tempo, foi constituída uma comissão de lideranças para representar os interesses das comunidades indígenas de Matões e Bolso. Esta comissão foi eleita em uma reunião realizada na Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, ainda em Matões, com a presença de moradores das duas localidades, e teve a duração de um dia inteiro. Essas lideranças assinaram o termo de compromisso, mas seus nomes não foram mencionados no Diário Oficial, apagando, assim, da história do Ceará os nomes dos protagonistas populares, neste caso, lideranças indígenas.

No quarto capítulo, concentrei-me nos impactos afetivos causados pela desterritorialização e reterritorialização para os indígenas envolvidos nesse processo. O ditado "nem tudo o que reluz é ouro" revela-se verdadeiro na implantação do

Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) na área do Povo Anacé. O impacto socioambiental desse grande empreendimento nas comunidades indígenas pode ser equiparado a um "presente de grego". Infelizmente, as comunidades indígenas frequentemente sofrem com os efeitos negativos, enquanto a população não-indígena muitas vezes vê essas comunidades como impedimentos ao progresso. O diálogo e a consideração cuidadosa dessas implicações são cruciais para alcançar um equilíbrio sustentável entre desenvolvimento e preservação do bem-estar das comunidades locais. Apesar disso, algumas mudanças são vistas como positivas por parte dos moradores.

Um empreendimento de grande porte como o CIPP enfrenta desafios ambientais significativos, suscitando a questão crucial de quem realmente se beneficia desse avanço. Os impactos adversos, a degradação ambiental e a interferência nas vidas dos residentes são notáveis, evidenciando que, nesse tipo de empreendimento, os aspectos negativos frequentemente superam os positivos, alterando profundamente o modo de vida das comunidades. A interferência no meio ambiente é inerente a qualquer empreendimento, tornando essencial a obrigatoriedade do licenciamento ambiental. Essa regulamentação reflete a necessidade crucial de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, assegurando que as atividades empresariais sejam realizadas de maneira sustentável e responsável.

Apesar da área designada para a implantação do CIPP estar consolidada e ter sido declarada de utilidade pública para fins de desapropriação através do Decreto Estadual nº 28.883, de 18 de setembro de 2007, ocupando uma extensa área de 13.337 hectares, cuja renovação ocorre periodicamente, a realidade operacional diverge da exigência legal. Qualquer empreendimento dentro dessa área deve ter suas licenças avaliadas por um órgão ambiental federal, devido à sua direta incidência em terras indígenas e ao grande impacto sobre o meio ambiente. No entanto, ao receber pedidos de licenças para supressão vegetal e terraplanagem, os órgãos de licenciamento municipal tratam esses pedidos como se estivessem em áreas comuns, concedendo as licenças sem o devido escrutínio ambiental necessário.

Essa discrepância entre a legislação e sua aplicação prática revela uma lacuna no processo de licenciamento ambiental, comprometendo a preservação ambiental e a proteção dos territórios indígenas. Arquivo do autor, fotos feitas dentro da área poligonal do complexo, às margens da CE-085, na placa com a logomarca da prefeitura de Caucaia, do órgão Instituto de Meio Ambiente do Município de Caucaia,

indicam uma Licença de Instalação para uma empresa chamada Amsterdam Log Center Imobiliária Ltda. Na análise das imagens, fica evidente a concessão de licenças para supressão vegetal e terraplanagem em áreas dentro da poligonal do CIPP. Essa prática, que compromete a integridade ambiental e ignora a proteção de terras indígenas, coloca em xeque a eficácia do processo de licenciamento municipal.

O destaque midiático dado ao CIPP como um projeto benéfico contrasta com a realidade observada na concessão de licenças, onde a agilidade parece se sobrepor à análise ambiental detalhada. Estas evidências visuais reforçam a importância de uma revisão crítica e transparente dos processos de licenciamento municipal, visando garantir que a implementação de empreendimentos, como o CIPP, seja compatível com a preservação ambiental e o respeito aos territórios indígenas.

As circunstâncias apresentadas no tópico anterior levaram o Governo do Estado do Ceará a promulgar a Lei nº 15.492, de 27 de dezembro de 2013, ratificando o termo de compromisso entre o estado do Ceará, a Petrobras, a antiga Fundação Nacional do Índio (FUNAI), representantes das comunidades indígenas Anacé de Matões e Bolso, o Ministério Público Federal (MPF) e a União. Esse passo crucial permitiu ao estado adquirir os imóveis, totalizando 543,66 hectares, para a criação da "Taba dos Anacé".

O Estado considerou que o problema foi resolvido com a sentença judicial proferida na Ação Civil Pública nº 1999.81.00.022638-8, que instruiu o Estado do Ceará a adotar todas as medidas essenciais para compensar e mitigar o passivo ambiental resultante do CIPP, enfatizando a necessidade de desenvolver e implementar um programa social abrangente com uma metodologia verdadeiramente participativa. De acordo com o plano, cada unidade habitacional teria 80 metros quadrados, composta por três quartos, banheiro, sala de estar, cozinha e área de serviço.

No entanto, a Reserva Indígena Taba dos Anacé, embora tenha atendido parcialmente às necessidades do Povo Anacé, tornou-se também um ponto de conflito. No caso do território Anacé, localizado no Estado do Ceará, foram utilizados todos os estudos de avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para validar a implantação do CIPP, sem considerar que uma grande área destinada a um empreendimento de grande porte não leva em conta o que acontece dentro daquele território.

A matriz energética utilizada sempre foi ventilada como sendo o carvão mineral para a produção de energia tanto para a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) quanto para a usina Pecém II, ambas localizadas no Complexo Termelétrico do Pecém. Seus subprodutos produzem chuva ácida em um raio de 300 km, afetando uma área enorme. A visibilidade dada pela mídia local ao impacto negativo ambiental da implantação do CIPP e seus empreendimentos foi limitada, sendo o único destaque a existência de indígenas Anacé dentro da poligonal do CIPP, fato inicialmente negado pelo governo do estado do Ceará.

Diversos embates surgem em decorrência do uso de áreas, abrangendo questões econômicas, sociais e ambientais. Essas atividades ilícitas, como invasões e queimadas, frequentemente ocorrem em unidades de conservação, terras indígenas e reservas extrativistas, impactando negativamente o meio ambiente e as condições de vida dos povos tradicionais. Fatores sociais e culturais podem desencadear conflitos territoriais, como a discriminação de grupos étnicos minoritários, a disseminação de mensagens preconceituosas, a intolerância religiosa, a imposição de regimes repressivos e mudanças políticas abruptas. A diversidade étnica coexistente em um mesmo país, região ou município demanda condições legais para a preservação cultural e soberania territorial dos grupos étnicos.

Para concluir esta pesquisa, enfrentei diversos desafios, especialmente por ser indígena e morador da Taba dos Anacé. Desde o início, percebi os olhares de desconfiança ao me propor a investigar os problemas enfrentados por todos nós que constituímos esta nova morada. Como alguém que sempre teve livre acesso a todos os espaços de convivência, de repente me tornei o "outro", o "pesquisador". Embora não tenha enfrentado restrições formais, foi evidente a indiferença nas respostas e os olhares atravessados que encontrei ao longo do caminho.

No entanto, tudo isso já era esperado por mim. Sabia que não seria fácil. Tive que enfrentar duas horas de carro de minha casa até a UNILAB, uma vez por semana, enquanto desempenhava o papel de diretor escolar na Escola Indígena da Ponte, do povo Tapeba. Muitas vezes, precisei compensar minhas ausências durante a semana, trabalhando nos períodos da manhã, tarde e noite para garantir que minhas responsabilidades profissionais não fossem prejudicadas. Durante esse período desafiador, também me tornei pai pela segunda vez, com o nascimento do meu filho Luís Emanoel, no final do primeiro bimestre de estudo. Tive o apoio incondicional de minha esposa, que foi fundamental para superar mais esse desafio.

Ao longo da pesquisa, pude observar como todos os indígenas da Taba dos Anacé estão tentando transformar o que foi imposto em uma nova realidade. A maioria ainda vive um misto de desapego e renovação, compreensível dado que apenas cinco anos se passaram desde a desterritorialização. A construção de raízes mais profundas, como muitos mencionam, ainda está em andamento e não está completa.

Isso fica evidente quando os mais velhos mencionam saudosamente que *"tinham uma vida boa em Matões"*, lembrando-se com tristeza do passado. Alguns até cogitam retornar e tentar reocupar suas antigas residências. Por outro lado, há aqueles que consideram a reserva como a melhor coisa que poderia ter acontecido, descrevendo a tranquilidade e a calmaria com que as coisas acontecem. Essa mesma calma pode incomodar os mais jovens, o que será um tema interessante para estudos futuros. Em suma, fica claro que os mais velhos estão buscando reconstruir suas vidas em um novo espaço, fincando suas raízes em um novo chão. Estão transformando o novo espaço em seu lar, demonstrando resiliência e adaptabilidade diante das mudanças impostas.

Ao longo deste estudo, pudemos analisar os impactos complexos da desterritorialização e reterritorialização nas comunidades indígenas Anacé, especialmente no contexto da implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Ficou evidente que, apesar das promessas de progresso e desenvolvimento, esses processos frequentemente acarretam consequências adversas para as comunidades locais, incluindo deslocamento forçado, perda de território e desestruturação social.

A análise detalhada dos casos apresentados revelou a disparidade entre as promessas de benefícios econômicos e os impactos reais sobre o meio ambiente e as comunidades. A concessão de licenças ambientais sem a devida avaliação dos impactos, a desapropriação de terras indígenas e a falta de consulta e consentimento prévio das comunidades afetadas destacam a necessidade urgente de revisão dos processos de desenvolvimento e licenciamento.

Além disso, observamos que as dinâmicas de poder e interesses econômicos, muitas vezes, desempenham um papel determinante na implementação desses projetos, deixando as comunidades locais em uma posição de vulnerabilidade e desvantagem. A falta de consideração pelos modos de vida tradicionais e a imposição de modelos de desenvolvimento incompatíveis com a sustentabilidade socioam-

biental são questões que exigem uma reflexão mais profunda por parte dos responsáveis pela tomada de decisões.

Diante desses desafios, é essencial promover um diálogo inclusivo e participativo que leve em conta as perspectivas e necessidades das comunidades locais. Isso requer um compromisso genuíno com a justiça social, a preservação ambiental e o respeito aos direitos humanos, especialmente dos povos indígenas. Somente através de uma abordagem colaborativa e holística podemos alcançar um equilíbrio sustentável entre desenvolvimento econômico e bem-estar das comunidades.

Em última análise, este estudo ressalta a importância de repensar nossas abordagens ao desenvolvimento e reconhecer a interconexão entre os sistemas sociais, econômicos e ambientais. Somente através de uma abordagem integrada e centrada nas pessoas podemos construir um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todas as comunidades, preservando ao mesmo tempo a riqueza da diversidade cultural e ambiental de nosso planeta.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **A conquista do Ceará**: a guerra dos bárbaros. Fortaleza: Museu do Ceará, 1999.

ALMEIDA, A. S. **História Indígena e educação escolar**: os Anacé na história do Ceará. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

AZEVEDO, N. de. **A guerra do Jenipapo**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology**: qualitative and quantitative approaches. California: AltaMira Press, 2006.

BEZERRA, F. V. **A guerra dos bárbaros**: o povo Anacé em luta. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 8 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 8 jul. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, London, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CASTRO, E. V. de. Os direitos dos povos indígenas e a luta pela terra no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 1, p. 31-47, 2019.

CEARÁ. Decreto n. 28.883, de 18 de setembro de 2007. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a área que indica e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**: série 2, ano 10, n. 178, p. 1-3, 19 set. 2007.

CEARÁ. Lei n. 15.492, de 27 de dezembro de 2013. Ratifica o Termo de Compromisso Celebrado entre o Estado do Ceará, a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, as Comunidades Indígenas Anacés de Matões e Bolso, o Ministério Público Federal e a União. **Diário Oficial do Estado**: série 3, ano 7, n. 8, p. 1-84, 13 jan. 2014.

COMPANHIA Siderúrgica do Pecém. **Wikipédia**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Sider%C3%Bargica_do_Pec%C3%A9m. Acesso em: 22 out. 2023.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. Califórnia: Sage publications, 2018.

DORIA, S. Z. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Anacé, no município de Caucaia/CE**. Brasília, DF: FUNAI, 2016

EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. **Writing ethnographic fieldnotes**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

FAUSTO, C.; FREIRE, J. R. B. (org.). **Guerras dos índios no Brasil**: história, etnografias e fontes. São Paulo: Editora da USP, 2001.

FEITOSA, S. F.; BRIGHENTI, C. A. (org.) **Empreendimentos que impactam terras indígenas**. Brasília, DF: Conselho Indigenista Missionário, 2014.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography**: principles in practice. Abingdon: Routledge, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 8 jul. 2024.

KOTTAK, C. P. **Antropologia**: uma introdução. São Paulo: McGraw-Hill, 1999.

MARCUS, G. E. **Ethnography through thick and thin**. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

NENEVÉ, J. I. **A batalha de Icó**: sangue e glória no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1994.

PETROBRÁS assina termo de compromisso indígena para instalação da refinaria Premium II. **Portal Petronotícias**. Rio de Janeiro, 22 nov. 2013. Disponível em: https://petronoticias.com.br/petrobras-assina-termo-de-compromisso-indigena-para-instalacao-da-refinaria-premium-ii/. Acesso em: 8 jul. 2023.

PONTAPÉ para reserva deve agilizar refinaria. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 nov. 2023. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/pontape-para-reserva-deve-agilizar-refinaria-1.797753. Acesso em: 19 mai. 2024.

PORTO do Pecém é vice-líder nacional em linhas entre portos do País. **Governo do Estado do Ceará**. Fortaleza, 17 dez. 2019. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2019/12/17/porto-do-pecem-e-vice-lider-nacional-em-linhas-entre-portos-do-pais/. Acesso em: 31 jan. 2023.

SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

SANTOS, B. S. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SANTOS, B. S; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 15-49.

SOBREIRA, A. Espécie invasora: Mais de cem peixes-leão já foram encontrados no litoral do Ceará. **Brasil de Fato**. Fortaleza, 29 mar. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/03/29/especie-invasora-mais-de-cem-peixes-leao-ja-foram-encontrados-no-litoral-do-ceara. Acesso em: 8 jul. 2023.

SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.

VASCONCELOS, P. Cearáportos tem atuação ampliada e passa a se chamar CIPP S/A. **Governo do Estado do Ceará**. Fortaleza, 21 set. 2017. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2017/09/21/cearaportos-tem-atuacao-ampliada-e-passa-se-chamar-cipp-s/. Acesso em: 25 fev. 2023.

VIANA, J. P. **Jenipapo**: a guerra dos bárbaros. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2003.